

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTE E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

ELISABETH FROMENTOUX BRAGA

EVOLUÇÕES DO DISCURSO SOCIO-RACIAL NOVO-HISPANO:
Dos textos à Pintura de castas

RECIFE
2023

ELISABETH FROMENTOUX BRAGA

EVOLUÇÕES DO DISCURSO SOCIO-RACIAL NOVO-HISPANO:
Dos textos à Pintura de castas

Dissertação, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Teoria da Literatura. Área de concentração: Estudos Literários.

Orientador: Prof. Dr. Alfredo Adolfo Cordiviola

RECIFE
2023

Catálogo na fonte
Bibliotecária Mariana de Souza Alves – CRB-4/2105

B813e Braga, Elisabeth Fromentoux
Evoluções do discurso socio-racial novo-hispano: dos textos à pintura de castas / Elisabeth Fromentoux Braga – Recife, 2023.
126f., il., fig.

Sob orientação de Alfredo Adolfo Cordiviola.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Letras, 2023.

Inclui referências.

1. Discurso de castas. 2. Nova Espanha. 3. Criollos. 4. Pintura de castas. 5. Imaginário coletivo. I. Cordiviola, Alfredo Adolfo (Orientação). II. Título.

809 CDD (22. ed.) UFPE (CAC 2023-89)

ELISABETH FROMENTOUX BRAGA

EVOLUÇÕES DO DISCURSO SOCIO-RACIAL NOVO-HISPANO:
Dos textos à Pintura de castas

Dissertação, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Teoria da Literatura. Área de concentração: Estudos Literários.

Aprovada em: 20 de abril de 2023

Prof. Dr. Alfredo Adolfo Cordiviola, UFPE
(Orientador)

Profª. Dra. Brenda Carlos de Andrade, UFPE
(Avaliadora interna)

Prof. Dr. Daniel de Souza Leão Vieira, UFPE
(Avaliador externo)

“Quand je n'suis pas à la hauteur
Elle m'élève plus haut que le ciel [...]
Quand j'abandonne, elle devient lionne
Et me relève avec patience
Quand j'ai la folie des grandeurs
Elle me ramène sans me faire mal
Elle est, dans ce monde infernal
Mon étoile parmi les étoiles. ”

Aos meus pais, Marie-Françoise e
Jean-Charles, minha irmã Bénédicte
e minha filha Laís Andreza que tanto
amo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, à Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), por ter propiciado as condições para meu desenvolvimento acadêmico; ao programa de Pós-graduação em letras (PPGL), por ter recebido meu projeto de pesquisa e, em particular à Prof^a. Dr^a. Evandra Grigoletto, pela sua disponibilidade; à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo imprescindível financiamento da presente dissertação.

Agradeço profundamente ao meu querido orientador Dr. Alfredo Adolfo Cordiviola, por quem tenho um imenso respeito e admiração, pela sua dedicação e paciência ao guiar-me na minha pesquisa e escrita. Agradeço pelos ensinamentos e pelas oportunidades proporcionadas que, sem dúvida, contribuíram e contribuem ao meu crescimento como pesquisadora. Agradeço sua amizade, confiança e consideração nesse caminho que vimos traçando em conjunto desde a graduação.

Agradeço, aos professores e professoras que, ao longo do meu percurso, me apoiaram e acreditaram em mim, em especial Vincente Massip, Jose Alberto Miranda Poza, Fabiele Stockmans de Nardi Sottili, Dario de Jesus Gómez Sanchez, David Pessoa de Lira e Juan Pablo Martín Rodrigues.

Agradeço à minha família pela confiança, paciência e apoio incondicionais e, em particular, à minha mãe e amiga, sem a qual essa história não se escreveria, por ter viabilizado meus estudos e minha pesquisa.

Agradeço a meus amigos pela força e motivação que me deram durante toda essa trajetória, com particular destaque para Eгна Maria Bezerra de Melo, Wagner Francisco da Silva Gomes, Mateus Vieira da Silva Ferreira, Débora Silva e Souza, Gabriel Loureiro “meu pensador”, Petrus Semann Cavalcante Ribeiro e Vinicius de Paula Aragão.

Finalmente, agradeço à minha amiga e companheira de rota, Maria Gabriela Wanderley Pedrosa, pelas indispensáveis trocas de conhecimentos, valiosas discussões e apoio mútuo ao longo dessa jornada.

[...] Todos somos testigos de que cotidianamente hay pequeños y grandes actos de violencia y de discriminación sociorracial. Mi contribución es insistir en que el olvido del pasado, la mala memoria y los mitos tienen como efecto encubrir la continuidad de formas de dominación propias del colonialismo. El olvido es funcional a la persistencia de la colonialidad del poder.

Laura Catelli, 2018.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo realizar uma “arqueologia” do discurso de castas produzido na Nova Espanha entre os séculos XVI e XVIII. Tal discurso consiste em um conjunto de ideias e concepções sobre hierarquização social baseada na linhagem, reveladoras do pensamento e ideologia das elites coloniais novo-hispanas. Assim, se propõe um amplo estudo da retórica das elites ao longo do período vice-real, buscando identificar as origens do discurso, sua evolução e suas várias manifestações. Para tanto, se revisa, por uma parte, textos oficiais e literários produzidos durante a época colonial, tanto no próprio vice-reino quanto na Europa. Por outra parte, se realiza uma análise de imagens produzidas ao longo do período, com particular atenção para o gênero de *pintura de castas*, de modo a evidenciar o diálogo existente entre esses dois *corpora*. Esse trabalho pretende enfatizar a importância de uma leitura cruzada entre textos e imagens para entender os mecanismos de produção e cristalização dos discursos de poder no imaginário coletivo dos europeus e dos americanos. Sua relevância reside, ainda, no fato de que a abordagem do período colonial permite entender as relações de poder e os comportamentos discriminatórios persistentes na atualidade como reminiscências das tensões vigentes entre os séculos XVI e XVIII.

Palavras-chave: discurso de castas; Nova Espanha; *criollos*; pintura de castas; imaginário coletivo.

RESUMEN

El presente trabajo pretende realizar una "arqueología" del discurso de castas producido en Nueva España entre los siglos XVI y XVIII. Dicho discurso consiste en un conjunto de ideas y concepciones sobre la jerarquización social basada en el linaje, reveladoras del pensamiento y la ideología de las élites coloniales novohispanas. Así, se propone un amplio estudio de la retórica de las élites a lo largo del periodo virreinal, buscando identificar los orígenes del discurso, su evolución y sus diversas manifestaciones. Para ello, se revisan, por un lado, los textos oficiales y literarios producidos durante la época colonial, tanto en el propio Virreinato como en Europa. Por otro lado, se lleva a cabo un análisis de las imágenes producidas a lo largo del periodo, con especial atención al género de la pintura de castas, con el fin de poner de manifiesto el diálogo entre estos dos corpus. Este trabajo pretende subrayar la importancia de una lectura cruzada entre textos e imágenes para comprender los mecanismos de producción y cristalización de los discursos de poder en el imaginario colectivo de europeos y americanos. Su relevancia también radica en que la aproximación al periodo colonial permite comprender las relaciones de poder y los comportamientos discriminatorios que persisten en la actualidad como reminiscencias de las tensiones vigentes entre los siglos XVI y XVIII.

Palabras clave: discurso de castas; Nueva España; criollos; pintura de castas; imaginario colectivo.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Frans Hogenberg. Frontispício do Theatrum Orbis Terrarum. Antuérpia	22
Figura 2 – Américo Vespucio, Mundus Novus, Núremberg, 1505.	27
Figura 3 – Brasiliensium vel Hominum in Peru habitus (Plancha 181). Amman, Jost, Habitus praecipuorum populorum, Núremberg, Hans Weigel, 1577	28
Figura 4 – Habito delle matronee, donzelle. Vecellio, Cesare, De gli Habiti antichi et moderni di Diverse Parti del Mondo, Venecia, Gio. Bernardo Sessa, 1598, p. 500v	29
Figura 5 – Autor desconhecido, America, 1611.	29
Figura 6 – Diego García Conde. Aspecto del mercado del Baratillo, recorte de Plaza Mayor de la Ciudad de México, 1765.	49
Figura 7 – Francisco Clapera. N°15. De genízaro y mulata, jíbaro, 1785.	51
Figura 8 – José de Páez. 11. De cambujo e india, produce zambaigo, 1780.	51
Figura 9 – Andrés de Islas. N°2. De español y mestiza nace castizo, 1774.	59
Figura 10 – Juan Patricio Morlete Ruiz. 5, De español y morisca, albino, 1761	59
Figura 11 – Manuel Arellano. Diceño de indio (a) e india (b) chichimecas. 1711	66
Figura 12 – Processos de limpeza de sangue conforme o discurso de castas novo-hispano.	78
Figura 13 – Anónimo Pintura de Castas., s. XVIII.	78
Figura 14 – Magón En la América nacen Gentes diversas en color, en costumbres, genios y lenguas. I. Del Español y la Yndia, nasce Mestizo. 1751-1800	80
Figura 15 – Cabrera. De Español y Mestiza, Castiza. 1763	81
Figura 16 – Andrés de Islas. De Castizo y Española: Español, 1774.	82
Figura 17 – Andrés de Islas. De Español, y Negra, produce Mulata, 1774.	84
Figura 18 – Magón. De Español, y Mulata, sale Morisca, 1754-1760.	84
Figura 19 – Magón. De Morisco y Española, Albino, 1754-1760.	85
Figura 20 – Magón. De Albina y Español, lo que nasce Torna atrás, 1754-1760.	85
Figura 21 – Magón. De Negro, e Yndia, Lovo, mala ralea. Herodes son de bolsas y faltriqueras, 1760.	87
Figura 22 – Magón, De Albarazado, y Salta atrás, sale Tente en el Aire. 1751-1800.	88
Figura 23 – Magón. Cuarteron y Mestiza, siempre peleando engendran al Collote fuerte y osado, 1760.	88
Figura 24 – Magón. Albino y Española/ Los que producen/ de torna átras, en figura/ genio, y costumbres”. 1754-1760	89
Figura 25 – Cabrera, De Español y Negra nace Mulata, 1763.	90

Figura 26 – Anônimo, De Español, y Mulata, Morisca (s. XVIII).....	90
Figura 27 – Basarás, J. A. À esquerda, De Yndio y Negra; à direita, De Yndia y Español Hispanic Society of America, New York.	103
Figura 28 – O’Crouley, ilustrações da : <i>Idea conrpendiosa...</i> (1774).....	104
Figura 29 – Quadro comparativo 1	108
Figura 30 – Quadro comparativo 2	108
Figura 31 – Quadro comparativo 3	109
Figura 32 – Quadro comparativo 3	110
Figura 33 – Gráfico comparativo de mestiçagem.....	113
Figura 34 – Tabela centesimal (série de México).....	113

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	A CONTRUÇÃO DE UM DISCURSO	19
2.1	GÊNESE DE UM DISCURSO	20
2.2	FENÔMENO DE MISTIÇAGEM NA NOVA ESPANHA	31
3	O DISCURSO DE CASTAS COMO DISPOSITIVO DE CLASSIFICAÇÃO E CONTROLE	38
3.1	A SOCIEDADE NOVO-HISPANA SETECENTISTA: O REPÚDIO ÀS MESCLAS	39
3.2	A CISAÇÃO DAS ELITES	56
4	A <i>PINTURA DE CASTAS</i>: EXPRESSÃO VISUAL DE UM DISCURSO SOCIAL	64
4.1	O FENÔMENO DE <i>PINTURA DE CASTAS</i>	64
4.2	UMA JANELA PARA AS “MENTALIDADES” <i>CRIOLLAS</i>	71
4.3	MATERIALIZAÇÃO DE UMA IDEOLOGIA <i>CRIOLLA</i>	76
5	CIRCULAÇÃO E REPRODUÇÃO DE UM DISCURSO SOCIO-RACIAL	93
5.1	A CIRCULAÇÃO DAS IDEIAS NO SÉCULO XVIII	93
5.1.1	Sociabilidades transatlânticas: cartas, salões, livros	94
5.1.2	O caso da <i>pintura de castas</i>	100
5.2	RECEPÇÃO E APROPRIAÇÃO DO DISCURSO DE CASTAS	104
5.3	REPERCUSSÃO DO DISCURSO DE CASTAS NOS IMAGINÁRIOS MEXICANO E EUROPEU	114
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
	REFERÊNCIAS	121

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho, cujo tema central é o discurso de castas produzido na Nova Espanha ao longo do período colonial¹, é fruto de uma pesquisa iniciada ainda na graduação, na ocasião do Trabalho de Conclusão de Curso e aprofundada durante os dois anos de Mestrado.

O discurso de castas – tal como definido por Campos (2014; 2017) consiste em um conjunto de ideias e concepções sobre hierarquização social baseada na linhagem, reveladoras do pensamento e ideologia das elites coloniais novo-hispanas. O conceito de castas, para a realidade do vice-reino, foi durante muito tempo objeto de equívocos, a entender a sociedade como “sistema” de castas² (GONZALBO, 2013; CAMPOS, 2017). Porém, as pesquisas desenvolvidas nas últimas décadas e a realidade apresentada pelas fontes documentais levaram os historiadores a rechaçar a ideia de um regime inflexível e, ao contrário, entender o fenômeno de castas como um elemento a mais dentro do discurso colonial de poder. De fato, se tratou de uma ferramenta visando controlar e regular a população de modo a garantir e preservar a posição dominante da elite espanhola/branca. No âmbito da presente pesquisa, se assume um discurso plasmado desde o século XVI e cujas significações foram se modificando no decorrer de três séculos de vice-reino, em função dos contextos e das necessidades, culminado durante a centúria dos Setecentos.

Para entender o multifacetado discurso de castas, a distinção entre espanhóis americanos e espanhóis peninsulares é crucial, pois nela se embasou a justificação da imposição imperialista da metrópole frente aos seus súditos da periferia colonial e, a partir dela, se desenvolveu uma consciência *criolla* e, posteriormente, o nacionalismo mexicano. Assim, se propõe uma ampla análise sobre a retórica das elites ao longo do período colonial, buscando identificar as origens do discurso, sua evolução e suas manifestações, e entender como, para o século XVIII, esse discurso foi recuperado pelos *criollos* que procuravam reivindicar seu reconhecimento como espanhóis e defender-se das críticas e acusações dos europeus.

A importância do discurso de castas se evidencia pela quantidade de produtos culturais que se elaboraram em torno da sua lógica, os quais foram relevantes para reconstituir uma “arqueologia” desse discurso, uma vez que, através de testemunhos narrativos, se pode

¹ O uso do termo “colonial” foi questionado por alguns autores, uma vez que a Nova Espanha não era uma colônia propriamente dita, mas um reino integrante da Monarquia espanhola. As fontes da época falam em Reino, Vice-Reino. Da mesma forma, Cuervo Frias (2022) ressalta que o uso de Império é recente e que durante o período vice-real, se falava em Monarquia. (Cuervos Frias, *Las élites económicas novohispanas en los albores de la Modernidad, 1760-1820*, Universidad Rey Juan Carlos, Madrid, 2022. Disponível em (78) [Las élites económicas novohispanas en los albores de la Modernidad, 1760-1820 | Miguel Cuervo Frias - Academia.edu](#)).

² Pilar Gonzalbo fala em “trampa de las castas” (GONZALBO, 2013, sp)

encontrar referências claras às castas e ao tratamento dado às *calidades*. Esse discurso pode ser identificado em vários textos produzidos durante a época colonial e sua máxima representação visual é, certamente, a famosa e hoje tão estudada *pintura de castas* (ainda chamada *cuadros de mestizaje*).

A primeira vez que fui apresentada à *pintura de castas* – um dos principais *corpora* desta pesquisa – foi em 2018, na ocasião de um trabalho de fim de disciplina, no qual pretendia trabalhar a questão dos *afrodescendentes* no México. Meu então orientador de PIBIC – e atual orientador de Mestrado –, o professor Cordiviola, me sugeriu esse gênero pictográfico como elemento de análise da representação dos indivíduos de origem africana no México. Imediatamente, ao deparar-me com as primeiras séries, fiquei fascinada. Longe de imaginar o vasto campo de pesquisa que me abriria essa pintura multifacetada e susceptível de tantas e diversas interpretações, comecei uma jornada na qual os *cuadros de mestizaje* se tornariam objeto central dos meus estudos. Venho, desde então, analisando-os, fazendo leituras variadas, sempre pondo em diálogo essas representações imagéticas com outras expressões artísticas e notadamente, literárias. Contudo, a *pintura de castas* tomou verdadeiramente vida para mim quando, em abril de 2022, realizei uma viagem a Madrid, com a finalidade de conhecer o *Museo de América* e ver de perto meu objeto de pesquisa. Dos cinco dias que passei na cidade, três foram dedicados a visitar esse lugar. Até então, tinha revisado e analisado os quadros apenas através de bancos de imagens na internet, revistas especializadas cujos dossiers se encontravam em versão online e, principalmente, entrando em sites de museus que permitem a consulta de parte do seu acervo em forma digitalizada. Não há palavras, de fato, que possam descrever a emoção para uma jovem pesquisadora de encontrar-se diante do seu objeto de pesquisa. No segundo andar, na seção “América *virreinal*”, estavam expostas uma série de Miguel Cabrera (1763) e outra de Andrés de Islas (1774). Passei horas diante de cada uma das pinturas e percebi detalhes que até então nunca tinha reparado, pois só ao olho nu podem ser vistos. Cada quadro era um convite a adentrar naquele espaço, seja no conforto da sala do *mestizo* (primeiro da série), seja na oficina do sapateiro (quadro do *tenta en el aire*); um convite a viajar no tempo e desvendar mais alguns segredos da sociedade novo-hispana.

Mas, de fato, a emoção começou logo no primeiro dia, quando ao chegar à estação *Moncloa*, pude avistar a imponente torre do museu. Caminhei devagar até o edifício e, a cada passo, se revelava um pedacinho mais da sua lateral e, finalmente, a fachada: “*Museo de América*”. O museu possui uma energia envolvente, da sua entrada até as salas com suas numerosas seções. Dois andares de vestígios de um passado que une os dois continentes e lembra uma história comum, mal conhecida por alguns, enaltecida por vários e rechaçada por

muitos. De fato, se trata de trezentos anos de “dominação” – ou talvez “imposição” seja a palavra mais certa – espanhola em territórios americanos. Por um lado, no decorrer de todo o período colonial, se criou na América um patrimônio arquitetônico, artístico e cultural de forma geral, indiscutível que segue sendo reivindicado como marca registrada da sua cultura em países como o México. Porém, ao lado de tal riqueza patrimonial, sobram também as reminiscências de um passado de imposição, de uma sociedade vice-real fundada na base da separação entre *conquistadores* e *conquistados*, fortemente marcada por desigualdades, e na qual a origem do indivíduo determinava seu lugar social.

O colonialismo, enquanto sistema, se esfacelou durante o século XIX, época das Independências de várias das possessões espanholas na América. No entanto, muitos dos seus efeitos ainda se fazem sentir na atualidade, em forma de *colonialidad*³ (QUIJANO, 2000). No caso do México, por exemplo, que se reconheceu – como muitas outras nações latino-americanas – país multicultural, é possível perceber desigualdades sociais e marginalização/exclusão de determinados grupos étnicos. Essa discriminação se manifesta pela dificuldade em encontrar empregos, nas precárias condições de vida, no limitado acesso ao sistema de saúde, mas também através de comportamentos que hoje podemos qualificar de racistas, como críticas à indumentaria ou ao sotaque de um grupo indígena, ou, ainda expressões do dia a dia herdadas da época colonial e remetendo à condição de escravizados/as de homens e mulheres de origem africana.

Muitos historiadores entendem essa discriminação como fruto do século XIX e das posteriores políticas nacionais de uniformização. Se é verdade que na época da Independência, sob o rótulo de “mestiçagem” se anularam as características culturais dos diversos grupos em prol de um projeto nacional e que tal mestiçagem foi principalmente atribuída à mescla entre espanhóis e índios, a dita “raça cósmica” de Vasconcelos, deixando outros grupos de origens étnicas variadas na invisibilidade, tais pensamentos não surgiram da noite para o dia.

Assim, esse trabalho parte da premissa que o racismo encontra suas raízes já na própria época colonial. Claro, seria um anacronismo falar em racismo para os séculos XVI a XVIII, uma vez que se trata de um conceito desenvolvido durante o século XX. Da mesma forma que o conceito de “raça”, tal como se o concebe hoje, foi explorado no decorrer do século XIX.

³A *colonialidade* do poder, conceito avançado pelos estudiosos de estudos pós-coloniais, decoloniais e subalternos, foi particularmente defendida por Anibal Quijano, que identifica nas sociedades contemporâneas um legado vivo do colonialismo, manifesto em forma de discriminação social que se refletiu na estrutura social e econômica vice-real e continua a repercutir na estrutura das sociedades pós-coloniais modernas.

Contudo, ao longo do período colonial a sociedade se organizou em torno da diferença entre o europeu/branco e o “Outro”. Desde os primeiros contatos houve um discurso de poder que se desenvolveu e foi se “racializando” já no final do século XVIII, quando foi recuperado pela elite *criolla* desejosa de defender seus interesses políticos e econômicos. Tal discurso, em parte alimentado pelo cientificismo ilustrado, serviu de base ao estabelecimento de teorias científicas e políticas no século XIX.

O estudo do período colonial é fundamental para entender as relações de poder e os comportamentos discriminatórios persistentes na atualidade como reminiscências das tensões vigentes entre os séculos XVI e XVIII. Olhar para o passado colonial a partir de uma perspectiva decolonial/pós-colonial, ou seja, na contramão da historiografia canônica, possibilita entrever mecanismos e práticas até então ocultados. Assim, investigar e pesquisar estes séculos, caracterizados por continuidades e rupturas, abre um caminho, sugerido por autores como Laura Catelli (2018, p. 13), para encontrar a raiz de alguns dos males que ainda existem na América Latina.

Os Estudos Pós-coloniais/decoloniais têm por objeto de investigação a literatura escrita durante e após o período colonial e de que modo, nela, a sociedade é representada/se (auto)representa. Entende-se que, através da literatura, se narram e problematizam os aspectos culturais a partir dos quais se podem perceber valores e problemas identitários dos países colonizados. Desde esta perspectiva, as narrativas, ainda que ficcionais, construídas ao longo do período vice-real se apresentam como uma janela para adentrar à realidade social e à mentalidade de um grupo. Por isso o presente estudo revisa diferentes produções da época vice-real novo-hispana, de modo a encontrar as manifestações do pensamento, comportamentos e práticas sociopolíticas das elites. No entanto, também empresta a outros campos de saber, ao trabalhar outras formas de expressão culturais, em particular a pintura. Neste âmbito, essa pesquisa, inserida no campo dos Estudos Culturais/Pós-coloniais, se quer interdisciplinar, no cruzamento entre diferentes áreas tais como Literatura, História da Arte, História Cultural e História Social.

Duas hipóteses centrais orientam essa pesquisa. A primeira, que ao longo do período colonial e pela necessidade de justificar a hegemonia espanhola nos territórios conquistados na América, se desenvolveu um discurso de poder baseado em uma “consciência racial”, manifesta em legislações excludentes, e motivado pelo medo da elite espanhola/branca de mesclar-se às castas e classes inferiores. A segunda, que tal pensamento discriminatório se articulava em torno de logicas-chave: o mecanismo de “superioridade/inferioridade” e o de

“identidade/alteridade”. Desde esta perspectiva, se poderá demonstrar que as raízes históricas do racismo no México se podem rastrear desde um período anterior à Independência.

O objetivo central do presente trabalho consiste então em analisar as manifestações do discurso de castas desde sua gênese no final do século XV até o século XVIII. Se trata, por tanto, de rastrear um conjunto de pensamentos discriminatórios expressos através de discursos e práticas sociais das elites novo-hispanas com relação às castas.

O recorte espacial da pesquisa se deu na Nova Espanha, mais especificamente na Cidade de México. Embora possam encontrar-se convergências entre a capital e as demais regiões, não se pode concluir que a cidade de México seja representativa das práticas, comportamentos e mentalidades do vice-reino como um todo. No entanto, a dinâmica social dessa cidade durante o período colonial permite uma aproximação à vida cotidiana tanto das elites espanholas quanto das castas, uma vez que conviviam gente de todos os estratos sociais e origens étnicas, provocando uma maior interação entre os diversos grupos.

O foco principal do presente trabalho é o século XVIII, durante o qual o discurso de castas se intensificou e começou a se “racializar”, pondo as bases para as teorias raciais do cientificismo europeu que se desenvolveriam a partir do século XIX. Contudo, elaborar uma “arqueologia” do discurso de castas leva a analisar suas raízes, abarcando assim todo o período vice-real, desde a Conquista até a guerra de Independência. Se podem distinguir duas principais fases: a gênese do discurso (1492-1650) e sua evolução e paulatina “racialização” (1650-1810).

A pesquisa se realizou a partir de dois *corpora* principais: por um lado, um conjunto de produções escritas nas quais se deixam entrever menções, de forma geral, à diferenciação dos indivíduos a partir da sua origem e, mais especificamente, às castas. Por outro lado, pinturas e ilustrações, que participaram da construção de um imaginário sobre os habitantes da Nova Espanha e que, no caso mais específico dos *cuadros de mestizaje*, além de veicularem uma imagem da sociedade novo-hispana, permitem uma aproximação à ideologia *criolla*.

O trabalho, finalmente, se articula em torno de quatro capítulos. O primeiro, intitulado “A construção de um discurso”, pretende evidenciar o fato de que a construção do imaginário ocidental moderno sobre a América resulta em parte dos discursos elaborados pelas elites espanholas, a partir de 1492. O capítulo se divide em duas partes de forma cronológica. Na primeira, se reflexiona sobre os primeiros contatos entre europeus e nativos e os processos de construção da alteridade no contexto do “descobrimento” da América e da Conquista de México; enfoca, por tanto, mais especificamente o século XVI. Para isso, se revisam autores como Edmundo O’Gorman, Enrique Dussel, Tzvetan Todorov e Rolena Adorno, cujos aportes permitem embasar uma reflexão quanto à “invenção” do Outro. A segunda parte, já adentrando

o século XVII e parte do XVIII, se atem ao fenômeno de mestiçagem na Nova Espanha, característica fundamental da constituição da sua sociedade e que deu lugar à emergência de um novo Outro, um Outro plural, a partir do qual seriam desenvolvidas nomenclaturas classificatórias orientando o discurso colonial para um discurso de castas. Também se contemplam aportes de autores interessados na história demográfica e nos comportamentos endo- ou heterogâmicos dos diferentes grupos sociais compondo o vice-reino, como Victor M. González Esparza.

O segundo capítulo, “O discurso de castas como dispositivo de classificação e controle”, também está organizado em dois blocos. O primeiro parte de uma discussão de conceitos como “*calidad*”, “*raça*” e “*casta*”. Nesta ocasião, se contemplam autores do âmbito da História Social, como Pilar Gonzalbo, Federico Campos e Maria Elisa Velásquez. Em seguida se realiza uma revisão literária de produções emanadas das autoridades visando manter o distanciamento social entre os grupos, mas também de uma literatura produzida desde América, que possibilita um acesso à representação que os habitantes do vice-reino se faziam da sua sociedade. No segundo bloco, se busca entender o impacto da introdução das ideias ilustradas e em particular do incipiente cientificismo europeu sobre as relações entre espanhóis americanos e espanhóis peninsulares. Se recorre a testemunhos escritos, principalmente discursos de naturalistas como Lineu ou o Conde de Buffon e relatos de viajantes como Thomas Gage ou Giovanni Gemelli Careri, os quais enfatizaram essa rixa entre os dois grupos, além de autores novo-hispanos que se defenderam veementemente das críticas dos europeus.

O terceiro capítulo trata de “*A Pintura de castas: expressão visual de uma ideologia criolla*”, corroborando os ditos de autores da época citados no capítulo anterior. Se aborda a *pintura de castas* desde uma perspectiva de agência *criolla*, e, neste sentido, se realiza uma leitura do gênero à luz dos textos contemporâneos em circulação, permitindo uma aproximação às mentalidades das elites novo-hispanas. Tal correlação entre testemunhos imagéticos e textuais segue uma abordagem sugerida por alguns especialistas como Aby Warburg ou Carlo Ginzburg. O conceito de “Representações” de Roger Chartier permite, por sua vez, uma reflexão quanto à reprodução na pintura de uma ideologia social *criolla*. Finalmente, se propõe a análise de alguns quadros de séries nas quais se encontra plasmado claramente o discurso de castas e a partir das quais se pode evidenciar a intertextualidade entre essa manifestação cultural e a literatura revisada no capítulo anterior. A *pintura de castas* foi produzida durante todo o século XVIII e, por isso, não pode ser tratada como um gênero homogêneo. De fato, se percebem variações entre os quadros do início dos Setecentos e os produzidos no último quarto do século. Esses últimos apresentam maior interesse no âmbito dessa pesquisa, uma vez que

correspondem ao momento de “racialização” do discurso de castas e à emergência do nacionalismo *criollo*. Os aportes de pesquisadores como Tomás Pérez Vejo e Ilona Katzew, especialista do gênero, foram de grande utilidade.

Finalmente, no quarto e último capítulo, “Circulação e reprodução de um discurso socio-racial”, se pretende indagar sobre a circulação e recepção das ideias durante o período colonial, entre a Nova Espanha e a Europa. Analisa-se tanto os circuitos internos como externos de trânsito de livros, objetos de artes e pessoas, de modo a evidenciar o fenômeno de retroalimentação entre os vários discursos e seus suportes, e entender os processos de cristalização nos imaginários coletivos tanto europeus quanto novo-hispanos. Nesse sentido, os trabalhos de historiadores como Serge Gruzinski e Areneda Riquelme, quanto à circulação dos correios, como os de Teodoro Hampe Martínez e Pedro Rueda Martínez com relação à circulação dos livros na Idade moderna, foram de suma relevância. A Estética da recepção foi útil para entender a leitura e ressignificação dos discursos textuais e visuais realizadas pelos europeus. Por sua parte, as noções de *Nachleben* (pós-vida) e de *pathosformeln* (fórmulas de páthos) de Aby Warburg permitiram uma aproximação às operações mentais realizadas pelos pintores de castas, assim como seus receptores. Finalmente, o capítulo se encerra com uma reflexão em torno das repercussões do discurso de castas, tanto no campo científico quanto político. A esta ocasião se consultou trabalhos de autores como Laura Catelli, Magali Carrera e Michel Wieviorka.

Vale ressaltar que ao longo do texto, se reproduzem as terminologias tais como se encontram nas obras e fontes consultadas, como parte essencial da compreensão do pensamento classificatório e hierarquizante do período colonial. No entanto, se prefere o uso do termo afrodescendente⁴ (embora seja recente) no lugar de negro/negra (considerando a carga historicamente pejorativa que se pode atribuir) e o de *calidad* (empregada durante o período vice-real), para evitar o de raça (embora naquela época não tivesse o teor discriminatório da atualidade).

Longe de pretender trazer respostas definitivas, o presente trabalho tem como propósito contribuir às discussões sobre as cosmovisões das elites novo-hispanas quanto aos indivíduos “mescados”, demonstrando o impacto dos seus discursos na cristalização de um imaginário sobre esse outro inferiorizado. A relevância da pesquisa reside ainda no fato de insistir sobre a importância da imbricação das imagens e dos textos na construção dessa alteridade.

⁴ O termo "afrodescendente" foi adotado em dezembro de 2000 na Conferência Regional das Américas, realizada em Santiago, Chile, em preparação à Terceira Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em Durban, em 2001.

2 A CONTRUÇÃO DE UM DISCURSO

Esse primeiro capítulo se dedicará a buscar as raízes “profundas” de um discurso construído ao longo do período colonial e que, durante o século XVIII, seria marcado por uma “racialização”. Para esboçar tal “arqueologia” do discurso de castas, se realiza uma revisão de alguns relatos que se deram sobre o continente americano desde os primeiros contatos e que contribuíram a gerar uma visão estereotipada dos nativos. Trata-se, portanto, de textos escritos por navegantes, conquistadores e cronistas, mas também de imagens produzidas pelos primeiros colonizadores, exploradores, artistas e cartógrafos. Se busca ainda demonstrar como, paulatinamente, o Outro, inicialmente o índio/nativo, foi transformando-se, devido ao convívio com europeus/brancos e africanos/negros, e à forte mestiçagem que se produziu entre esses três troncos étnicos iniciais. Finalmente se ressalta a necessidade de manter a hegemonia por parte dos espanhóis, e as mudanças progressivas ocorridas nos discursos de poder conforme as ameaças se apresentavam. A imagem, enquanto relato, pode ser manipulada em função das circunstâncias históricas de cada momento e mediatizada pelo discurso oficial dominante. De fato, sua projeção contribui à construção de dito relato, e da concepção de ideologias. Com o passar do tempo, as representações mudariam e se adaptariam às novas realidades, conforme o discurso colonial o exigiria, como será demonstrado ao longo do presente trabalho.

Ao entender o discurso de castas como um conjunto de discursos emanados de uma elite (espanhola, branca, católica) e revelador de sua visão sobre o Outro, é preciso indagar precisamente sobre esse Outro. A questão da alteridade na América é geralmente tratada na relação europeu/índio, no entanto, o que se pretende enfatizar aqui, é que, no caso específico (porém não exclusivo) da Nova Espanha (território sobre o qual se concentrou essa pesquisa), não houve apenas um Outro; ou seja, a figura do Outro não pode ser considerada uma e imutável, pois está ligada ao fenômeno da mestiçagem, à “aparição” de novos seres difíceis de definir e classificar.

Por uma parte, a própria elite não foi ao longo dos três séculos uma categoria homogênea; por outra parte, aos índios, povos originais dessas terras, logo se juntaram como Outros os mestiços, os negros e mulatos, e até, a partir do século XVII, os próprios *criollos*. Este último ponto é fundamental para entender a mudança de tom e conteúdo do discurso de castas ocorrida ao longo do século XVIII.

Quais são, então, os processos de apreensão e representação da alteridade no contexto colonial americano? Em que termos se estabeleceu essa alteridade a partir do final do século

XV? E, finalmente, quem é/são o(s) Outro(s) e quem é/são o Eu/Nós que fala(m) na complexa sociedade novo-hispana?

2.1 GÊNESE DE UM DISCURSO

O ano de 1492 se dá como marco do início de uma nova era: a era moderna, inextricavelmente ligada ao “descobrimento” do “Novo Mundo”. Na cosmovisão ocidental do fim do século XV, se tratava de terras remotas e estranhas ao mundo ocidental, desconhecidas até a chegada dos navegantes europeus. No imaginário europeu, tal “descobrimento” significou duas coisas: a primeira, que Europa passou de uma situação de margem do *Orbis Terrarum* a uma situação central: a Europa se tornava o novo “centro do mundo”. Em segundo lugar, o “descobrimento” de indivíduos de estatura física menor, que não usavam roupa, não falavam a mesma língua e não possuíam escrita⁵, erigiu o europeu em homem civilizado, “adulto”, diante de um ser humano no estado selvagem, precisando do primeiro para desenvolver-se e civilizar-se. Assim, a América se encontrava relegada a uma posição de *periferia* da Europa moderna (DUSSEL, 1994, p. 12), ou seja, para os séculos XVI e XVII, nos limites do mundo conhecido e civilizado (DEGGER, 2020, p. 62).

No entanto, desde o século passado, e principalmente com o advento dos estudos pós-coloniais/decoloniais, coloca-se a questão do “descobrimento” em outros termos: *Houve realmente “descobrimento” por parte dos europeus? O quê, de fato, se descobriu?*

Edmundo O’Gorman (1992) questiona a ideia de “descobrimento” e refuta a ideia de Colombo ou Vespúcio como “descobridores” da América, uma vez que nem um nem outro tinham “ciência do ‘ser’ dessas terras”, condição necessária para atribuí-lhes esse *status*. Para o autor, a ideia de descoberta “não é satisfatória [...] porque não dá conta da realidade que interpreta” (O’GORMAN, 1992, p. 66). Segundo o historiador mexicano, a América não foi descoberta, mas sim inventada e desde essa perspectiva, devem ser entendidos os acontecimentos.

Amplas discussões surgiram desde o final do século XV a respeito da natureza dessas novas terras, e a Europa se encontrava diante de um dilema: não era sustentável a ideia de terras pertencentes à Ásia, porém admitir uma separação dessa extensão de terra do continente asiático, significava negar a concepção unitária do mundo, defendida pela Igreja, única

⁵ Os povos maias (Península de Yucatán) e *nahuas* (região central do Vale do México) possuíam escritas de tipo pictográfico, ininteligível para o europeu medieval, que concluiu que se tratava de simples desenhos e não de signos que compunham a escrita.

detentora da verdade naqueles tempos. Contudo, ao passo que a convicção de uma separação se fortalecia, essas terras recobriam cada vez mais importância, surgindo assim “a necessidade de atribuir-lhes um sentido próprio” (O’GORMAN, 1992, p. 170), sentido esse que ganha corpo a partir da publicação do mapa de Waldseemüller, em 1507, que reconhece essa terra como “quarta parte” do mundo, até então concebido como tripartido. Ao reconhecer ao continente uma natureza equivalente aos demais, também se fez necessário estabelecer uma hierarquia entre eles, de modo a justificar a exploração dessas terras pelos europeus. Assim, Europa, considerando-se naturalmente superior, se colocou no topo dessa hierarquia.

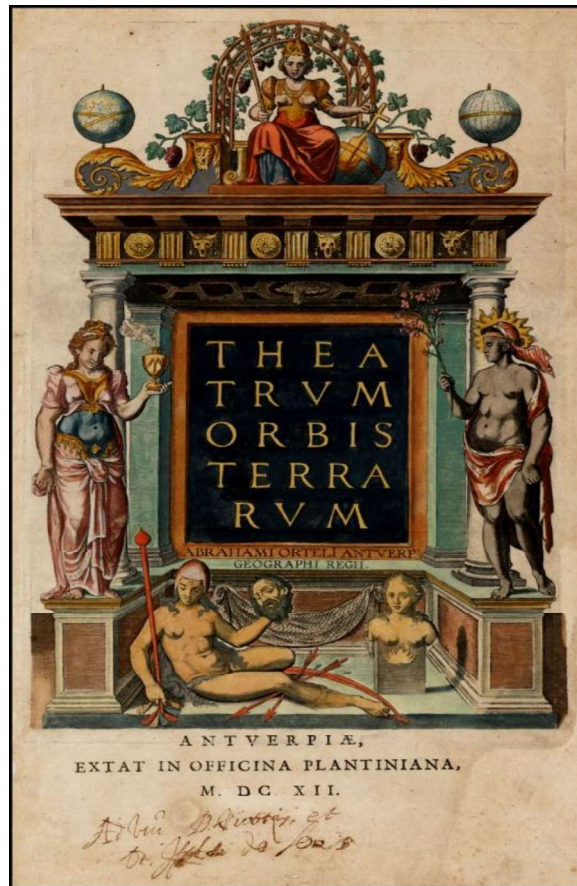
O frontispício do atlas *Theatrum Orbis Terrarum* (Figura 1), de Abraham Ortelius, publicado em Antuérpia em 1570, cujo gravado se atribui a Frans Hogenberg, ilustra perfeitamente essa visão “eurocentrista” de superioridade sobre os demais povos. Com efeito, neste gravado, Europa aparece no topo do mundo, dominando, como cultura civilizada, coroada e portando o cetro, enquanto América é representada na parte inferior da gravura, desnuda, sentada junto de um arco e flechas, segurando na mão direita uma lança e na esquerda uma cabeça humana decapitada, em sinal de selvageria e antropofagia.

Tal divisão “lançou profundas raízes na consciência religiosa” (O’GORMAN, 1992, p. 194) de modo que Europa passava assim a ser considerada a “civilização verdadeira”.

O europeu, ao explorar novas terras, também se deparou com nativos, os quais, ainda que a sua natureza tenha sido objeto de calorosos debates⁶, foram considerados seres humanos, e, de fato, “integrados ao curso da história universal” (O’GORMAN, 1992, p. 197). Em consequência, se aniquilou todo significado histórico desses grupos humanos, em prol da realização de uma “Espanha renovada” na América. Desde tal perspectiva, a América deve entender-se como resultado de um processo de invenção do homem, possibilitando-lhe “apoderar-se da realidade universal” (O’GORMAN, 1992, p.199).

⁶ Um dos debates mais memoráveis da História com relação à natureza dos índios foi o de Valladolid protagonizado por Juan Ginés Sepúlveda e Bartolomé de Las Casas a instâncias de Carlos I sobre a legitimidade da Conquista e o trato que se dava aos índios. Sepúlveda defendia a legitimidade da Conquista e a escravização dos povos indígenas, enquanto Las Casas denunciava os abusos dos conquistadores e defendia os índios, alegando que não eram de natureza a serem escravizados. O debate terminaria com a promulgação em 1542 das *Leyes Nuevas*, um conjunto de 40 normas que proibiam a escravidão e o trabalho forçado dos índios, além de, entre outras coisas, abolir as *encomiendas*. De certa forma, isso contribuiu a legitimar e intensificar a “trata dos negros”, uma vez que ao defender os índios, Las Casas não se opunha à escravização dos africanos.

Figura 1 - Frans Hogenberg. Frontispício do Theatrum Orbis Terrarum. Antuérpia



Fonte: BibliOdyssey: Atlas Title Pages

A modernidade, nos diz Dussel, nasceu “quando Europa pudo confrontarse con "el Otro" y controlarlo, vencerlo, violentarlo; cuando pudo definirse como un "ego" des-cubridor, conquistador, colonizador de la Alteridad constitutiva de la misma Modernidad” (DUSSEL, 1994, p. 8). O autor, que também rechaça a ideia de descobrimento, propõe o conceito de “en-cobrimento”. Com efeito, para ele, esse Outro com o qual se deparava o europeu não foi “descoberto” como Outro, mas sim, “en-coberto” como “o Mesmo” que Europa já era desde sempre (DUSSEL, 1994, p. 8). Desde essa perspectiva, o Outro, o nativo, não foi percebido inicialmente em termos de alteridade, mas sim como “mesmidade”. Tratou-se, então, de interpretar o outro/índio/nativo a partir de um nós/espanhol/europeu, que, pondo-se como referencial, longe de reconhecer esse Outro na sua alteridade, o considerou como seu “mesmo” inferior. O nativo foi então percebido como ser humano ao estado selvagem, ainda não civilizado e necessitando do europeu para desenvolver-se.

Para a pesquisadora estado-unidense Rolena Adorno (1988), no século XV, as percepções interculturais por parte dos europeus não se concebiam a partir da alteridade, mas de identidade. Assim, “el modelo epistemológico era la similitud, y consciente o

inconscientemente, los europeos – cronistas, poetas, escritores, misioneros y tratadistas teológico-jurídicos – elaboraban modelos y marcos comparativos al tratar de reconocer, comprender y clasificar la humanidad americana” (ADORNO, 1988). Segundo a autora, para conceptualizar e descrever essa humanidade recém-encontrada, os europeus se basearam em categoriais sociais e grupos étnicos já conhecidos. Tais famílias discursivas “ofrecían ciertos lugares comunes de la época a través de los cuales se podía contemplar entidades y experiencias consideradas ajenas por el sujeto colonial” (ADORNO, 1988). Ademais, para a pesquisadora, ao estabelecerem uma comparação entre a “fácil” Conquista de América e a “difícil” Reconquista católica da Espanha, os colonizadores produziram discursos estereotipados sobre os ameríndios, os quais influíram negativamente na percepção europeia sobre os índios.

Contudo, os discursos criados sobre os habitantes do Novo Mundo não nasceram somente do desejo de conhecer o Outro, mas também da necessidade de diferenciar hierarquicamente o sujeito/eu do outro. Assim, como o ressalta Adorno, a necessidade de definir o carácter do outro é auto-reconhecer seus próprios limites. “La alteridad es una creación que permite establecer y fijar las fronteras de la identidad” (ADORNO, 1988).

Por sua parte, o filósofo búlgaro Tzvetan Todorov defende a ideia não de um descobrimento do Outro, mas sim de uma projeção no Outro dos seus próprios desejos e fantasias, principalmente ao referir-se à atitude de Colombo em relação às novas terras e seus habitantes. No seu livro *A Conquista de América* (1982), o autor traz uma reflexão em torno dos processos coloniais e da visão que os espanhóis tinham desse Outro, o índio, no início do século XVI. Em 1492, ano da chegada dos europeus à América, Espanha estava vivendo um momento histórico que marcou seu devir. Acabava, por um lado, de expulsar os mouros e judeus da Península, ou seja, de expulsar seu “Outro interior”, e, por outro lado, descobria seu Outro exterior, os ameríndios (TODOROV, 1998, p. 57). Na sua indagação sobre a questão do Outro, Todorov entende que “la actitud de Colón respecto a los indios descansa en la manera que tiene de percibirlos. Se podrían distinguir en ella dos componentes, que se vuelven a encontrar en el siglo siguiente y, prácticamente, hasta nuestros días en la relación de todo colonizador con el colonizado” (TODOROV, 1998, p. 50). Assim, ou Colombo considera os índios como seres humanos completos, e neste caso, os vê como iguais e idênticos, o que leva ao assimilacionismo; ou parte da diferença, o que se traduz em termos de superioridade/inferioridade. Tais figuras elementares de experiencia da alteridade “descansan ambas en el egocentrismo, en la identificación de los propios valores con los valores en general, del propio yo con el universo, en la convicción de que el mundo es uno” (TODOROV, 1998, p.

50). Assim, tanto uma como outra dessas perspectivas se devem ao desconhecimento do Outro e o não-reconhecimento da sua alteridade.

Deste modo, “la concepción del otro remite al concepto mismo de civilización y por ende al de cultura, al choque y confrontación que se produce en el encuentro con los otros, desde entonces y hasta nuestros días” (RODRIGUEZ, 2001, p. 114). O verdadeiro problema quanto à natureza desse Outro residia, de fato, na necessidade de legitimar a conquista não somente das suas terras, mas também dos corpos e almas desses nativos. Desde os primeiros contatos – que já foi definido por alguns autores sob o eufemismo de “encontro” – não se estabeleceram relações igualitárias. Segundo Miguel León-Portilla,

En el caso de América, desde el punto de vista europeo, se tenía que ver con hombres que no eran ni asiáticos ni africanos, dos de las razas humanas conocidas en esa época. Pero tampoco se podían aplicar a los americanos esas categorías que hubieran permitido verlos como seres solamente parecidos a los humanos, tales como monstruos habitantes de las orillas de la tierra, seres paradisíacos que vivían en un estado anterior al pecado original, criaturas infernales o miembros del reino animal que, a pesar de sus muchas similitudes con los europeos, no llegaban a ser verdaderos seres humanos (LEON-PORTILLA y col., 1992, p.199).

Nesse processo colonizador, tanto a incompreensão dos aspectos socioculturais quanto o afã de levar os preceitos civilizatórios europeus ao Novo Mundo e a necessidade de dominação desembocaram em práticas de violência e opressão contra os povos nativos, os quais foram subjugados pelos europeus, desejosos de controlar os territórios ocupados e explorar a mão de obra desses nativos. Para justificar tais processos, era necessário inferiorizá-los. “La primera reacción, espontánea, frente al extranjero es imaginarlo inferior, puesto que es diferente de nosotros: ni siquiera es un hombre o, si lo es, es un bárbaro inferior: si no habla nuestra lengua, es que no habla ninguna, no sabe hablar, como pensaba todavía Colón” (TODOROV, 1998, p. 77). A partir de tal visão estereotipada do Outro, se podia justificar a dominação – assim como as práticas empregadas para alcançá-la – de povos “inferiores” por uma sociedade “superior”, neste caso, a europeia.

A expansão europeia se baseou então numa ideologia essencialista que dividiu a população mundial entre seres superiores e seres inferiorizados. Assim, o conceito de alteridade surge de uma vontade de hierarquização.

Michel Foucault (2015) ao discorrer sobre as relações de poderes institucionais afirma que “o indivíduo, com suas características, sua identidade, fixado a si mesmo, é o produto de uma relação de poder que se exerce sobre corpos, multiplicidades, movimento, desejos e forças” (FOUCAULT, 2015, pp. 256-257). Assim, o Outro, enquanto categoria de identificação

daqueles que diferem do indivíduo, emerge mediante essas relações de poder cotidianas, pelas quais se desenvolvem práticas de discriminação e de estratificação social.

Para o caso do que viria a ser o vice-reino de Nova Espanha, uma vez “conquistados” a maioria dos povos nativos, os espanhóis além de apossarem-se das terras, se apossaram também das mulheres nativas e tiveram filhos com elas. De fato, nasceram novos seres, que não eram nem índios, nem espanhóis. A situação se complexificou durante os séculos XVI e XVII, com a introdução em massa de africanos e africanas em condição de escravos. Pese as tentativas das autoridades de manter esses grupos separados, na prática, tal separação não foi possível, e sempre houve interação entre eles. De modo que, a partir do século XVII, a sociedade novo-hispana já era muito fortemente marcada pela mestiçagem – entendida aqui como processo biológico – e esse Outro inicial se tinha tornado um Outro complexo, plural, que dará lugar a novas representações e discursos.

Tal miscigenação, de fato, podia apresentar uma ameaça à hegemonia peninsular, que se empenhou em mantê-la, desenvolvendo para isso um discurso colonial, baseado na diferença e que durante os Setecentos, iria “racializando-se” paulatinamente. Assim, a articulação do discurso colonial construiu uma representação do colonizado “como população do tipo degenerado, tendo como base uma origem racial para justificar a conquista e estabelecer sistemas administrativos e culturais” (BHABHA, 1991, p.184). A necessidade de manter seu poder sobre as possessões americanas levou os europeus a discursos orientados para a classificação racial dos seres humanos, que para o fim do período colonial giraram em torno da ideia de “raça”. Tal conceito, segundo Aníbal Quijano, é “una construcción mental que expresa la experiencia básica de la dominación colonial” (QUIJANO, 2007, p.51) e cujos efeitos ainda se fazem sentir na atualidade (LANDER, 2005 p. 216).

O discurso colonial pode ser entendido, de fato, como um conjunto de representação/inferiorização do Outro, através de imagens e textos que, ao circularem, veicularam uma ideia desse Outro que se cristalizaria no imaginário coletivo, não só europeu, mas também do próprio americano. A expansão ultramarina e o surgimento da América no horizonte europeu, enquanto fato inovador, deu lugar, desde o fim do século XV, à produção de uma grande variedade de imagens e textos, representando não apenas o momento dos primeiros contatos, mas retratando uma realidade totalmente diferente do que até então era conhecido dos europeus. Num primeiro momento, se tratou mais de estranhamento diante da novidade, que necessitava ser acomodada dentro dos moldes europeus de apreensão do mundo e traduzida em termos inteligíveis aos europeus que não poderiam deslocar-se até essas terras. Para a historiadora Ayesha Ramachandran, “all aspects of early modern culture were fuelled by

this desire to comprehend the world, to organize and capture its variety in a single, harmonious frame”⁷ (RAMACHANDRAN, 2015. p. 4). Contudo, logo a necessidade de justificar a exploração dessas terras e da mão de obra nativa levou a uma relação conquistadores/colonizadores *versus* conquistados/colonizados. Assim, tais representações da alteridade baseadas na desigualdade entre ambas as culturas, apreendidas por e para os europeus, estruturaram o pensamento colonial.

Os primeiros testemunhos dessas novas terras e dos seus habitantes provêm dos diários e cartas de relação dos navegantes e dos primeiros conquistadores, que, através dos seus relatos e das ilustrações que os acompanhavam, tentaram dar conta do espetáculo que se desenvolvia diante dos seus olhos. Tais discursos foram recebidos pelos europeus ávidos de dar forma a essa novidade e começou, deste modo, a criar-se uma imagem desse Outro, o índio/nativo, que se cristalizou no imaginário europeu, deixando até hoje suas marcas.

Vale ressaltar que, por um lado, os primeiros espanhóis que chegaram ao Novo Mundo buscaram encontrar o que, de fato, pretendiam encontrar: um habitante do continente asiático – as ditas Índias Orientais – com seus devidos traços característicos ou melhor dito: um “índio”. A partir daí, tentaram a todo custo assimilar os povos encontrados à imagem preconcebida que deles tinham. Por outro lado, para o século XV, o imaginário do europeu, enquanto homem medieval, era fortemente impregnado de figuras mitológicas e imagens fantásticas sobre terras longínquas e desconhecidas onde viveriam seres monstruosos. Tais figuras eram alimentadas por relatos de viajantes como Marco Polo (1254-1324) ou ainda o *Livro das Maravilhas do Mundo* (1356), de Jean de Mandeville (1300?-1372), dos quais o próprio Cristóbal Colombo bebia.

Assim, à ocasião da sua primeira viagem, na sua carta a Luis de Santángel, Colombo afirma que “en estas islas hasta aquí no he hallado hombres mostrudos, como muchos pensaban, mas antes es toda gente de muy lindo acatamiento, ni son negros como en Guinea, salvo con sus cabellos correndíos [...]” (COLÓN, 2006, n.p.).

Por sua vez, Américo Vesputio (1500), numa carta destinada a Lorenzo de Médicis informa que “Todos van desnudos como nacieron sin tener ninguna vergüenza, que si yo hubiese de contar cuán poca vergüenza tienen sería entrar en cosas deshonestas, y es mejor callar” (VESPUCCI, 1986). A nudez, interpretada pelos europeus como símbolo de selvageria, foi de fato um tema corriqueiro nas representações da América que participaram da elaboração de um imaginário sobre os nativos.

⁷ “todos os aspectos da cultura moderna inicial foram alimentados por este desejo de compreender o mundo, de organizar e captar sua variedade em um quadro único e harmonioso” (tradução própria).

Poucos desses primeiros relatos, contudo, eram de fato acompanhados de imagens iconográficas, porém as imagens textuais que ofereciam, assim que alguns gravados que em ocasiões acompanharam esses escritos, marcaram a maneira da qual América ia ser caracterizada durante o século XVI e os seguintes. Dentre os textos que foram publicados acompanhados de ilustrações, se pode mencionar o *Mundus Novus*⁸ (Figura 2), de Américo Vespúcio, cuja impressão de 1505 em Nuremberg apresentava gravados.

Figura 2 - Américo Vespúcio, *Mundus Novus*, Núremberg, 1505.



Fonte: Wolfenbüttel, Herzog August Library

As representações imagéticas presentes nos relatos desses viajantes foram retomadas por outros gravadores, tal como Teodoro de Bry (1528-1598), por exemplo, e se encontram incorporadas ao longo da centúria, em vários repertórios pictóricos, não apenas cartográficos, como em mapas ou atlas, mas também nos *livros de vestuários*, gênero muito em voga naquela época.

Os *livros de vestuários*, que se popularizaram e circularam na Europa a partir da segunda metade do século XVI, se caracterizam pelo fato de apresentarem pessoas de todas as partes do mundo – pelo menos até então conhecido – enfatizando as diferenças de vestimentas. Neles, os indivíduos estão representados em fileira, sem aparentes critérios de seleção, geralmente em pares (um homem e uma mulher) postos em pé e, em ocasiões, realizando atividades típicas do gênero, da classe social e do território aos quais pertencem. Tais representações parecem responder à necessidade dos europeus de ordenar e classificar o mundo tal como o apreendiam. Assim, os gravadores selecionavam os elementos e atributos que lhes pareciam mais relevantes

⁸ Vespúcio, A. *Mundus Nuvo*s, Nuremberg, 1505.

e em concordância com a ideia que tinham de determinados povos. Para o caso da América (Figuras 3 e 4), as imagens do índio e da índia se ancoraram no imaginário europeu, uma vez que essas imagens não somente se reproduziram durante todo o século XVI, mas, tais “sobreviventes”, nos termos de Georges Didi-Huberman, reapareceram na pintura do século XVIII, e, como se demonstrará no último capítulo, no próprio gênero de castas.

As representações – tanto textuais quanto visuais – da América e dos seus habitantes, eram apreendidas e ressignificadas por uma cadeia de agentes, desde editores, gravadores, impressores etc. que, de certa forma, elaboraram uma “síntese” pictórica a partir dos elementos presentes nas primeiras descrições, que circularia e se cristalizaria. É justamente a partir dessa “síntese” que o próprio Cesare Ripa estabeleceu uma forma alegórica de representar a América, a qual seguiria vigente no imaginário europeu (Figura 5).

Figura 3 - Brasiliensium vel Hominum in Peru habitus (Plancha 181). Amman, Jost, *Habitus praecipuorum populorum*, Núremberg, Hans Weigel, 1577



Fonte: The New York Public Library

Figura 4 - Habito delle matronee, donzelle. Vecellio, Cesare, De gli Habiti antichi et moderni di Diverse Parti del Mondo, Venecia, Gio. Bernardo Sessa, 1598, p. 500v



Fonte: Biblioteca Virtual del Patrimonio Bibliográfico, España.

Figura 5 - Autor desconhecido America, 1611.



Fonte: RIPA, Cesare. *Iconologia...*

Nesta ilustração, a América é representada como uma mulher seminua, com penas presas aos cabelos, segurando na mão esquerda um arco e na direita uma flecha. Aos seus pés se pode distinguir uma cabeça humana decapitada atrás da qual há um crocodilo. O uso de tais elementos certamente está inspirado pela leitura dos relatos dos conquistadores e cronistas de Índias, uma vez que simbolizam em imagem o que os primeiros descreveram pela letra. Assim, a América é representada sem vestimenta, por ser um costume dessas populações de andarem nuas; o arco e a flecha correspondem às armas usadas para caçar e guerrear. A cabeça humana aos seus pés busca demonstrar que a maior parte desses povos são bárbaros e costumam alimentar-se de carne humana. Finalmente, o crocodilo simboliza a ferocidade da fauna, como para alertar dos perigos aos quais um explorador pode ser confrontado nestas terras selvagens. Segundo Carla Mary Oliveira, tais personificações da América, tanto na Iconologia como em outras fontes “seriam um tipo de síntese do imaginário circulante na cultura europeia de então acerca do Novo Mundo, um tipo de briefing que preparava o leitor para todas as maravilhas e perigos que se lhe apresentariam, caso se dispusesse a visitar terras tão distantes” (OLIVEIRA, 2014, p. 47).

Essa representação alegórica do continente se encontra plasmada na iconografia europeia desde o século XVI e essa imagem estereotipada dos seus nativos seguiria vigente até o fim do período colonial.

A Conquista de México, por sua vez, gerou copiosa produção letrada por parte de cronistas e autores épicos, mas não estimulou uma grande produção de imagens naquele tempo. Será a partir do fim do século XVII e principalmente durante o XVIII que a elite *criolla*, desejosa de resgatar um passado heroico e reivindicar sua dupla descendência (conquistadores espanhóis e gloriosos imperadores *mexicas*), encomendará obras sobre o tema da Conquista. As fontes escritas que se tem sobre esse fato histórico são principalmente as ditas *Relações* e *Crônicas de Índias* (muitas delas redigidas posteriormente) assim como os códices produzidos na época e a literatura épica, a qual tratou de narrar os fatos, principalmente desde o ponto de vista dos conquistadores. A grande maioria dessas obras escritas⁹ corroboraram à construção de uma imagem que já estava conformando-se desde os primeiros contatos, ao estabelecer o

⁹ Para um estudo mais aprofundado da literatura da Conquista e sua influência na criação de um imaginário sobre o ameríndio, consultar a obra de Rolena Adorno: ADORNO, R. (1988). El sujeto colonial y la construcción cultural de la alteridad. - El sujeto – Studocu; ADORNO, R. (1986). Literary Production and suppression: Reading and Writing about Amerindians in Colonial Spanish America. Dispositio, nums 28-29:1-25.

espanhol como conquistador, portador da fé católica e detentor da civilização e relegar o indígena a uma posição de conquistado, idólatra e bárbaro.

Se alguns autores, como Fray Bartolomeu de Las Casas (1474-1566), tomaram a defesa dos nativos e denunciaram com veemência as atrocidades praticadas pelos espanhóis durante as primeiras décadas da invasão, de modo geral, a cultura letrada da época se empenhou em “en-cobrir” (DUSSEL, 1994, p. 12) o Outro, tornando-o vassalo do Rey da Espanha, aniquilando suas crenças e culturas para impor-lhe a fé católica e a cultura europeia.

2.2 FENÔMENO DE MISTIÇAGEM NA NOVA ESPANHA: A EMERGÊNCIA DE UM NOVO OUTRO

Uma vez apreendida essa nova realidade, se organizou a sociedade a partir de divisões entre os conquistadores espanhóis e as populações nativas recém conquistadas. Para o caso da cidade de México, Cortés ordenou a Alonso García Bravo – um soldado espanhol da Conquista do México que, como mestre de obras, tinha realizado o traçado urbano primitivo de algumas cidades, como México, Veracruz e a Villa de Antequera, hoje Oaxaca – que elaborasse um novo traçado com uma área central reservada aos espanhóis e quatro bairros externos para os índios (TOVAR DE TERESA, 1985, p. 4). Deste modo, nela coexistiam a República dos Espanhóis (localizada no centro) e cinco bairros indígenas ao seu redor, distribuídos em dois grandes *cabildos*: San Juan-Tenochtitlan e Santiago-Tlatelolco. No entanto, os índios chegavam ao centro e havia espanhóis vivendo nos bairros indígenas. Na prática, de fato, não foi possível manter os grupos afastados, o que rapidamente levou a inevitáveis mesclas.

Com a chegada maciça de negros africanos trazidos como escravos, a situação se tornou ainda mais complexa. Assim, a população original mudou e se tornou mais confusa. Levou algum tempo, porém, antes que se percebesse a existência de alguns grupos intermediários entre índio e espanhol, índio e negro, e outros que, de fato, não eram nem uma coisa, nem outra. Este fenômeno se desenvolveu gradualmente a partir de meados do século XVI e culminou no século XVIII.

Essa dinâmica interrelacional entre os distintos grupos caracterizou a sociedade novo-hispana e se pode observar através dos registros dos matrimônios que evidenciam a união entre indivíduos pertencentes a grupos distintos¹⁰. Com efeito, se a política indiana não promoveu

¹⁰ Sobre o tema da flexibilidade da sociedade da Nova Espanha, se pode consultar a obra de Pilar Gonzalbo: GONZALBO, P. “La Trampa de las castas”, em Alberro, Solange y Gonzalbo, Pilar, *La Sociedad Novohispana. ¿Estereotipos y realidades?*, El Colegio de México, 2013, pp. 15-193 onde a autora evidencia a mobilidade social

essas uniões, a Igreja, principalmente a partir do Concílio de Trento, reconheceu a livre escolha do cônjuge com a finalidade de ampliar a evangelização e os matrimônios de modo a limitar os amancebamentos, o que favoreceu, consequentemente, as mesclas entre gente de diferentes *calidades* ou castas.

A mestiçagem, em termos ideológicos é uma criação do nacionalismo *criollo* que se desenvolveu no período da Independência. Porém, enquanto processo biológico, esse fenômeno marcou o período colonial novo-hispano. A imagem do Outro foi mudando e moldando-se ao passo que as mesclas entre indivíduos aumentavam, influenciando assim no discurso colonial.

Nos primeiros anos da Conquista, devido à escassez de mulheres espanholas, os espanhóis tiveram filhos com as mulheres indígenas, dando nascimento aos primeiros mestiços, os quais, naquele tempo, certamente eram na sua grande maioria, ilegítimos¹¹, apesar das recomendações aos *encomenderos* de casarem-se de modo a cumprir com as leis da Igreja e legitimar seus herdeiros (GONZÁLEZ ESPARZA, 2018, p. 108).

Uma das primeiras obras produzidas na Nova Espanha fazendo referência aos filhos que os espanhóis tiveram com índias, é a de Francisco Cervantes de Salazar, um dos primeiros cronistas a chegar ao vice-reino. Em seus *Diálogos*, escritos já em 1554, menciona a existência da mestiçagem. Na versão original, ainda em latim, fala em “promíscuos”¹² e os define como o “Hispano Indo”. Ao procurar a definição de “promíscuo” no dicionário da Real Academia Espanhola, encontramos o significado de “confuso ou indiferentemente mesclado”. A partir do século XVI, quando começaram a nascer os filhos de espanhóis e índias, certamente não existia uma palavra para nomeá-los. Portanto, o autor usa a palavra “promíscuo” para se referir a uma das primeiras mesclas que ocorreram na Nova Espanha. A palavra “mestiço”, que mais tarde seria usada para se referir primeiramente ao cruzamento entre espanhóis e índias, e depois a outras mesclas, vem do latim “mixticius” (misturado), um adjetivo derivado do verbo “miscere” (misturar) em sua forma participio “mixtus” (misturado, misto).

Com o número cada vez mais crescente de mestiços, logo se fez necessário estabelecer critérios de hierarquia e domínio. Se grande parte dos filhos mestiços dos conquistadores se destacaram durante o processo de colonização, os que ficaram mais próximos ao grupo materno ocuparam um lugar indefinido diante da legislação indiana (GONZÁLEZ ESPARZA, 2018, p.

em Nova Espanha; ou ainda a obra de Victor González Esparza: GONZÁLEZ ESPARZA, V. M. (2018). *Resignificar el mestizaje tierra adentro*. Aguascalientes, Nueva Galicia, siglos XVII y XVIII. El Colegio de San Luis, A.C., na qual o autor demonstra as tendencia heterogâmica das castas durante o periodo vice-real.

¹¹ Sobre o tema da associação da mestiçagem à ilegitimidade durante o período colonial, se pode consultar obra de Victor González Esparza: GONZÁLEZ ESPARZA, V. M. (2018). *Resignificar...*

¹² Na versão traduzida para o espanhol por Joaquín García Icazbalceta em 2017, o tradutor utilizou o termo 'mestizos'.

110). Desde meados do século XVI se pode entrever o receio ao “*mesclado*” como o manifestou, por exemplo, em 1554, o vice-rei Luis de Velasco, numa carta dirigida a Felipe II – reproduzida por Pilar Gonzalbo –, para quem “*los mestizos van en gran aumento y todos salen tan mal inclinados y tan osados para todas maldades que a estos y a los negros se ha de temer [...]*” (GONZALBO, 2013, p. 51). Ainda que o preconceito fosse maior e mais explícito com relação aos indivíduos de origem africana, e principalmente escravos, também existia um rechaço e receio ao mestiço.

Assim, após a invenção do Outro no processo da Conquista, o grande desafio para a historiografia moderna eram os mestiços, para além dos resultados de espanhóis e mulheres nativas, uma vez que, com a introdução de pessoas trazidas da África, as mesclas se multiplicaram. A participação dos negros como “*catalizadores*” no processo de mesclas em Nova Espanha, que foi destacada por alguns autores como Maria Elisa Velásquez, ou González Esparza, quem evidenciou a tendencia à heterogamia das castas de afrodescendentes, fez com que, logo, “*mestiço*” não designasse mais apenas os filhos de espanhóis e indígenas, mas também os de ameríndio(a)s com afrodescendentes. Deste modo, desde o final do século XVI, sob o nome de “*castas*” se agrupavam todos os grupos de “*mestiços, negros, mulatos, e outras castas*” (GONZÁLEZ ESPARZA, 2018, p. 110) cuja posição na sociedade novo-hispana não era de todo muito clara frente à do espanhol, europeu/branco, católico, compondo a elite. Durante a centúria seguinte, as castas proliferaram, evidenciando a flexibilidade da sociedade e as fortes interrelações entre os diversos estratos sociais.

Estudos recentes sobre a participação dos negros na constituição da sociedade vice-real, apontam a mestiçagem como estratégia de mobilidade social. Para Maria Elisa Velásquez, ter filhos com espanhóis, por exemplo, era uma tática das mulheres negras para que seus filhos, sendo descendentes de brancos, obtivessem sua liberdade. Da mesma forma, os negros se casavam com índias – ou mesmo espanholas – em busca de “*ventres livres*” para que seus descendentes não nascessem escravos (VELÁZQUEZ, 2012, p.68). Para Castillo Palma (2008), se tratava de estratégias utilizadas não só para cruzar as barreiras de cor, mas também para não pagar impostos ou, pelo menos, reduzi-los, de tal maneira que, principalmente ao decorrer do século XVII, os matrimônios mistos tenderam a aumentar. Pilar Gonzalbo (2013) fala em famílias pluriétnicas ao demonstrar que dentro de um mesmo grupo familiar, havia gente proveniente de distintas castas.

Com a multiplicação das mesclas, observou-se uma mudança no discurso colonial. Assim, López Beltrán ressalta “*el traslado de la mirada desde la diferencia moral, hoy diríamos*

cultural, a la diferencia física, y el afincamiento en ella de categorías y valoraciones” (LÓPEZ BELTRÁN, 2008, p. 290), o qual tenderia a *racializar-se* ao longo do século XVIII.

A sociedade novo-hispana era uma sociedade hierárquica, refletindo, por um lado, a sociedade hispânica da qual se originou, mas, por outro lado, diferente da sociedade europeia, em razão da variedade de pessoas e nações¹³. De fato, devido à existência de grupos indígenas, europeus e africanos, a origem dos habitantes foi fundamental para a construção desta sociedade hierárquica. Na Nova Espanha, os indivíduos foram classificados com base em seu nascimento. A mestiçagem ocorrida durante os três séculos da colônia propiciou o aumento da população e a diversificação dos fenótipos entre os novo-hispanos, o que levou a Coroa a classificar e identificar seus habitantes com o objetivo principal de poder cobrar impostos e controlar a população. Assim, a *calidad* de um indivíduo o obrigava ou isentava do pagamento de tributos. Tal prática iniciou desde o nascimento dos primeiros mestiços, já no século XVI, porém foi durante o século XVIII que esse afã de classificação dos habitantes da Nova Espanha conheceu seu auge.

As classes mais abastadas trataram de medir “a pureza étnica”, hierarquizando e diferenciando, para isso, as mesclas. A ordem social que se tratava de impor criou categorias baseadas em características fenotípicas dominantes, a cada uma das quais chamou “casta” o *calidad* de origem ou linhagem. A sociedade, de fato, foi articulada em torno das diferenças entre as *calidades* e suas inevitáveis mesclas:

Comienza con el contacto biológico entre las diversas razas y su inevitable producto, acción que demanda la construcción de una nueva nomenclatura a través de la cultura y el lenguaje; a partir de ello el régimen responde con una rígida base legal que respalde el nuevo orden, privilegiando la posición de poder de la élite, y finalmente la misma sociedad lo ratifica por medio de la adopción de costumbres y tradiciones que responden directamente a la lógica del discurso, abrazando la discriminación racial como herramienta para el prestigio y el estatus social (FLORESCANO, 1997, p. 232).

Através de tal classificação, “la élite y los diversos estratos sociales trataron sin mucho éxito de imponer una frontera social y cultural que trataba de marginar y limitar a sectores considerados más bajos (CÓRDOVA AGUILLAR, 2017, p. 239). De fato, durante todo o período vice-real, a legislação fiscal, as leis civis e religiosas, as ordenanças de grêmio e as instituições educativas consideraram a *calidad* da origem de uma pessoa para incluir ou excluí-la.

Pilar Gonzalbo argumenta que a estratificação ou classificação da população novo-hispana baseada na *calidad* do indivíduo era de fato determinada por seu fenótipo, legitimidade,

¹³ “Nação” (ou *nación*, em espanhol) era o termo utilizado durante os séculos XVI e XVII para referir-se à cada grupo étnico original.

fator econômico, posição social e trabalho que desempenhavam os pais (GONZALBO, 2013, p. 101). Assim, um mulato ou *morisco*, por exemplo, podia ser “tido por” espanhol. Inclusive, como o destaca a autora, a uma mesma pessoa se podia ver atribuída diferentes *calidades*. Isso se verifica através da análise de documentos da Inquisição, por exemplo, em atos de acusação, nos quais constava tudo sobre uma pessoa. O que se pode constatar é que a *calidad*, nem sempre era unânime, uma vez que quando as testemunhas eram perguntadas sobre a *calidad* do acusado, raramente havia consenso entre elas, nem com o próprio acusado, que muitas vezes alegava uma ascendência da qual nem ele mesmo estava seguro.

A nomenclatura utilizada durante os séculos XVII e XVIII para classificar as pessoas era baseada num conjunto de fatores visando identificar a *calidad*. A classificação mais comum que recebiam as castas de afrodescendentes eram: *negro*, *mulato*, *pardo*, *moreno*, *morisco*, *chino* e *lobo*. Assim, os qualificativos e categorias empregadas derivando da cor de pele conotavam geralmente menosprezo, como era o caso em relação à população de origem africana. Para Gonzalo Aguirre Beltrán, *negros* e *mulatos* denotavam em “su piel [...] una marca de su condición social: la de esclavo o descendientes de ellos” (CÓRDOVA AGUILLAR, 2017, p. 239). Para o médico e filósofo mexicano, não foi uma coincidência que os nomes aplicados aos afrodescendentes tenham sido tomados de um vocabulário zoológico: *mulato* (que deriva de “mula”), *coyote*, *lobo*, entre outros. Por outro lado, os adjetivos baseados na cor da pele e características físicas tinham a intenção de identificar, diferenciar, classificar e limitar o espaço físico e social desses indivíduos (CÓRDOVA AGUILLAR, 2017, p. 239).

Para identificar os grupos, a fonte documental básica são os registros paroquiais. Mas, como assinala Gonzalbo (2013), “sempre houve uma tremenda confusão”. De fato, até 1585, ninguém era classificado. Nesta data, o Terceiro Conselho Mexicano estabeleceu a necessidade de manter livros separados. Segundo a historiadora, foi somente a partir de 1603 que foram encontrados livros de espanhóis e livros de castas. Mas, para os párocos, não era óbvio onde colocar os recém-nascidos, porque até então, as crianças eram colocadas com seu pai espanhol ou com sua mãe índia. Assim, nos livros de castas, se colocaram os negros. Não havia, portanto, rigor nestes registros, porque na realidade, como afirma Gonzalbo, não havia interesse, pelo menos, por parte de quem não pertencia à elite (GONZALBO, 2013, p. 31).

Outra fonte de grande valor é a *Recopilación de Leyes de los Reynos de las Indias* (1680), na qual encontramos regras e leis ditadas a partir da Península, evidenciando uma divisão de classes entre os habitantes das Américas. Assim, havia leis para espanhóis, leis para índios, leis para negros e para os descendentes de cada uma dessas nações originais (espanhóis, índios e negros).

A sociedade novo-hispana era uma sociedade baseada na representação, isto é, através de signos de poder, tratava de diferenciar os diferentes estratos sociais. Por exemplo, os negros eram proibidos de sair às ruas depois das seis horas da noite ou de ter um índio ao seu serviço. Além disso, certos grupos gozavam de privilégios. Assim, somente espanhóis poderiam montar a cavalo ou usar uma arma. A roupa também era um signo de demarcação da *calidad* de uma pessoa. Existia, portanto, restrições para certos grupos de modo a distingui-los dos espanhóis. Assim, por exemplo, “En 11 de febrero de 1571, bajo el mandato de Felipe II, se decretó que ‘las negras y mulatas [...] no traigan oro ni seda, mantos, ni perlas’. Sin embargo, la misma disposición también contemplaba una excepción para las esposas de españoles, quienes podían portar zarcillos de oro” (CÓRDOVA AGUILLAR, 2017, p. 258). O fato de ser casada com espanhol conferia à mulher negra ou mulata um tratamento um tanto diferenciado.

A classificação dos indivíduos, como se demonstrou, se dava em função da sua *calidad*, a qual, durante os séculos XVI e XVII, ainda que fortemente ligada ao prestígio socioeconômico da família, dependia, sobretudo, da linhagem, isto é, da “pureza de sangue”, o que ia de par com a questão da legitimidade e do *honor*. Esse código de *honor* era um mecanismo através do qual a elite mantinha sua posição privilegiada e hierárquica e discriminava aos demais grupos. Desta forma, o indivíduo mestiço, de sangue “mesclado”, era percebido pelas elites espanholas como impuro.

Na sua *Política Indiana* (1648), o jurista Juan de Solórzano Pereira comentava a respeito dos mestiços: “lo más ordinario es que nacen del adulterio, o de otros ilícitos o punibles ayuntamientos [...] sobre él cae la mancha del color vario y otros vicios, que suelen ser como naturales y mamados en la leche [...]” (SOLÓRZANO PEREIRA, 1648, n.p.). Em muitas ocasiões, pois, a mestiçagem era assimilada à questão da ilegitimidade e promiscuidade. Por este motivo, o jurista espanhol recomendava que os mestiços pagassem tributos, uma vez que “no deb[ía] ser más privilegiada la lujuria que la castidad” (SOLÓRZANO PEREIRA, 1648, n.p.).

Se nota então a estigmatização desse Outro “mesclado” e, principalmente, o afã de hierarquização dos grupos sociais, ao distinguir a “infame plebe” das famílias de boa ascendência e conduta. Neste âmbito, no seu informe sobre os participantes do “*alboroto y motín*” de 1692, Carlos de Sigüenza y Góngora se refere à plebe “tan en extremo plebe” que se amotina diante da falta de comida, nos seguintes termos:

porque siendo plebe, tan en extremo plebe, que sólo ella la puede ser de la que se reputare la más infame, y lo es de todas las plebes, por componerse de indios, de negros, criollos y bozales de diferentes naciones, de chinos, mulatos, de moriscos, de mestizos, de zambaigos, de lobos y también de españoles que, en declarándose zaramullos (que es lo mismo que pícaros, chulos y arrebatacapas) y degenerando de

sus obligaciones, son los peores entre tan ruin canalla [...]” (SIGÜENZA Y GÓNGORA, 1940, p. 147).

Vale ressaltar que no decorrer do século XVII se registraram vários motins, os quais colocaram as elites – tanto peninsulares quanto *criollas* – em constante receio e desconfiança de uma possível coalisão das massas compostas por índios ladinos¹⁴, negros, mulatos e mestiços. Essa ansiedade ante uma possível perda do seu poder e privilégios, levou as autoridades a recorrerem a mecanismos de controle que visavam classificar os grupos étnico-sociais e ordená-los hierarquicamente.

Às vésperas do século XVIII, à medida que ia se conformando uma sociedade cada vez mais mestiçada, na qual se tornava cada vez mais difícil distinguir os indivíduos segundo sua origem, e, sobretudo, diante das crescentes críticas por parte dos peninsulares e da circulação da teoria da degeneração do incipiente cientificismo europeu, a elite americana precisaria reivindicar sua “brancura” e buscaria, como se evidenciará nos próximos capítulos, demonstrar a qualquer preço seu distanciamento das demais castas. Assim, para os *criollos*, o sangue “mesclado” passou a significar o “impuro”, o “ilegítimo” enquanto, para os europeus ilustrados, passaria a designar o “degenerado”, categoria na qual incluiriam os próprios *criollos*. Desta maneira, os *criollos* se encontrariam “encurralados” por um discurso que eles mesmos tinham ajudado a desenvolver.

¹⁴ “Índios ladinos” designava os índios hispanizados, isto é, os que falavam o castelhano.

3 O DISCURSO DE CASTAS COMO DISPOSITIVO DE CLASSIFICAÇÃO E CONTROLE

A sociedade indiana, como se demonstrou no capítulo anterior, desde seus primórdios se articulou em torno da diferenciação entre os grupos socio-étnicos. Tratava-se, por parte da elite espanhola, de manter sua hegemonia e, para tanto, se utilizou de vários recursos, visando afirmar seu poder e delimitar o lugar reservado a cada grupo na sociedade.

O discurso de castas, ferramenta usada pela elite (composta por espanhóis tanto peninsulares quanto americanos) para classificar e controlar a população, se manifestava através de diferentes dispositivos visando distinguir o espanhol/branco do resto da população, formada pelas ditas castas.

Até meados do século XVII, muitos espanhóis americanos, que representavam uma grande maioria frente aos peninsulares, integravam a elite¹⁵, inclusive chegando a ocupar cargos importantes na administração do vice-reino, ao lado dos europeus. Deste modo, os americanos ou *criollos*, participaram da construção do discurso colonial de castas.

Contudo, o século XVIII traria uma série de transformações à Nova Espanha, devido não apenas à mudança dinástica na Espanha, mas também à introdução de novas ideias e teorias do Iluminismo europeu. Neste âmbito, o cientificismo racial emergiu como um forte movimento que procurava encontrar novas respostas quanto à vida humana e à existência de “raças”, proporcionando amplas discussões das quais participaram reconhecidos personagens tais como Carl Lineu (1707-1778) ou o Conde de Buffon (1707-1788). Com efeito, essa centúria foi marcada por uma transição paradigmática no campo da ciência ocidental, o que levou a um novo olhar sobre a humanidade. Frente às indagações respeito à questão racial, a teoria da degeneração surgiu como resposta e, pela grande variedade de mesclas étnicas da população do vice-reino, os novo-hispanos passaram a ser considerados como “degenerados”. Neste contexto, os *criollos* foram vistos como inferiores pelos europeus e se tornaram alvo de várias críticas e acusações. Assim, “hacia el siglo XVIII el discurso de castas había alcanzado una madurez apreciable en las fuentes de la época. Bajo esta dinámica social los *criollos* quedaron atrapados dentro de la lógica del discurso que ellos mismos ayudaron a perpetuar de acuerdo a sus intereses” (CAMPOS, 2017, p. 17).

¹⁵ os americanos de linhagem nobre ou de condição socioeconômica respeitável, pois nem todo americano era rico, e dentro do grupo « espanhol » podia ter comerciantes e mineiros enriquecidos, inclusive mestiços.

A circulação das ideias ilustradas e das novas teorias do cientificismo racial acentuaram a distinção entre espanhóis peninsulares e espanhóis americanos, prejudicando esses últimos quanto aos seus privilégios e posição social. A partir daí, se empenharam em comprovar seu pertencimento à raça branca e demonstrar seu talento para as letras e ciências, evidenciando que a “degeneração” do Reino se devia às castas. O discurso de castas cobrou, de fato, um novo tom e percebe-se com clareza a importância cada vez maior que os *criollos* deram à linhagem, deixando antever o nascimento de uma identidade mexicana, distanciando-se cada vez mais da matriz peninsular.

3.1 A SOCIEDADE NOVO-HISPANA SETECENTISTA: O REPÚDIO ÀS MESCLAS

A sociedade novo-hispana do século XVIII pouco tinha a ver com a da época da Conquista, pois as mesclas entre os vários grupos haviam-se multiplicado e, de fato, a sociedade se encontrava fortemente marcada pela mestiçagem. Esta relativa liberdade de mescla, observada entre os séculos XVI e XVII, se viu, no entanto, restrita a partir do século XVIII. De fato, os peninsulares ficaram muito preocupados com esta “degeneração”, que eles viam como uma ameaça à sua hegemonia e privilégios, principalmente depois do Motim de 1692 na capital vice-real, que deixou os espanhóis em constante receio de novas rebeliões. Em resposta a esta preocupação, foram emitidas leis visando manter separados indivíduos de *calidades* distintas, ou, melhor dito, as castas das elites.

Esse contexto levou vários estudiosos a sustentarem que o vice-reino de Nova Espanha era uma sociedade de castas. Tal foi o postulado de historiadores, como Ángel Rosenblat¹⁶ e Gonzalo Aguirre Beltrán¹⁷ que, na metade do século passado, defenderam a teoria de um sistema de castas. Autores mais recentes, ainda que reconhecendo a relativa flexibilidade entre os grupos, continuam falando em “sociedade de castas”, embora a maioria dos estudiosos convirja em rejeitar por completo a existência de tal sistema na Nova Espanha. A historiadora Pilar Gonzalbo rechaça a ideia de um sistema inflexível e alerta para o risco de uma visão estereotipada e distorcida da história do México vice-real. Para a autora, “la que fue una sociedad compleja, dinámica, multicultural y multiétnica, se contempla hoy como una comunidad estática y reducida a gruesas líneas que perfilan situaciones de poder y opresión, de

¹⁶ Ángel Rosenblat (1902-1984) foi um filólogo e hispânico venezuelano do século XX. Ele escreveu sobre mestiçagem na América.

¹⁷ Gonzalo Aguirre Beltrán (1908-1996) foi um médico e antropólogo mexicano, cujos estudos se concentraram na população negra e indígena do México e o tema da aculturação.

víctimas y verdugos, de buenos y malos, sin espacio para la negociación” (GONZALBO, 2013, p. 18). Assim, para María Elisa Velásquez, “sociedades como la virreinal en México no tuvieron una estructura de castas en el sentido de una segregación absoluta e inamovible, y que los criterios de clasificación fueron mucho más diversos y complejos que solo la diferencia por el color de la piel o por lo que entonces se consideraba como raza.” (VELÁSQUEZ, 2020, n.p.)

Numa sociedade de castas, não há possibilidade de mudar de posição social e muito menos de mesclar-se com as outras castas. Assim, não se pode argumentar que a sociedade novo-hispana era regida por tal sistema, pois a primeira regra teria sido evitar a mestiçagem a todo custo e, de fato, proibir o casamento entre indivíduos de castas distintas. Entretanto, o que aconteceu na Nova Espanha foi exatamente o oposto. A respeito desta ideia, Pilar Gonzalbo (2013) esclarece nos seguintes termos:

En una sociedad de castas cada individuo permanecerá en la misma casta en que nació hasta su muerte y deberá casarse o unirse con alguien de su misma casta; igualmente tiene asignado desde su nacimiento la ocupación o el oficio o grupo de oficios que podrá practicar. Es impensable la migración a otra casta, lo que rompería el orden social de origen divino (GONZALBO, 2013, p. 30).

Por sua vez, Campos (2014) estabelece que

la naturaleza misma del concepto de casta [...] emergió como respuesta al mestizaje entre españoles, indios y negros; en un régimen racial inflexible el mismísimo mestizaje estaría proscrito, imposibilitando el contacto fisiológico entre los diversos sectores de la sociedad (CAMPOS, 2014).

Afirmar que a Nova Espanha era uma sociedade de castas levaria ao reconhecimento da existência de um conjunto de regras inflexíveis e pragmáticas sobre a organização e administração da sociedade da Nova Espanha. Mas, como Campos (2014) adverte, isso se torna uma tarefa impossível uma vez que

Para realizar dicha empresa se tendría que demostrar la puntual aplicación de una serie de principios legales fundamentados en torno al concepto de casta y con ello establecer la existencia de una sociedad organizada bajo un régimen racial (CAMPOS, 2014).

O termo “castas”¹⁸ levou, de fato, investigadores a equivocarem-se quanto à sociedade novo-hispana. Na Espanha moderna, a palavra “casta” era sinônima de raça ou linhagem, o que envolvia um fator de respeitabilidade. Assim, no *Tesoro* de Covarrubias, se encontra “Casta es linaje noble; y castizo, el que es de buena línea y descendencia, no embargante que decimo es de buena casta y mala casta [...]. Castizos, llamamos a los que son de buen linaje y casta”

¹⁸ À diferença do termo “castas” que inicialmente se referia a características fenotípicas, a *calidad*, como se mencionou no capítulo anterior, abarcava critérios não apenas de origem familiar, mas também de prestígio social e econômico, e, portanto, corresponde a uma noção mais ampla do que “casta”. Contudo, como apontado por Velásquez (2020, n.p.) no caso da Nova Espanha, a diferença entre os dois termos sempre foi bastante ambígua.

(COVARRUBIAS, 2006, n.p.). “Quizá Richard Konetzke fue el primero en señalar que la existencia de la palabra casta en los registros parroquiales no significaba que tal calificativo determinase cierto nivel de vida y aprecio” (GONZALBO, 2013, p. 23). Na Nova Espanha dos séculos XVII e XVIII, diz Pilar Gonzalbo, a ambiguidade do termo “raça” abarcava considerações de origem familiar, posição social e, somente excepcionalmente, características raciais. Ambos os termos “raça” e “castas surgiram durante o período colonial, a partir do final do século XVII, porém seus significados nem sempre foram os mesmos (VELÁSQUEZ, 2020, n.p.). No dicionário de Covarrubias, a palavra “raça” não aparece, mas em compensação, se encontra “nação”, para referir-se a cada grupo étnico. “Raça”, de fato, se registra a partir da segunda metade do século XVIII, no *Diccionario de Autoridades* de (1726-1739), como sinônimo de linhagem, família, casta ou nação. Na Nova Espanha, como indica Velásquez, aparece “de manera más sistemática hacia finales del siglo XVII para referirse comúnmente a la unión de ‘español e indio’. Después, a partir del siglo XVIII, con las ideas basadas en la “razón” y el pensamiento “pseudocientífico”, *raza* se convirtió en una forma de diferenciar a los grupos humanos por características físicas y culturales” (VELÁSQUEZ, 2020, n.p.). A autora ainda ressalta que:

Lo increíble es que en pleno 2019 sigamos leyendo y escuchando en escuelas, universidades, espacios familiares y sociales, en medios de comunicación, pero incluso en congresos, simposios, conferencias, libros, tesis de posgrado o artículos científicos, el uso de estos mismos términos de acuerdo a su sentido más decimonónico para entender sociedades que se han reconocido como diversas y complejas (VELÁSQUEZ, 2020, n.p.).

Como se evidenciou, pois, não pôde existir um sistema de castas na Nova Espanha, uma vez que não havia regras sociais firmes que pudessem reger as relações entre os indivíduos das diferentes castas. Além disso, afirmar que uma pessoa pertencia a uma casta exigiria que sua origem fosse conhecida, ou seja, que sua genealogia fosse conhecida por várias gerações. Entretanto, os registros paroquiais da época não oferecem uma fonte confiável para a linhagem dos fiéis, uma vez que não eram mantidos com rigor, como o destaca a historiadora Pilar Gonzalbo (2013, p. 19). Contudo, rejeitar a ideia de um “sistema” não significa que não se possa falar de “discurso” de castas. De fato, existiu uma “formación discursiva en defensa de privilegios basados en el origen familiar o de procedencia, vagamente formulada y sólo aceptada por una minoría, en progreso desde mediados del siglo XVII hasta alcanzar su culminación a fines del XVIII” (GONZALBO, 2013, p. 29).

Esse discurso de castas, que Pilar Gonzalbo limita a uma “formação discursiva somente aceita por uma minoria”, encontra suas raízes já na época dos primeiros contatos, como foi demonstrado no capítulo anterior, uma vez que desde os princípios da colônia, se elaboraram

textos descritivos ou normativos baseados na diferença étnica a partir de um sentimento de superioridade/inferioridade dos europeus com relação aos nativos e posteriormente aos africanos escravizados. Com efeito, a “descoberta” do Novo Mundo – que redefiniu os horizontes do mundo conhecido – e dos seus habitantes totalmente diferentes do que se considerava como “normal” no Velho Mundo, levou os europeus a buscarem novas explicações para a vida humana. Para as nações europeias emergindo, com poder crescente e uma exigência de ordem político-social, era necessário legitimar seu domínio com argumentos baseados numa suposta superioridade natural, o que levou a uma classificação dos grupos humanos. A diferença se tornou então justificativa do domínio. No entanto, “mientras la distinción entre españoles e indios estaba basada en diferencias reales físicas, culturales y religiosas, la distinción de las castas fue arbitraria y sin fundamentos sólidos” (GONZALBO, 2013, p. 45).

el aspecto físico de los indios y en particular el color de su tez influyó en la percepción de los castellanos, que los elogiaban porque no eran negros como los africanos, pero al mismo tiempo advertían que tampoco eran blancos como los europeos; sin embargo lo que influyó sobre todo fue la pobreza de la que, sin duda y en gran parte, eran responsables los mismos que la denunciaban.” (AYALA CALDERÓN, 2010, p. 85)

Vale ressaltar que as primeiras tentativas de afastamento visavam, antes de tudo, proteger a população nativa evitando, na medida do possível, o contato com os espanhóis. No decorrer do tempo, tal medida se estendeu a proibir o contato dos índios com, além dos espanhóis, os mestiços e os mulatos. Assim, o texto de lei abaixo denota a desconfiança das autoridades para com esses grupos:

Prohibimos y defendemos que en las Reducciones y Pueblos de Indios puedan vivir o vivan Españoles, Negros, Mulatos o Mestizos, porque se ha experimentado que algunos Españoles, que tratan, tragan y viven, y andan entre los Indios, son hombres inquietos, de mal vivir, ladrones, jugadores, viciosos y gente perdida, y por huir los Indios de ser agraviados, dexan sus Pueblos y Provincias, y los Negros, Mestizos y Mulatos, demás de tratarlos mal, se sirven dellos, enseñan sus malas costumbres y ociosidad y también algunos errores y vicios que podrán estragar y pervertir el fruto que deseamos en orden a su salvación, aumento y quietud (PAREDES, 1987, n.p.)¹⁹

Nesse mesmo sentido, em 1585, Frei Gaspar de Recarte, religioso que se posicionou em defesa dos indígenas, denunciava que “en la Tierra hay muchos negros, mestizos y mulatos libres y otros españoles pobres y oficiales a los cuales no compete la república para que se alquilen contra su voluntad” (RECARTE, 1585, p. 654). É interessante notar que já para o final do século XVI se fazia referência a quatro grupos ou castas: negros, mestiços, mulatos e espanhóis.

¹⁹ A proibição promulgada na Real Cédula de 1563 foi incluída na Recopilación de Leyes de los Reynos de las Indias, 4 t., edição facsimilar da de Julián Paredes (Madrid, 1681), México, Escuela Libre de Derecho – Miguel Ángel Porrúa, 1987, vol. II, libro VI, título I, ley XXI, f. 200v.

Assim, se na primeira metade do século XVI os mestiços tinham gozado de certa consideração, pela assimilação à ascendência paterna, a partir da segunda metade do século, começaram a sofrer de estigmatização, devido à sua parte indígena, que começou a ver-se com outro olhar. Com efeito, com o passar dos anos se mostrou mais claro o desdém das autoridades com relação a sua cultura. Cada vez mais, então, o preconceito dos funcionários reais se manifestou, chegando a qualificar os índios de “inconstantes, de malas inclinaciones e intelectualmente torpes” (LLAGUNO, 1983, p. 35).

Com a introdução de escravos trazido da África e o aumento de mestiços, a diversificação social se tinha tornado mais complexa. Ao longo do século XVII ainda se encontravam negros e mulatos tanto escravizados quanto livres, o que gerava maior complexidade em distinguir os grupos. Paralelamente, a quantidade de espanhóis empobrecidos, vistos como vagabundos, desocupados e de má vida, se somaram à plebe, aumentando a desconfiança das elites, como o havia advertido o vice-rei Luis de Velasco²⁰, citado no primeiro capítulo do presente trabalho, numa carta destinada a Felipe II.

O duque de Linares, trigésimo quinto Vice-rei da Nova Espanha (1711-1716), que encomendou ao famoso pintor Juan Rodríguez Juárez uma série de *cuadros de mestizaje*, expressou também seu rechaço às castas – que por esse tempo, já se assimilavam à plebe:

[La plebe] se compone de diferentes castas que procreado los enlaces de español, indio y negro; pero confundiendo de tal suerte su primer origen que ya no hay voces para explicar y distinguir estas clases de gentes que hacen el mayor número de habitantes del reino. Degenerando siempre en sus alianzas, son correspondientes sus inclinaciones viciosas, miran con entrañable aborrecimiento la casta noble del español y con aversión y menosprecio la del indio. No se acomodan a las honradas costumbres de aquél ni a las humildes y algo laboriosas de éste, y a la verdad, pudiesen bien compararse las castas infestas de la Nueva España, a la de los verdaderos y supuestos gitanos de la antigua. (GONZÁLEZ ESPARZA, 2018, p. 200).

As mesclas ocorridas durante os dois primeiros séculos do Reino deram nascimento a uma população mestiçada com costumes peculiares que paulatinamente cimentariam a nova nação. A sociedade novo-hispana do século XVIII era o resultado dessas mesclas que inutilmente as autoridades tinham tentado evitar. Foi, no entanto, somente a partir dessa centúria, quando já era evidente essa massiva mestiçagem, que se manifestou uma verdadeira preocupação em distinguir as diferentes mesclas e *calidad*, o que deu lugar a uma prolífica documentação por parte das autoridades.

Dentre tais produções, se podem citar as *Pragmáticas de Matrimonio* de Carlos III, promulgadas em 1778, com objetivo de limitar, através de regras mais rígidas, os matrimônios

²⁰ Cf. GONZALBO, 2013, p. 51.

entre pessoas de *calidad* distinta. Essa norma estabelecia o requerimento da permissão dos padres ou tutores dos contratantes para poder realizar a união, limitando pela mesma ocasião a liberdade dos eclesiásticos que deviam obter o consentimento da autoridade civil para realizar o sacramento. Essa Pragmática, certamente visava preservar a honra e os privilégios de famílias mais abastadas ou da elite, pois na prática não interessava às castas. De fato, na *Advertencia en la Real Cédula sobre Mulatos, Negros, Coyotes y castas* se estipula:

Que mediante las dificultades que pueden ocurrir para que algunos de los habitantes de aquellos dominios hayan de obtener permiso de sus padres, abuelos, parientes, tutores o curadores y que puede ser causa que dificulte contraer los esponsales y matrimonios y de otros inconvenientes morales y políticos, no se entienda dicha Pragmática con los mulatos, negros, coyotes e individuos de castas y razas semejantes tenidos y reputados públicamente por tales, exceptuando a los que de ellos sirvan de oficiales en las Milicias o se distinguan de los demás por su reputación, buenas operaciones y servicios, porque éstos deberán así comprenderse en ella; pero se aconsejara y hará entender a aquellos de la obligación natural que tienen de honrar y venerar a sus padres y mayores, pedir su consejo y solicitar su consentimiento y licencia. (KONETZKE, 1962, pp. 438-439).

A pureza de sangue foi outra ferramenta utilizada pelas classes mais altas para evitar que “impuros” integrassem grêmios, corporações, ou acessem a cargos públicos. Na Nova Espanha, de fato, a pureza de sangue se devia comprovar para, entre outros, acessar a cargos burocráticos ou honoríficos, entrar em conventos regulares, ou ingressar na Universidade, desde o final do século XVII. No entanto, nem as elites cumpriam as exigências de pureza racial, como o assinala Gonzalbo, segundo quem, “estudios minuciosos de algunas corporaciones novohispanas muestran que aun cuando existieran exigencias de limpieza de sangre, no se cumplían con rigor o se transgredían sin reservas en muchos casos” (GONZALBO, 2013, p.33).

Se é evidente a preocupação das elites novo-hispanas e a ativa tentativa de manter as castas afastadas, tal distinção visava, antes de tudo, conservar uma posição hegemônica e privilégios por parte de certas classes em detrimento de outras. No entanto, a introdução das ideias ilustradas, além de originar um novo tipo de conhecimento relativo aos grupos humanos e uma suposta superioridade/inferioridade entre eles, contribuíram para que o conceito de pureza de sangue, vigente na Península desde o século XV, cobrasse um novo valor, principalmente nos territórios americanos. Isso se reflete na divisão por castas dos livros de batismo, ou matrimônio, por exemplo, uma vez que, apesar do crescente número de grupos mezclados, historiadores apontam para um aumento notável de “branqueamento” da sociedade novo-hispana nos documentos (VELÁSQUEZ, 2012, p. 79). Contudo, Guevara afirma que este requisito já tinha deixado de ser verdadeiro desde o século XVIII quando quase qualquer pessoa com certa posição econômica podia obter um desses certificados de “limpeza” de sangue

através das “*gracias al sacar*” as quais fixavam um preço bastante alto para outorgar esse reconhecimento (GUEVARA, 2003, p. 107).

Finalmente, outra ferramenta normativa visando reestabelecer a ordem na capital novo-hispana e na qual se encontra uma notável distinção entre os indivíduos são os *bandos*. Esse gênero surgiu na década de 1740, e consistia em medida diretamente tomada pelo vice-rei, e de aplicação imediata. O interessante nesses documentos oficiais, é que aparece pela primeira vez em escritos de autoridades o termo de “plebe” e “*plebeyos*”, como nova categoria de população, correspondente aos estratos mais baixos da sociedade da Cidade do México (HERNÁNDEZ, 2020). Esse termo, inicialmente parecia opor-se a “espanhol” e abarcava a todos os indivíduos mesclados ou de “*color quebrado*”.

Com o passar das gerações e o discurso do tempo, os filhos de espanhóis nascidos na América começaram a gerar uma identidade coletiva própria, separada da de seus antepassados. Por sua parte, os próprios europeus acataram esta distinção, e o discurso de castas acrescentou mais um elemento à sua complicada teia: o lugar de origem, juntamente com a religião e a raça. Estes princípios norteadores, segundo Campos (2014), contribuíram para a popularização de um discurso de castas, que as famílias ricas e os estudiosos da época adotaram como principal ferramenta de prestígio social, uma espécie de classificação que facilitou a distinção de grupos sociais e a construção de uma alteridade vilipendiada. Tratava-se de um repertório de nomes distintivos, os quais se encontram plasmados em documentação oficial, como, por exemplo, registros paroquiais ou *relaciones geográficas*, entre outras. Tales nomenclaturas tinham por objetivo assinalar o fenótipo dos indivíduos aludindo à sua cor e características culturais (KATZEW, 2004, p. 50). Contudo, como o afirmam certos historiadores, as nomenclaturas se multiplicaram fora do âmbito oficial, sendo o fruto da criatividade de intelectuais e artistas. Ademais, eram utilizadas principalmente entre as elites. Porém, como o sugere Campos:

Sin embargo, y de manera irónica, el discurso de castas terminó por traicionar a los criollos en el siglo XVIII, cuando cobró singular fuerza el principio de distinción entre americanos y europeos. Esta cuestión les orilló a defender más enérgicamente que nunca su origen europeo, sin embargo, el espíritu reformista de la época y los nuevos principios científicos emergentes, contrariaron notablemente sus intereses, dignidad y ambición. (CAMPOS, 2104).

Evidenciou-se até agora as formas pelas quais se manifestava o receio às mesclas e as tentativas oficiais de evitar os contatos entre os diversos grupos através de um aparato jurídico-administrativo, o qual, inclusive, se revelou em parte ineficaz. Às castas, se juntaram espanhóis pobres e índios entregues “à delinquência”, constituindo o que no último quarto do século XVIII passaria a ser a “plebe”. Os discursos de denúncia e crítica a um sistema visto como decadente

se multiplicaram. Essa centúria, de fato, marca o início da decadência do domínio espanhol em suas possessões americanas, o que se ressentia na condução das políticas locais, uma relativa desordem social e a insatisfação geral dos habitantes da Nova Espanha. De tal “espectro de decadência” deixaram testemunhos “pensadores e burocratas [que] unem-se para conjurá-lo, mediante escritos que diagnosticam os males presentes e apontam soluções futuras a serem aplicadas sem demora” (CORDIVIOLA, 2010, p. 31). É importante, nesta altura do trabalho, recorrer à literatura produzida naquela época – e não necessariamente a canônica – que permite uma aproximação não somente à imagem que os estrangeiros faziam-se do Reino, mas, também, às formas de pensar e à visão que a própria sociedade novo-hispana tinha dela mesma. Pretende-se, então, desvelar um retrato dos habitantes da Nova Espanha, ou, pelo menos, da sua capital, através de produções que testemunhem da vida quotidiana em México.

São poucos os vestígios emanados das classes mais baixas da sociedade, que, na sua maioria era analfabeta, porém um estudo de documentos jurídicos como contratos, por exemplo, e documentos da Inquisição, permitiriam certamente entrever suas formas de agir e pensar. Os autores revisitados aqui não pertencem à literatura canônica. Trata-se de textos “situados nas margens ou fora dos círculos vigentes de produção e recepção, e longe de ser excêntricos ou extraordinário, acabaram se afundando no esquecimento” (CORDIVIOLA, 2021, p. 27). De fato, permaneceram por muito tempo no estado de manuscritos e não foram publicados na época da sua redação.

As produções literárias, enquanto produtos culturais, podem ser muito valiosas quando se quer investigar um momento histórico. Embora pertençam mais ao “reino da ficção”, elas permitem abordar os modos de falar, agir e pensar naquele tempo e lugar (GINZBURG, 2007, p. 83; REMEDI, 2002, p. 197). As representações históricas inscritas nos textos literários são projeções de realidades sociais ligadas ao presente histórico de seu autor, e revelam as pressões sociopolíticas que condicionam o discurso em questão (SPIEGEL, 1994, p. 136;161). Desta forma, esses textos podem trazer elementos relevantes sobre o período em que foram produzidos, o que torna possível levantar questões mais gerais da história cultural.

Grande parte das produções letradas do século XVIII foi, de fato, oficialista e bastante ornamental, carregada de detalhadas descrições e inumeráveis elogios tanto da sociedade vice-real, como dos aspectos arquitetônicos da cidade de México, e, sobretudo do funcionamento das suas instituições. Isso se verifica facilmente nas obras de cronistas tais como Juan de Viera²¹

²¹ VIERA, J. de, “Breve compendiosa narración de la ciudad de México, corte y cabeza de toda la América septentrional”, 1778 in *La ciudad de México en el siglo XVIII*, CNCA. 1990:183-302.

(1768) y Manuel de San Vicente²² (1778). No entanto, no final da centúria, assiste-se a uma mudança de perspectiva: os autores começaram a ver sujeira, falta de higiene, uma cidade de contrastes brutais onde a miséria era absurda diante da riqueza da elite. Assim, para o historiador Antonio Rubial García (2002):

Mientras que en los primeros el interés se centraba en dar una imagen positiva de su ciudad como paradigma de perfección, los segundos, con un espíritu más pragmático, querían acabar con lo que consideraban una lacra: el vicio, la incivilidad, la delincuencia, la insalubridad, la contaminación (incluso aquella auditiva ocasionada por el agobiante tocar de las campanas). Mientras que los primeros están enmarcados en una visión barroca que podríamos calificar como “retórica” (pues usa recursos como la amplificación, la visión idealizada etc.), los últimos participaban de las actitudes científicas propias de la racionalidad ilustrada (RUBIAL GARCIA, 2002).

A introdução das ideias reformistas do despotismo borbônico, levou a Coroa a estimular um tipo de produção visando aumentar seu controle sobre as possessões espanholas. Assim, segundo Cordiviola:

A circulação e uso das ideias ilustradas que renovam as sociedades ibéricas instaura toda uma literatura oficial promovida pela Coroa com o intuito de exercer um controle racional sobre a população e o território da península e das colônias. Movidas por noções de eficácia e utilidade, essa literatura, que responde aos desígnios de uma rigorosa biopolítica, constrói um gênero próprio que foi denominado ‘projectismo’ (CORDIVIOLA, 2010, p. 20).

Tal literatura, era produzida por funcionários públicos, ou “aspirantes a sê-lo”, cujos propósitos consistiam em “identificar um problema, ou um conjunto de problemas presentes na administração pública, e esboçar possíveis soluções que tornassem o poder central mais eficiente e categórico” (CORDIVIOLA, 2010, p. 31). Ainda que não tenha recebido o reconhecimento esperado, *Enfermedades políticas que padece la capital de esta Nueva España* (1787) parece querer corresponder a este afã. O autor, Hipólito Bernardo Ruiz de Villarroel “vislumbrava seu escrito como sendo um serviço de utilidade pública que pudesse ser apreciado e traduzido em ações concretas pelas instâncias superiores de poder” (CORDIVIOLA, 2021, p. 198).

Villarroel era espanhol, mas estava estabelecido na Nova Espanha, onde havia ocupado diferentes cargos menores na administração vice-real. No seu tratado, denuncia a grande quantidade de males de que padece a sociedade, sendo a plebe um dos principais. Para esse funcionário público, assim como para outros reformistas, tratava-se de uma “praga”, um

²² SAN VICENTE, J.M., “Exacta descripción de la magnífica corte mexicana, cabeza del nuevo americano mundo, significada por sus esenciales partes, para el bastante conocimiento de su grandeza”. Rioja y Gamboa, Cádiz. 1768.

impedimento à realização de grandes obras incentivadas pelas reformas bourbônicas no sentido de melhorar a qualidade de vida e modernizar as grandes urbes.

Esse imenso “*pueblo*”, a plebe, sempre vista como ameaça e fator de desintegração, invade a cidade, promove todo tipo de excessos, destrói como uma maré purulenta a hierarquias entre as classes e as castas. A plebe estava em toda a parte, e era sempre um fator de alto risco. [...] a plebe era para o Villaroel motivo permanente de consternação. Onipresente, estava na Alameda e nas ruas, disseminando suas “*perversas inclinaciones*”, mas se havia um lugar onde reinava com descaro e absoluta impunidade, esse lugar era o Baratillo (CORDIVIOLA, 2021, p. 205).

Como o ressalta Cordiviola, se havia um lugar onde se concentrava a plebe, era o *Baratillo* (Figura 6), localizado na Plaza Mayor, no centro da cidade, entre os edifícios das principais instâncias de poder: a Catedral, o Palácio do Vice-rei e o *Cabildo*. Nessa praça, se cruzavam diariamente indivíduos de diferentes classes sociais e étnicas. O *Baratillo*, um dos três mercados da *Plaza Mayor*, por sua vez, era o mercado destinado aos mais humildes e nele, se comercializavam produtos de baixo custo, e inclusive artigos roubados. Ali, se encontravam gente das castas e a plebe. Por esse motivo, gozava de má fama, como o ressalta a historiadora Ilona Katzew: “Sin embargo, como a este mercado acudían indigentes y todo tipo de mestizos, se conocía como lugar común de los ladrones, rateros, estafadores y carteristas” (KATZEW, 2004, p.56).

Várias iniciativas foram tentadas no sentido de removê-lo do centro, porém em vão, uma vez que, apesar de tudo, havia interesses por parte das elites em manter esse comércio.

Villarroel descreve esse mercado como “cueva o depósito de los hurtos y raterías que cometen los aprendices, artesanos, criados y sirvientes de las casas y en fin toda la gente plebeya así indios como mulatos y demás castas que se permiten en calidad de habitantes de esta ciudad” (VILLARROEL, 1994, p. 211). Ainda, refere-se o autor à plebe nos seguintes termos:

esta es también la copia más fiel de un coyote, de un lobo, de un tente-en-el-aire, de un saltatrás y de las demás generaciones de hombres que con distintas denominaciones componen el indefinible número de las castas infestas de la nueva España, peor es sin disputa de la de los gitanos; porque estos viven en un paraje o recinto determinado donde son más visibles sus delitos donde pueden castigarse con oportunidad (VILLARROEL, 1994, p. 214).

Figura 6 - Diego García Conde. Aspecto del mercado del Baratillo, recorte de Plaza Mayor de la Ciudad de México, 1765.



Fonte: Museo Nacional de Historia de México.

Aqui, Villarroel além de definir a plebe como um conjunto de castas, ainda alude às nomenclaturas em voga naquele tempo que, justamente, se encontravam plasmadas nas pinturas de castas. Tais termos – um tanto fantasiosos – não correspondiam aos utilizados pelas administrações civis e religiosas nas suas documentações, porém Ilona Katzew assinala que, se a maioria das denominações empregadas durante o século XVIII eram artificiosas, “al parecer otras fueron acuñadas por las propias castas y más tarde apropiadas por la elite en sus designios clasificadores” (KATZEW, 2004, p. 44).

A plebe, segundo o funcionário público, assim como para os vice-reis dos quais já se mencionou neste capítulo os discursos, era composta por gente vagante e era um problema por sua própria conformação, “já que obedecia a misturas infelizes e também por sua conduta sempre desregrada e propensa ao vício” (CORDIVIOLA, 2021, p. 206). Como ressalta Hernández (2020), o termo “plebe” equivalia a “*ociosos, vagos y malentretenidos*” e era frequentemente usado em *bandos* e jornais do final do vice-reino para representar um setor da população que não buscava emprego remunerado que lhe permitisse um domicílio fixo. Villarroel chega inclusive a sugerir “modos de limpar zanganos a esta capital”, para livrá-la dessa gente vista como ‘inútil’ e repleta de vícios. Assim, propõe expulsar “todas las personas

de ambos sexos que no tienen destino ni ocupación fija para mantener” e, até, “amurallar la ciudad” para evitar que regressem.

Durante as décadas ilustradas, uma grande preocupação era a higienização e o embelezamento dos lugares públicos. No seu tratado, Villarroel condena alguns comportamentos da plebe como, por exemplo, as atitudes dos vendedores ambulantes, que ao lavar seus baldes no fim do expediente, sujam os chafarizes. Insiste igualmente bastante na sujeira das ruas e em particular do mercado no fim do dia. Além da sanidade da cidade, novas normas de higiene pessoal também foram estimuladas. Deste modo,

El virrey Josef de Azanza publica un bando en mayo de 1799 en el que categoriza al aseo como “uno de los tres principales objetos de la policía” y destaca que éste no se limita a la limpieza de “las calles y plazas de las poblaciones, sino también las personas que las habitan, cuyo traje honesto y decente influye mucho en las buenas costumbres al mismo tiempo que adornan a las ciudades y contribuye a la salud de sus individuos (HERNÁNDEZ, 2020).

O asseio individual e da casa familiar é uma prática privada que se equipara às práticas de limpeza urbanas sugeridas na perspectiva bourbônica. Essa insistência a respeito da roupa como sinal de boas maneiras tem como corolário a denúncia da nudez da plebe. Assim, o segundo conde de Revillagigedo, uma década antes, havia tentado “desterrar del vecindario de esta Hermosa capital la indecente y vergonzosa desnudez con que se presenta una gran parte de su plebe” (HERNÁNDEZ, 2020).

O tema da nudez, para a maioria dos reformistas, era ligado à questão da imoralidade, e frequentemente associada ao consumo do *pulque*. O consumo dessa bebida foi apontado por vários oficiais públicos como responsável por muitos outros males, inclusive as rebeliões. Com efeito, já no século XVII, Sigüenza, no seu relato do motim de 1692, denunciava o hábito de embriagar-se dos índios como detonante da dita rebelião popular.

Outro texto, do tipo *projectista*, anônimo²³, datando do último quarto do século XVIII, corrobora todas as denúncias de Villarroel. Trata-se do *Discurso sobre la política de México* (1788). Nesta obra, ainda que reconhecendo que o consumo de *pulque* não lhes fosse exclusivo, o autor insiste sobre o fato de que os índios e as castas eram particularmente propensos ao vício da embriaguez.

As preocupações das autoridades com certos vícios, e, em particular a bebida, se vê retratadas por vários escritores, assim que por pintores da época. Assim, no quadro seguinte (Figura 7), pertencente ao gênero de castas, realizado por Francisco Clapera (1746-1810) – único espanhol conhecido até hoje a ter pintado séries de castas – se plasma a imagem do

²³ Alguns autores atribuem o texto a D. Baltasar Ladrón de Guevara, ouvidor do *Consejo de Indias*.

consumo de *pulque* como nocivo. Ao retratar um homem voltando “*borracho*” em casa, jogado na calçada, quase desnudo, essa cena dialoga perfeitamente com “la descripción de los funestos efectos de la bebida en México hecha por Villaroel” (KATZEW, 2004, p. 127).

Figura 7 - Francisco Clapera. N°15. De genízaro y mulata, jibaro, 1785.



Fonte: Denver Art Museum

O consumo do *pulque* parece ter sido tão difundido na cidade de México durante o período vice-real, que alguns pintores sugerem que o vício se propagou até para as crianças. Como exemplo, um quadro pintado por José de Páez (1720-1790) – também pertencente a uma série de castas – representa uma família no seu ambiente interior, produzindo a bebida e a criança ingerindo uma caneca de *pulque* (Figura 8).

Figura 8 - José de Páez. 11. De cambujo e india, produce zambaigo, 1780.



Fonte: Coleção privada

Além da plebe, Villarroel aponta para outros males dos quais padece a sociedade vice-real, como a corrupção e ineficiência dos funcionários da administração, por exemplo. O autor pretendia propor remédios para cada problema levantado. Sua obra só chegou a ser editada na íntegra em 1937, porém alguns capítulos já haviam aparecido em 1831 (CORDIVIOLA, 2021, p. 37). Para Cordiviola, “nessa visão negativa das massas marginais e marginadas da população novo-hispana, há evidentemente um componente de classe e um afã de autoafirmação, mas também certo desprezo pelo americano que não era inusual entre pensadores e opinantes em um momento em que estava se desenvolvendo a chamada ‘Disputa do Novo Mundo’” (CORDIVIOLA, 2021, p. 207).

Outra obra datando da mesma época, porém pertencente a um gênero literário totalmente oposto, uma vez que Villarroel pretendia à verdade, é a fictícia e jocosa obra *Ordenanzas del Baratillo*. Escrita em 1734, por um autor anônimo, sob o pseudônimo de Pedro Anselmo Chreslos Jache, pertence ao campo da sátira. “Ordenança” remete, de fato, a uma norma emanada de um poder público. Por sua parte o *Baratillo*, como foi mencionado, era um lugar de encontro de toda classe de gente, e era visto como um lugar de perdição ou depravação. Trata-se, então, de apresentar um mundo invertido.

A obra é composta por três partes. A primeira consiste em uma carta, assinada por um habitante da Nova Espanha e dirigida a um compatriota residente na península. A segunda parte se apresenta em forma de prólogo, e, a terceira, reúne as trezentas e setenta e sete ordenanças propriamente ditas.

Com tom de sátira, o narrador enumera todos os males acarretados pelas descontroladas mesclas raciais ocorridas por várias gerações em América. Ao ressaltar o infeliz resultado de tal mestiçagem, o narrador enfatiza, no entanto, que desde a época da Conquista já haviam arribado “*los peores de los peores de cada casa de las peores de España*” (ORDENANZAS, p. 47). A depravação haver-se-ia completado com a chegada de africanos. No texto, retoma-se as ideias do cientificismo europeu, quando se aborda a questão do clima e da miscigenação que favoreciam a degeneração das gentes que se consolidaria em forma irreversível e definitiva (CORDIVIOLA, 2021, p. 88).

O autor das *Ordenanzas*, denuncia o calamitoso estado do Reino (p. 54), imputando às impurezas das mesclas raciais toda essa decadência. Considerar as castas nocivas era algo recorrente na literatura política da época. Assim, apesar de tratar-se de uma sociedade hierárquica, para o autor, as classes desconhecem por completo as regras de distanciamento social que seria a condição necessária para a felicidade do Reino (CORDIVIOLA, 2021, p. 89).

Os *criollos* não são isentos de crítica, bem pelo contrário. Inclusive, alude-se, nesta obra, às diferenças entre *criollos* e *gachupines*, que os viajantes também ressaltam:

Y es sobre un como resentimiento que manifiestan los criollos de que vengan nabíos de España y se lleben la plata, sobre cuió punto pudiera admitírseles alguna disculpa, si enterrasen como los yndios la que llega a sus manos, para ydolar en ella habarientos, dejándose {14v.} dominar de lo que debían poseer, y no ser poseídos. (ORDENANZAS, p. 76).

Ainda encontram-se, de forma satirizada, comentários que alguns viajantes também fizeram com respeito à transmissão, pelo leite, de más costumes:

Abundaban en aquel tiempo las riquezas y el regalo; influie el clima araganería, particularmente en las hembras. Escusábanse estas de criar a sus hijos con pretextos que nunca les an faltado, faltan, ni faltarán, y los daban a chichiguas o nodrizas, negras o yndias, con que, añadiéndose al poderoso influxo del vientre el de la leche, e inclinaciones que se contraen con ella por las criaturas, fue cundiendo la mala crianza y costumbres, por no ser suficiente el estímulo de poca sangre hidalga (por inbuir los padres también a los yjos sus inclinaciones y costumbres al procrearlos) en los que la tubiesen para excitarlos a pensamientos onrrados (ORDENANZAS, p. 51).

No prólogo da sátira, o narrador das *Ordenanzas* se dirige a um colégio de pseudo-doutores da Universidade do *Baratillo*, composto por todo tipo de gente da plebe, “ociosos, zaragates, zaramullos, piltrafosos de la *Unibersidad del Baratillo* de México”. Nesta ocasião, há uma alternância de narrador e esse começa por “uma invocação que remete de imediato às mordacidades típicas da literatura picaresca” (CORDIVIOLA, 2021, p. 91):

A vosotros lectores ociosos, zaragates, zaramullos, piltrafosos de la Unibersidad del Baratillo de México a cuias manos llegare este disparatorio, os hago saver que su author son vuestras acciones, y el que las recopiló un perulero residente en esa Nueva España. Compúsolo para embiarlo, como lo embió, a un paisano suio residente en Madrid, difunto al tiempo que llegó, por lo que paró en manos de su albacea, quien viendo que no era cosa que le podía valer, lo dio para que lo leiese (con la inadvertencia de no quitar la carta que ba por principio) a un amigo suio que me lo prestó (ORDENANZAS, p. 91).

Finalmente, na terceira e última parte, as *Ordenanzas*, e seguindo no mesmo espírito satírico de um mundo ao avesso, menciona como receptor do documento legal categorias de gente que na literatura política – como no caso de Villarroel – são vistos como delinquentes e nocivos para a felicidade do Reino:

A los nuestros protectores, directores, prefectos de quartel o barrio, pulqueros, zánganos, exploradores, distribuidores, recaudadores, amparadores, alguaziles, comisarios de sala, pólvora, naypes y pulque, guardas de pito y otros amarradores de gallos y presos; a los demás de nuestra extendida archicofradía, mulatos y mulatas, hermanos y hermanas de nuestra Tercera Orden de Hábito y Color Cubierto y Descubierto: salud, y el buen gobierno con que nos dejan vivir a nuestro arbitrio. Deseamos y hacemos saver [...] (ORDENANZAS, p. 101).

Vale ressaltar que, assim como se manifesta na carta certo desprezo para com os novo-hispanos, nas Ordenanças, similar desprezo se dá aos espanhóis pobres, os quais eram considerados membros da plebe. Como cúmulo da sátira, os *gachupines* são desprezados, e as castas ditam as regras do “bom governo” (CORDIVIOLA, 2021, p. 96).

Finalmente, oferece um catálogo de todas as categorias possíveis e imagináveis, que seria em parte retomado nas séries de *pintura de castas* que lhe eram contemporâneas.

Conocerán generalmente por hermanos a todos los naturales de este reino: criollos, yndios, negros — sean congos, luangos, mondongos, minas, guagies, araraes, popees, carabalies, guengos, mandingas, lucumés, gangaes, malagasas — y demás descendientes de Cham, como son lobos, mulatos, mestizos, castizos, zambaigos, tornatrases, albinos, canbujos, tentenelaire, moriscos, chinos, mequimistos, {30r.} raiados, lunarejos, quesos de todas leches y demás castas que resultan de las combinaciones de las referidas, y otras de Europa, en que se agotara el ingenio más elebado si hubiese de señalarlas y darlas nombre (ORDENANZAS, p. 120).

A alusão aos descendentes de *Cham*²⁴, remete expressamente à raiz bíblica da discriminação que existia, já desde a Idade Média, em relação às pessoas negras.

Ordenanzas del Baratillo, sob as aparências de uma grande apologética às castas e seus modos de viver, apresenta, de fato, uma profunda crítica às mesmas, pois, assim como outros de forma mais explícita o fizeram, alude a cada um dos males dos quais padecia a cidade de México naquele tempo. O manuscrito reflete assim o ambiente geral de tensão racial existente no México naquele tempo e sugere que esse se devia em parte ao ressentimento e ao temor inspirados pelas massas, cujas aspirações visavam alcançar os privilégios dos estratos superiores.

Pelo teor altamente político da literatura satírica, provavelmente essa obra, assim como outras do gênero, deve ter circulado clandestinamente sob a forma de manuscritos. Segundo Katzew, *Ordenanzas* “tuvo una amplia circulación, si bien privada, pues se conserva más de una copia del manuscrito” (KATZEW, 2004, p. 61). A autora ainda ressaltava que o próprio Francisco de Ajofrín²⁵ menciona o manuscrito no seu *Diario del Viaje...* (1763).

Contudo, o discurso socio-racial de castas não se limitava a circular internamente ao vice-reino, mas foi reproduzido por europeus que vieram à Nova Espanha. Assim, além de uma literatura oficial emanada tanto da península, quanto das autoridades locais, existem testemunhos de viajantes europeus, que olhavam a sociedade indiana com receio, sem distinção

²⁴ Em português, Cão ou Cam, personagem bíblico mencionado no livro da *Genesis*, e cujo filho foi maldiçoado por Noé.

²⁵ Ajofrín, Francisco, de. *Diario del Viaje que por orden de la sagrada congregación de propaganda fide hizo a la América septentrional en el siglo XVIII* (1763). Ed. Vincente Castañeda y Alcover y P. Buenaventura de Carrocera. 2 vols. Madrid, Real Academia de Historia, 1958.

da sua *calidad*. A inferioridade, pois, “que se les atribuía derivaba del clima, la alimentación, las costumbres o la crianza en brazos de mujeres indígenas o mulatas” (GONZALBO, 2013, p. 35). Ainda assim, alguns desses viajantes manifestam particular atenção às castas e enfatizam, em ocasiões, a dificuldade de distingui-las umas das outras. Nesses escritos, vários preconceitos da época encontram-se efetivamente reproduzidos.

No século XVII, o dominicano inglês Thomas Gage, publica seu *The English-American, His Travail by Sea and Land* (1648), uma obra na qual relata sua estadia nas Índias Ocidentais, e, em particular Guatemala e México, ambos parte do então vice-reino da Nova Espanha. Nesse relato, se refere às castas e suas relações sociais. Também, expressa uma avaliação do temperamento ligado à etnia.

[...] los que llaman mestizos. Esta casta es la de los hijos de Europeo y de India, y el número es tan crecido, porque hay varios Españoles pobres que se casan con mujeres del país, y otros que no se casan, sino que hallan medio de seducir a las inocentes Indias [...] Hay una infinidad de Negros y Mulatos que se han vuelto altivos e insolentes hasta el extremo de poner a los Españoles en recelo de una rebelión [...] (GAGE, 1838, p. 174).

Outro testemunho ilustrando a visão dos viajantes europeus sobre a sociedade novo-hispana, e em particular a população mestiçada, é o do italiano Gemelli Careri, que, em 1700, relata no *Viaje a la Nueva España*, que “todos os negros e mulatos são muito insolentes, e se tomam nada menos que os espanhóis [...]” (GEMELLI CARERI, 1917), além de mostrar, como se evidenciará no próximo tópico desse capítulo, o ressentimento mútuo entre peninsulares e *criollos*.

Antonio de Ulloa que, por sua parte, percorreu parte da América já no último quarto do Setecentos, ao aplicar-se a descrever e comentar o que lhe parecia relevante nessas terras, numa época em que, por uma parte, o interesse por classificar e ordenar conhecia seu auge, e, por outra, se buscava proporcionar informações detalhadas sobre as possessões americana, estipulou, em relação à cidade de México, que:

Y volviendo a seguir sobre el vecindario se dirá que al de las personas de primera clase y al de los comerciantes sigue el de los artesanos y gentes de oficio, siendo muy crecido, pues así lo manifiestan los obradores y tiendas donde trabajan. En esta clase hay familias de todas especies: españoles, europeos, criollos, blancos y de sangre mezclada; de donde resultan las diversas castas que allí se conocen, unos que se aproximan más a lo español que a lo indio o de negro, y otros al contrario. Cada una de estas castas tiene un nombre particular por donde se distinguen entre sí, pero en su clase se estima tanto como los otros porque no es sonrojoso en la línea de castas ser menos blanco que los de otra. Y así se ocupan en los mismos ejercicios, sin reparo ni distinción (ULLOA, 1987, p. 113).

Ulloa se refere ao nome particular que se atribui a cada casta. Talvez tivesse tido conhecimento dos *cuadros de mestizaje*, produzidos ao longo do século, e que farão objeto do

próximo capítulo. O que o viajante deixa de manifesto, é a interação entre os grupos, ao referir-se ao fato de que “se ocupan en los mismos ejercicios, sin reparo ni distinción”, o que certamente incluía os *criollos*, os quais passavam a integrar esse composto social visto como “degenerado”.

Tanto os testemunhos dos habitantes da Nova Espanha, como dos europeus que a visitaram, apontaram para a nocividade das mesclas, vistas como fator de decadência da sociedade, uma vez que as castas se haviam multiplicado de forma exponencial e, com espanhóis pobres e índios, passavam a compor a plebe mexicana.

As últimas décadas do século XVIII são marcadas por tensões entre os diferentes grupos e, com as novas ideias ilustradas circulando e os interesses econômicos peninsulares esmagando as possessões americanas, as elites tradicionais e os *criollos* ilustrados começam a mostrar fortes desavenças. O rechaço mútuo entre americanos e peninsulares encontra suas raízes já no século XVI, entre os filhos de conquistadores e os espanhóis peninsulares chegados ao vice-reino para ocupar os postos principais nas administrações civis e eclesiásticas. Com o passar do tempo, a distinção entre os dois grupos se faria mais clara, degenerando em um preconceito a mais dentro do discurso de castas.

3.2 A CISÃO DAS ELITES

Essa sempre conflitante relação foi se tornando ainda mais complexa durante o século XVIII, com a introdução das reformas empreendidas pelos Bourbons. De fato, uma das primeiras medidas tomadas pelos monarcas foi de substituir os funcionários americanos por peninsulares nas administrações ultramarinas. Os americanos, por terem nascido nessas terras certamente tinham maiores interesses e poderiam tornar-se inimigos da Coroa, a qual se empenhou em limitar os poderes de modo a assegurar sua hegemonia nos territórios americanos. Consequentemente, os *criollos* começaram a sentir-se marginalizados em relação aos peninsulares, que passaram a ocupar cargos e gozar de privilégios que, durante o século anterior, os americanos tinham conquistado. Assim, as aspirações do regime bourbônico, alimentadas pelo espírito ilustrado da época e conhecidas como “despotismo ilustrado”, acabaram criando um abismo entre *criollos* e peninsulares, estimulando, de fato, o nascimento de uma consciência identitária que paulatinamente levaria a um sentimento nacionalista americano.

Dessa rivalidade, tem-se alguns testemunhos, desde o século XVII. O já citado inglês Thomas Gage alude ao ódio mútuo existente entre os espanhóis peninsulares e os nascidos em América:

Conviene advertir que en todos los estados de América pertenecientes a la corona de España hay dos clases de habitantes, tan opuestos entre sí como en Europa lo son los Españoles y los Franceses; a saber: los que han nacido en la metrópoli y van a establecerse en aquellas regiones, y los que nacen allí de padres españoles, y que los Europeos llaman criollos para distinguirlos de su clase. El odio que se profesan unos a otros es tal, que me atrevo a decir que nada puede contribuir a la conquista de la América tanto como esa división, siendo fácil ganar os criollos, y decidirlos a tomar partido contra sus enemigos, para romper el yugo, salir de la servidumbre a que están reducidos, y vengarse de la manera rigurosa que los tratan, y de la parcialidad con que se les administra la justicia, por el favor de que siempre gozan los naturales de España (GAGE, 1838, p. 18).

Aqui, Gage esclarece o uso da palavra *criollo* para designar os americanos, “que los Europeos llaman *criollos* para distinguirlos de su clase”. De fato, esse termo, utilizado pelos europeus para referir-se aos espanhóis nascidos na América, foi contestado pelos próprios americanos, que o consideravam pejorativo e se autodesignavam simplesmente por 'espanhóis-americanos'. O Inca Garcilaso, em seus *Comentarios reales* (1609), advertia:

A los hijos de español y española nascidos allá, dicen criollo o criolla, por dezir que son nascidos en Indias. Es nombre que lo inventaron los negros y así lo muestra la obra. Quiere dezir entre ellos negro nascido en Indias; inventáronlo para diferenciar los que van de acá, nascidos en Guinea, de los que nascen allá porque se tienen por más honrados y de más calidad, por haver nacido en la patria, que no sus hijos, porque nacieron en la ajena, y los padres se ofenden si los llaman criollos. Los españoles, por la semejança, han introduzido este nombre en su lenguaje para nombrar los nascidos allá (GARCILASO, 1609, n.p.).

Por sua vez, *Gachupines* é o nome dado inicialmente pelos nativos aos espanhóis. Os historiadores não têm uma postura unânime quanto ao seu significado, porém coincidem em que se trata de uma palavra derivada do *nahuatl*, que teria a ver com o fato dos espanhóis andarem calçados e/ou se referindo a um elemento das botas usadas pelos conquistadores. De qualquer forma, essa palavra se popularizou durante o período vice-real e designava – de forma mais ou menos despectiva – os peninsulares recém-chegados à Nova Espanha.

Nos seus comentários, Gage ainda menciona a situação de exclusão na qual se encontravam os *criollos* com relação aos altos cargos políticos, ressaltando que, até aquele momento, a Nova Espanha não tinha tido nenhum vice-rei *criollo*²⁶, nem *oidor* ou presidente de audiência, cargos de destaque e prestígio supremo (GAGE, 1648, p. 21).

²⁶ Vale mencionar que pouco tempo depois de Gage escrever o seu relato, o primeiro vice-rei de origem *criolla* seria nomeado. Entre 1635 e 1640, Lope Díez de Aux de Armendáriz, nascido em Quito (vice-reino do Peru naquele tempo), ocupou o cargo de Vice-rei da Nova Espanha. Sempre houve exceções durante o período do vice-reino, portanto é possível encontrar vários exemplos de indivíduos que ocupam cargos e dignidades que, em teoria, não poderiam ter ocupado devido a sua casta.

Outro testemunho do distanciamento entre *criollos* e *gachupines* se encontra, já adentrando o século XVIII, no relato, também já mencionado, de Giovanni Francesco Gemelli Careri, *Viaje a Nueva España*, publicado originalmente em 1700 o qual se mostra inclusive mais incisivo do que o anterior, quando declara que:

Tienen [Las mujeres criollas] mucha inclinación por los europeos (a quienes llaman gachupines) y con ellos (aunque muy pobres) más a gusto se casan que con sus ciudadanos llamados criollos, aunque ricos; viendo a estos amantes de las mulatas, de las cuales han mamado, junto con la leche, las malas costumbres. De que al pasar alguno por las calles, le hacen burla, avisándose de tienda en tienda con la expresión: él es. Y por eso, algunas veces, los españoles apenas llegados a la ciudad, encolerizándose, les han disparado pistoletazos. En fin, ha llegado a tal punto esta competencia, que odian a sus mismos padres porque son europeos (GEMELLI CARERI, 1976, p.22).

Gemili Careri enfatiza aqui não apenas o rechaço das mulheres *criollas* para seus conterrâneos, mas expressa a mesma preocupação que se encontra plasmada nas *Ordenanzas* e reproduzida também na *pintura de castas*, desenhando assim um discurso no qual os americanos se encontram assimilados às demais castas, uma vez que, através do leite, adquiriam suas características.

A esse respeito, é interessante abrir um parêntese, para notar, como o ressaltaram alguns historiadores, a preocupação durante o século XVIII, dessa possível transmissão pelo leite de características inerentes às castas. Assim, como o assinala Ilona Katzew, durante o século XVIII, tanto na Europa quanto nas coloniais americanas, as mulheres de classes mais acomodadas preferiam entregar seus filhos a almas de leite, considerando essas mulheres – camponesas, na Europa; índias, negras ou mulatas, na América – mais próxima à natureza por sua condição. Essa moda inquietou teóricos e tratadistas de ambos os lados do Atlântico. De fato, naquela época, “se creía firmemente que las castas podrían transmitir sus defectos a los españoles vía la leche de las nodrizas” (KATZEW, 2004, p. 57). Neste âmbito, segundo Pérez Vejo:

La leche, parecida a la sangre, era para muchos de estos tratadistas más que un simple alimento. A través de ella se transmitían también los defectos de la nodriza, que, por lo general, correspondían a los de alguien situado en niveles más bajo de la escala social a los que añadía los suyos personales; se trataba en muchos casos de madres solteras y como consecuencia, según los valores de la época, de moralidad dudosa (PÉREZ VEJO, 2013, p. 186).

Tal preocupação das elites se encontra, inclusive, ilustrada na *pintura de castas*, que, em alguns quadros, representa uma mulher da elite amamentando seu filho sob o olhar complacente do seu marido. Os quadros de Andrés de Islas (Figura 9) e de Juan Patricio Morlette Ruiz (Figura 10), por exemplo, apresentam cenas nas quais um espanhol aparece em pé junto à sua esposa que está amamentando o filho do casal. Alguns estudiosos entreveem, em

ambas as pinturas, como um tipo de mensagem “moralizadora” (KATZEW, 2004, p. 114; PÉREZ VEJO, 2013, p. 185).

Figura 9 - Andrés de Islas. N.º2. De español y mestiza nace castizo, 1774.



Fonte: Museo de América, Madrid

Figura 10 - Juan Patricio Morlete Ruiz. 5, De español y morisca, albino, 1761



Fonte: www.latinamericanart.com

As preocupações discutidas entre as elites se difundiam então tanto pela letra, como pela pintura, ambas formas de expressão destinadas antes de tudo a um público de letrados a priori mais peninsulares do que novo-hispanos. Deste modo, se pode indagar se as cenas dos quadros acima, mais do que discursos moralizantes destinados às americanas, não eram uma forma de responder às acusações segundo as quais todos os novo-hispanos eram mesclados, demonstrando aos europeus que os espanhóis americanos não se misturavam e não “mamavam” o leite de mulheres das castas.

Através dos exemplos supracitados, de relatos de alguns viajantes europeus à Nova Espanha, se pode entrever como, naquele tempo, já era clara a separação entre espanhóis peninsulares e espanhóis nascidos na América. Esses fragmentos advertem também de claros preconceitos que seriam retomados pelo cientificismo racial. Neste sentido, as referências às “malas costumbres” transmitidas “por la leche”, apresentam um claro antecedente à teoria da degeneração.

A partir do século XVIII, a ainda incipiente antropologia social, procurou trazer uma resposta à existência de “raças”. Na época do Iluminismo, os cientistas queriam apresentar explicações racionais para os fenômenos em todas as esferas da vida, incluindo o Homem, em detrimento da posição tradicional da Igreja. Assim, se todos os homens tinham a mesma origem (Adão e Eva), ainda era necessário explicar como, à medida que se espalhavam pelo planeta, os homens se tornavam tão diferentes em suas cores, sua fisionomia e seus hábitos.

Partindo do princípio de que o ser humano era produto de seu entorno, foi estabelecido que se desenvolvia de acordo com a natureza, a influência das constelações, o clima e a alimentação. Entretanto, para justificar a superioridade de uma raça – os europeus brancos – e manter o sistema colonial imperialista, era necessário demonstrar que ao chegar à América, os espanhóis, com o passar do tempo, iam degenerando, uma vez que, além de misturarem-se com os nativos “selvagens”, sofriam das condições climáticas desfavoráveis e de novos modos de vida. Assim, o objetivo era manter o poder dos peninsulares em detrimento dos *criollos* e mestiços, que haviam conseguido alguns privilégios até a centúria anterior e potencialmente se tornariam uma ameaça à Coroa espanhola.

Embora se tratasse de uma teoria desenvolvida no século XVIII, desde o século anterior se pode rastrear antecedentes à teoria da degeneração. No final do século XVI, Gregorio García, missioneiro espanhol que viveu três anos na Nova Espanha, escreveu sua obra *Origen de los Indios del Nuevo Mundo e Indias Occidentales*, publicada por primeira vez em 1607, e na qual fazia menção à influência do céu, do ar e das constelações sobre o temperamento dos homens

que vivem na América, tantos elementos que seriam retomados pelo cientificismo racial no século XVIII:

Pero ya me parece que oigo dos replicas contra lo dicho en esta solución. La primera que si fuera verdadera y cierta la causa que hemos dado, porque los Indios no tienen barbas, hiciera el mismo efecto en los hijos de Españoles que nacen en aquella región, a quien llaman Criollos; los cuales gozan del mismo cielo, de un mismo aire, y constelación, y del mismo temperamento que gozan los Indios. A esta replica digo lo mismo que respondo a la objeción arriba puesta; conviene saber, que como los Indios fueron perdiendo los pelos de las barbas por la complexión y disposición que fueron adquiriendo en aquella tierra y región; así acontecerá a los hijos de Españoles por discurso de tiempo, y pasando muchos años (GARCÍA, 1607, p. 152).

Observa-se, então, que desde o século XVII, já havia uma preocupação quanto à diferenciação moral e física entre *criollos* e peninsulares. O fragmento anterior demonstra que já se encontrava plasmada a ideia segundo a qual os espanhóis nascidos na América – os *criollos* – não eram mais espanhóis, mas sim uma raça “degenerada”. Tal suposição colocava em risco a posição dos americanos na sociedade novo-hispana, numa época em que se estava elaborando um discurso de castas do qual, paradoxalmente, os próprios *criollos* tomavam parte.

Para poder explicar la diversidad racial a través de un solo linaje, el monogenismo adoptó la tesis de la degeneración, principio que determinaba que a partir de un origen único las diversas razas se habían diferenciado, con el transcurso del tiempo, debido a la influencia del clima, la calidad del aire, las constelaciones y la alimentación. Bajo esta lógica, los criollos (hijos de europeos, nacidos en América), quedaban atrapados en una suerte de degeneración, a la cual estaban hipotéticamente condenados debido a las condiciones ambientales, supuestamente, poco favorables del Nuevo Mundo (CAMPOS, 2017, n.p.).

O primeiro a retomar estas noções, já no século XVIII, foi Carl Lineu, no seu extenso *Systema Naturae* (1735), um trabalho que introduziu a nomenclatura binomial e propôs uma classificação taxonômica de todas as espécies vivas, inclusive das raças humanas.

[...] después de la publicación de la taxonomía antropológica de Linneo en la décima edición de su *Systema Naturae* (1758). En esta obra Linneo mezcló las nociones tradicionales de genio, figura y temperamento con las características fenotípicas del hombre, proveyendo una legitimación científica al discurso de castas y su concepción de la sociedad (CAMPOS, 2014).

Esta classificação, de fato, não se limitou a uma simples categorização racial sobre princípios geográficos, mas também se aplicou a descrever o gênio, a figura e os hábitos de cada uma das raças:

El hombre europeo fue descrito con figura blanca, sanguínea y exuberante, con un genio agudo, ilustrado e inventivo, finalmente dentro de sus costumbres se mencionó el uso de ropa ceñida y su sociedad construida en torno al rito de la ley. Como se puede ver, la clasificación racial blanca o europea iba mucho más allá de una simple cuestión física que atendiese a un color de piel, ser blanco significaba ser ilustrado, ser apto para las letras y las ciencias (CAMPOS, 2017, n.p.).

Os europeus eram então considerados física e intelectualmente superiores, assim como o era sua sociedade, vista como modelo de boa organização político-econômica e máxima expressão da civilização (CAMPOS, 2017, n.p.). Em compensação, a raça ameríndia era descrita como “obstinada, licenciosa e alegre, qualidades associadas à ociosidade e ao abatimento” (LINEU, 1758, p. 20), percepção corroborada pelas primeiras representações pictóricas que se deram dos nativos na época do “descobrimento”, como foi evidenciado no primeiro capítulo do presente trabalho. Por esse motivo, não é de se estranhar que os *criollos* tenham tentado a qualquer preço defender seu pertencimento à raça europeia, e distanciar-se das demais castas.

Para ilustrar este pensamento europeu de superioridade em relação aos novo-hispanos, se pode citar Cornelius de Pauw, filósofo e geógrafo holandês da corte da Prússia, que no século XVIII foi mais radical e causou a ira dos *criollos*, ao afirmar que:

Los europeos que pasan a América degeneran, como lo animales; una prueba de que su clima no es favorable para el desarrollo tanto del hombre como del animal. Los Criollos, descendientes de europeos nacidos en América, aunque educados en las universidades de México, de Lima, y el Colegio de Santa Fe, nunca han producido un solo libro (Pauw, 1795, n.p.).

Esta afirmação suscitou a indignação dos americanos, que já tinham obras literárias e científicas de intelectuais como Sor Juana Inés de la Cruz e Sigüenza y Góngora, entre outros. A partir daí, os crioulos começaram a expressar sua indignação e insistiram em demonstrar que eram tão aptos para as ciências e as artes quanto os espanhóis peninsulares. Entre aqueles que denunciaram veementemente este pensamento estava Francisco Javier Clavijero, que, em sua *Historia Antigua de México*, realizou uma visão apologética tanto dos índios quanto dos *criollos*, e, respondendo às ofensas de Cornelius de Pauw, questionou:

Mr. De Paw representa a los Americanos débiles y enfermizos; Ulloa afirma, por el contrario, que son sanos, robustos, y fuertes. ¿Cuál de estos dos escritores merece más crédito, Mr. De Paw que se puso a filosofar en Berlín sobre los americanos, sin conocerlos, o D. Antonio de Ulloa, que por muchos años lo vio, y trató en diversos países de la América Meridional? ¿Mr. De Paw que se propuso vilipendiarlos, y envilecerlos, para establecer su desatinado sistema de la degeneración, o D. Antonio de Ulloa, que, aunque poco favorable a los indios, no trató de formar un sistema, si no de escribir lo que creyó verdadero? (CLAVIJERO, 1826, n.p.)

A *Historia Antigua de México*, publicada já durante o exílio do jesuíta italiano, cumpriu um papel de suma importância, não apenas por responder às críticas dirigidas à Nova Espanha, mas também pela revalorização de um passado pré-hispânico, que na centúria seguinte, serviria de base ao discurso de nação.

Arce y Miranda, por sua parte, escreveu umas notas para a Biblioteca mexicana de Eguíara y Eguren, na qual manifestava sua preocupação em relação à ideia que passavam as pinturas de castas sobre a suposta mestiçagem de todos os habitantes do vice-reino. Seu texto se insere, como o ressalta Gonzalez Esparza, em uma polêmica empreendida contra uma afirmação do deán Manuel Martí, segundo a qual a América carecia de tradição intelectual (GONZALEZ ESPARZA, 2018, p. 199). Nessa nota, sugeria que se sacasse a limpo a pureza de sangue dos *criollos*, uma vez que “se debe recelar de la preocupación en que en la Europa están de que todos somos mezclados, influyó no poco en el olvido en que tienen los trabajos de los beneméritos” (GONZALEZ ESPARZA, 2018, p. 200).

O surgimento da teoria da degeneração nascida dos círculos cientistas europeus a partir do século XVIII representou um golpe duro para os *criollos*, que viam seu prestígio, status e dignidade abalados. Acusações e críticas de letrados europeus começaram a circular provocando no último quarto do século XVIII uma resposta energética por parte dos *criollos*, dando origem a uma apologética (CAMPOS, 2017, n.p.) e forte reivindicação, fazendo da pureza de sangue uma obsessão.

Diante de tal situação os *criollos* se encontraram frente a um dilema. Por uma parte, necessitavam comprovar que pertenciam à raça europeia/branca, ao mesmo título que os espanhóis peninsulares, isto é, demonstrar sua “pureza de sangue” e seu talento para as artes e as letras, dois temas sobre os quais eram frequentemente atacados pelos europeus. Por outra parte, com um crescente sentimento nacionalista devido ao forte ressentimento para com os peninsulares, precisavam buscar uma forma de afirmar uma identidade própria, que os demarcassem da matriz espanhola e para tanto, necessitavam reivindicar um passado glorioso, herdado tanto dos conquistadores quanto dos grandes imperadores *mexicas*. Contudo, alegar tal passado era reconhecer-se mesclado, logo de “sangue impuro”. Foi então necessário inventar “genealogias” que pudessem conciliar as duas necessidades, e cuja clara expressão se encontra plasmada na *pintura de castas* – gênero pictográfico produzido durante os Setecentos – como se demonstrará no capítulo a seguir.

4 A PINTURA DE CASTAS: EXPRESSÃO VISUAL DE UM DISCURSO SOCIAL

Através da “arqueologia” do discurso de castas que o presente trabalho se propôs a realizar, se estabeleceu que, desde os primeiros encontros, foram geradas imagens estereotipadas da América e dos seus habitantes por parte dos europeus (capítulo 1). Essas imagens, tanto textuais – textos fundadores dos primeiros navegantes e conquistadores –, quanto pictóricas – gravados e ilustrações acompanhando os primeiros textos, assim que suas reproduções e adaptações em Atlas e *Livros de vestuários*, entre outros – plantaram a semente de um discurso colonial que, como já se demonstrou, foi evoluindo e moldando-se conforme a realidade colonial mudava.

Desde o final do século XV, pois, texto e imagem andam “de mãos dadas” nessa busca por representar/inventar o Novo Mundo. Os discursos produzidos e em circulação ao longo do século XVIII (capítulo 2) encontram, assim, sua manifestação visual em um novo gênero pictórico: a *pintura de castas*, na qual parte das preocupações das elites novo-hispanas se veem plasmadas.

Assim, no âmbito deste trabalho, se assume a *pintura de castas* como materialização de uma ideologia das elites novo-hispanas, isto é, a reprodução das crescentes inquietudes sobre as consequências da mestiçagem para manter a ordem no reino e as decorrentes dificuldades em distinguir os indivíduos de diferente *calidad*.

Muito se há dito e escrito quanto ao gênero de castas. De fato, são infinitos os elementos que se podem observar nas séries. Esse caráter multifacetado da *pintura de castas* levou os estudiosos a emitirem várias hipóteses com relação às suas finalidade e funcionalidade, sem jamais entrar em consenso.

A leitura que aqui se propõe segue uma abordagem da obra de arte à luz de outras fontes documentais, preconizada por alguns especialistas, dentre os quais, Aby Warburg e Carlo Ginzburg. A análise consistirá, então, em correlacionar a emergência e o desenvolvimento do gênero com os discursos contemporâneos destacados no capítulo anterior e encontrar nas pinturas os elementos reveladores ou “sintomáticos” da ideologia socio-racial *criolla* baseada no princípio de “limpeza” de sangue.

4.1 O FENÔMENO DE PINTURA DE CASTAS

A *pintura de castas*, também chamada *cuadros de mestizaje*, teve origem na América. Desenvolveu-se quase exclusivamente na Nova Espanha durante o século XVIII e mais particularmente nas cidades do México e Puebla, embora existam alguns exemplares do Peru e do Caribe. Os primeiros quadros remontam ao início dos Setecentos e os últimos, ao início do século XIX, época da Independência. De tipo *costumbrista*, esse gênero foi apontado pelos estudiosos como sendo uma das poucas obras de interesse profano daquele tempo, já que a maior parte da pintura tratava de temas religiosos. De fato, durante o período vice-real, em todo o mundo católico a Igreja era o principal mecenas, o que explica que a maioria das pinturas tenham sido, durante os séculos XVI a XVIII, de tipo religioso. Contudo, há de relativizar essa consideração, pois, como o ressalta Pérez Vejo, “impide ver la importancia de otros géneros como el retrato o las propias pinturas de castas, cultivados también de manera habitual por los pintores de la época virreinal y que constituyen episodios no precisamente menores de la producción artística novohispana” (PÉREZ VEJO, 2013, p. 153). De fato, ao longo dos Setecentos, cenas da vida quotidiana, tais como passeios e ofícios, começavam a ser representadas pelos pintores mexicanos, em quadros e biombos. Também foi uma época em que os retratos conheceram um grande sucesso entre os membros da alta sociedade.

As pinturas de castas, de modo geral, pretendem narrar o processo de mestiçagem e suas consequências, em Nova Espanha. Contudo, parece coincidir também com o afã classificador do Iluminismo e os anseios reformistas da Coroa. Assim, o gênero é contemporâneo das grandes expedições e Relações geográficas, empreendidas pelos Bourbon, e que visavam informar e retratar com precisão as possessões espanholas na América.

Trata-se, *a priori*, de uma arte majoritariamente de exportação, uma vez que esses quadros eram geralmente encomendados por vice-reis ou ocupantes de altos cargos que os levavam de lembrança ao regressar à Espanha. Outros eram enviados a nobres da Península ou para gabinetes de História Natural. Tal afirmação dos especialistas se baseia no fato de que a maior parte das obras até hoje encontradas foram localizadas além das fronteiras do país. Entretanto, sabe-se de alguns exemplares permanecidos em México, o que permitiu que alguns autores apontassem para um possível mercado interno (GARCÍA SÁEZ, 1989; KATZEW, 2004).

Grande parte desses quadros permanecem anônimos, enquanto outros possuem assinatura. Entre os principais representantes deste gênero se destacam Juan Rodríguez Juárez e Manuel Arellano – apontados como precursores do gênero –, José de Alcívar, Luis Berrueco, Miguel Cabrera, Francisco Clapera, José de Ibarra, Andrés de Islas, José Joaquín Magón e José de Páez. A maioria desses artistas eram americanos, embora em alguns casos, como o de

Clapera, se tratasse de peninsulares. Todos participavam de grêmios e academias. Uma das séries mais antigas, considerada protótipo do gênero, data de 1711 e é atribuída a Manuel Arellano (Figura 11). A partir destas primeiras pinturas, o fenômeno parece ter-se popularizado.

Figura 11 - Manuel Arellano. Diceño de indio (a) e india (b) chichimecas. 1711



Fonte: Museo de América, Madrid

O gênero proliferou graças à elaboração de *modelos de talleres*, esboços a partir dos quais se produziam e reproduziam as séries dentro de cada *taller* de pintores: “Muchos artistas tendían a crear más de una serie y se copiaban las obras unas a otras, lo que explica la transmisión de los modelos. Además, en una red artística dominada por el gremio, los estilos y los motivos se transmitían de maestro a aprendiz y así de una generación a otra” (KATZEW, 2004, p. 16).

Os *talleres de pintores* eram geralmente agrupados num mesmo bairro do centro da cidade e os artistas mantinham relações familiares ou de amizades, o que permitiu certamente a circulação dos primeiros modelos não apenas dentro de um mesmo *taller*, mas também entre eles. Assim os artistas se inspiravam e adaptavam os modelos uns dos outros.

Estas pinturas são feitas a óleo sobre lona e chapas de cobre. Todas elas são retangulares e variam em tamanho de trinta por vinte centímetros até um metro por cinquenta centímetros. Embora sigam um esquema idêntico, tanto na forma quanto no conteúdo, o gênero evoluiu ao longo do tempo. Em geral, as séries consistem em dezesseis (em ocasiões, vinte) unidades

individuais, mas algumas são realizadas em uma única tela dividida em compartimentos. Algumas vezes os corpos são representados inteiros, outras vezes de três quartos. Enquanto a maioria dos quadros retrata três figuras, sendo dois progenitores e uma criança, há também alguns exemplares de quatro figuras, um casal com dois filhos ou até mesmo mais de um grupo familiar.

Cada unidade representa dois progenitores, ambos provenientes de grupos étnicos diferentes, e com eles, seu filho ou filha, o resultado desta mescla. Este filho ou filha torna-se, na unidade seguinte, o pai ou a mãe, gerando assim uma nova casta. Deste modo, partem das misturas originais, ou seja, de espanhóis com índios, espanhóis com negros e negros com índios, para apresentar os resultados dessas mesclas ao longo do tempo. Quase todas as séries seguem um mesmo padrão: começam com a união de espanhol e índia e o seu resultado, o mestiço ou a mestiça. Da mesma forma, todas elas terminam com as mesclas originadas por indivíduos de sangue negro.

Nos seus primórdios, estas pinturas pareciam focalizar o casal e seu filho, com os traços físicos e as cores da pele, mas, paulatinamente, o ambiente (geralmente a casa, o ofício ou o comércio), as ferramentas, as refeições e os detalhes nas roupas foram introduzidos. Em alguns casos, as frutas típicas da terra são enumeradas. Todas as pinturas são acompanhadas por uma legenda, às vezes pintadas na própria tela ou, em outras ocasiões, em uma cartela abaixo. Este texto identifica as etnias de cada um dos pais e a casta resultante dessa mescla. Em algumas séries, são acrescentadas também características intelectuais e temperamentais.

Em geral, as primeiras castas, hierarquicamente superiores, são representadas em ambientes confortáveis e harmoniosos, com indumentaria rica e realizando atividades de lazer ou econômicas, como a venda de artigos de luxo. Já, as castas compostas pelo indivíduo de sangue africano ou algum dos seus descendentes vão “degenerando” ao longo da série. São representadas em locais de trabalho humildes, realizando tarefas manuais depreciadas pela alta sociedade, usando roupas de pouca qualidade.

Em ocasiões, nas series de pintores como Francisco Clapera, José Joaquín Magón ou Andrés de Islas, as castas mais baixas aparecem em atitudes de vícios, tais como o consumo de *pulque* ou a preguiça, e, até, de violência, características atribuídas às castas de negros. Muitos desses quadros vêm acompanhados de comentários de tom depreciativo ou jocoso, associando a esses indivíduos características de figura, gênio e temperamento, também reproduzidas nas narrativas dos viajantes da época, citados no capítulo anterior.

Em geral, no caso das primeiras mesclas, as séries seguem uma mesma nomenclatura correspondente inclusive às referências encontradas em documentos oficiais ou inquisitoriais.

Contudo, a partir do oitavo quadro, os nomes dados às castas não parecem coincidir de uma série para outra, ou pelo menos de um pintor para outro, indicando que devia tratar-se de uma escolha aleatória e fantasiosa.

Estas denominações [...], eventualmente, poderiam proliferar quase infinitamente, dependendo da invenção loquaz dos pintores ou dos patrocinadores dos quadros, da proliferação de géneros urbanos que identificavam outros, anteriormente ignorados, "travessias", ou da aplicação idiossincrática de outras terminologias destinadas a descobrir a profunda heterogeneidade das colônias (CORDIVIOLO, 2017).

Assim, depois dos mestiços, *castizos*, mulatos, *moriscos* e *lobos*, aparecem nomes como: *salto atrás*, *tente en el aire* ou mesmo *no te entendo*, esses dois últimos sugerindo certa confusão quanto ao grau de miscigenação.

A historiadora da arte, Ilona Katzew (2004) distingue duas gerações: a primeira (1711-1760) corresponde ao *Teatro de Maravillas*, isto é, visava antes de tudo enaltecer a ordem da sociedade novo-hispana, apresentada como hierarquizada, além de evidenciar a abundância em produtos locais e a riqueza do reino. Essa primeira geração dialoga com os cronistas urbanos dos primeiros terços do século XVIII, tais como Juan de Vieira ou Manuel de San Vicente, os quais não pouparam os elogios nas suas extensas descrições da cidade de México. Deste modo, as primeiras séries ostentavam uma sociedade próspera e uma terra abundante em produtos. Em várias ocasiões se representavam as vendas com produtos locais, exóticos para o espectador europeu. Os pintores dessa primeira geração tendiam a representar as castas realizando tarefas de ócio ou de trabalho manual – conforme lhes correspondia – sempre em ambiente harmonioso, relativamente bem-vestidas e parecendo felizes, independente da sua condição social. As diferenças eram principalmente marcadas por uma variedade de cores utilizadas pelos pintores no âmbito de dar conta da variedade de tons de pele resultante da forte mestiçagem na sociedade mexicana. Porém, não havia uma real caracterização através de atitudes ou outros elementos atribuídos a cada casta.

A segunda geração (1760-1790) corresponde aos textos do último quarto da centúria, momento em que os discursos das elites se aguçaram, apontando antes de tudo para as consequências negativas da mestiçagem e a dificuldade de distinguir entre as diferentes castas em Nova Espanha. Assim, retrata a delinquência e a degeneração da sociedade vice-real. Essas pinturas serão de maior relevância no âmbito do presente trabalho, uma vez que materializam em imagem os discursos em circulação entre as elites, refletindo a preocupação dos *criollos* em comprovar sua *branquitude* e delimitar uma fronteira entre eles e as demais castas consideradas responsáveis pela degeneração da sociedade. Isso explica certamente, pelo menos em parte, o fato desse gênero ter deixado de ser produzido a partir da época da Independência. Com efeito,

a partir do início do século XIX, o discurso mudou. Não se tratou mais de segregar os grupos raciais presentes no México, senão, ao contrário, de unificar uma nação sob o rótulo de “mestiçagem”. Outras razões podem ter influído no abandono da produção de tais pinturas, entre elas, a extinção dos grêmios de pintores.

O interesse dos estudiosos pelo gênero das pinturas de castas remonta a meados do século passado. Essa falta de atrativo se poderia explicar, como o sugere Tomás Pérez Vejo, pelo “difícil lugar de lo virreinal en el relato de nación mexicano” (PÉREZ VEJO, 2013, p. 146). De fato, segundo o autor, após a Independência, os americanos trataram de “apagar” o período vice-real da “memória histórica” mexicana, resgatando o passado indígena como raiz da nação nascente. Consequentemente, a pintura do período vice-real no era considerada formalmente – ou pelo menos simbolicamente – como pertencente ao patrimônio nacional. Assim, apesar do seu inequívoco caráter “mexicano”, o gênero da *pintura de castas* “ha tenido dificultades para ser aceptado como parte del patrimonio cultural de la nación” (PÉREZ VEJO, 2013, p. 146). A *pintura de castas* permaneceu durante muito tempo ausente das coleções públicas mexicanas. Isso explica que o gênero tenha sido escassamente estudado e ficado quase desconhecido até que o colecionismo privado se interessasse por ele. De fato, para a historiadora da arte Lydia Sada de González, a contribuição do colecionismo privado na revalorização do gênero foi fundamental e não consistiu apenas em comprar os quadros (que até algumas décadas atrás, na sua maior parte, se encontravam fora do México), mas também de “crear el caldo de cultivo” (SADA DE GONZÁLEZ, 2009, p. 165) para seu estudo. A partir do fim do século passado, a *pintura de castas* despertou progressivamente o interesse dos pesquisadores, ainda que não entrem em consenso, até hoje, quanto à sua funcionalidade e finalidade.

Para López-Beltrán (2008), entender a *pintura de castas* se tornou uma tarefa historiográfica complexa. De fato, grande parte dos estudiosos não souberam interpretá-la, caindo até no que Pilar Gonzalbo (2013) chamou de “trampa”²⁷ das castas, ao entender esses quadros como reflexo da realidade social novo-hispana; outros menosprezaram o gênero, considerando-o fantasioso e de pouca relevância para a História Social.

Um dos primeiros a comentar a *pintura de castas* foi o professor Gregorio Torres Quintero (1921) para quem tais pinturas teriam servido para determinar o registro civil dos mestiços ao serem batizados. Assim como ele, outros autores chegaram a considerar esse gênero pictórico como ferramenta de classificação e de controle da população durante o período colonial.

²⁷ GONZALBO, P. “La Trampa de las castas”, em Alberro, Solange y Gonzalbo, Pilar, *La Sociedad Novohispana. ¿Estereotipos y realidades?*, El Colegio de México, 2013, pp. 15-193.

Frente aos que encontravam na *pintura de castas* um afã utilitarista, Magnus Mörner, por sua parte, criticou as nomenclaturas utilizadas nos quadros, considerando-as fruto da invenção de intelectuais e artistas. Para o autor, trata-se de um gênero “de entretenimiento, más propio del exotismo y rococó del siglo XVIII” (MÖRNER, 1969, p. 65).

A primeira historiadora a realizar um estudo pormenorizado das séries de *pintura de castas* foi Concepción García Sáiz, ex-diretora do *Museo de América* de Madri, quem, em 1989, publicou sua obra *Las castas americanas: un género pictórico americano*. Para a autora, tratava-se de um gênero de exportação cujo principal público eram espanhóis peninsulares. À primeira vista, efetivamente, esses quadros podem parecer uma representação realista a modo *costumbrista* da sociedade vice-real, com ricos detalhes como indumentárias, utensílios, cores, interiores de oficinas. As frutas e outros alimentos são em ocasiões listados na legenda, a título de inventário, como o fizeram também os cronistas urbanos ao descrever as praças e mercados da cidade de México nos séculos XVII e XVIII.

Tal abundância de detalhes se deve certamente à influência do espírito ilustrado da época e o afã classificador bourbônico. Nesse sentido, como o sugere Elena Isabel Estrada de Gerlero, uma das primeiras historiadoras da arte mexicana em advertir a relevância da *pintura de castas* para a historiografia, o gênero se apresenta como “una respuesta tangencial a las inquietudes de la España ilustrada”, uma vez que, segundo a autora, respondem “plenamente” aos *Cuestionarios para Relaciones geográficas* (ESTRADA DE GERLERO, 1994, pp. 83-84).

Nos seus trabalhos, a especialista no estudo do gênero de castas, Ilona Katzew (2004), destaca como um dos fatores de desenvolvimento deste gênero pictórico o medo das elites brancas de perder o seu controle, devido à dificuldade crescente em manter as fronteiras entre pessoas de diferentes *calidades*. Para a autora, a *pintura de castas* pode ser interpretada como um retrato orgulhoso do local, enfatizando a riqueza da natureza e o bem-estar do seu povo, e “uma forma de provar à Espanha que o México não fica atrás da Europa” (KATZEW, 2004, trad. própria). De fato, na maioria dos quadros, além das personagens, são retratados elementos que denotam o exotismo do Vice-reino, a paisagem, a abundância e variedade de produtos da terra da Nova Espanha. Isto denota uma tentativa de idealizar uma realidade e de aguçar o imaginário europeu a respeito da Nova Espanha. A autora adverte, no entanto, que “através de sua ampla circulação, as pinturas de casta participaram da construção de uma identidade novo-hispana, mas ao mesmo tempo, contribuíram para a transmissão de discursos de poder em todo o império ibérico” (DEANS-SMITH, 2005).

Finalmente, autores mais recentes apontam para uma representação artística de um discurso social. Assim, Federicco Campos (2014; 2017) aponta para a materialização de

genealogias baseadas no conceito de “limpeza” de sangue, enquanto Laura Catelli (2018) vê nessas pinturas uma clara discriminação socio-racial, baseada em uma política de biopoder visando controlar os corpos dos sujeitos coloniais. Por sua parte, Castañeda García afirma:

Estos lienzos no sólo fueron objetos artísticos, sino instrumentos del poder que buscaron catalogar a la población del siglo XVIII. Pusieron en el centro de la escena a los habitantes de origen africano, los naturales, españoles y sus diferentes híbridos, lo hicieron de manera natural sin ridiculizarlos ni caricaturizar sus rostros. Pero construyeron un estereotipo de lo negro con efectos negativos de la mezcla (CASTAÑEDA GARCÍA, 2020, p. 461).

Apesar da crescente produção bibliográfica referente a essa pintura, muito se há dito sobre seu conteúdo, sua forma e muitas especulações foram feitas no âmbito de descobrir o “verdadeiro” motivo de tais produções, porém, tais estudos parecem ter-se concentrado numa análise estilística da pintura, e, ainda que relacionando-a com o contexto sociopolítico da época (Iluminismo e Reformas *Bourbônicas*) pouco se há confrontado o gênero em questão com outras fontes documentais, uma das tarefas às quais se propõe o presente trabalho.

4.2 UMA JANELA PARA AS “MENTALIDADES” *CRIOLLAS*

Sabe-se que as imagens podem servir de instrumentos de persuasão e dominação nas relações sociais, sempre desiguais. Sua utilização pode ser direta, quando se trata de uma efígie, por exemplo, ou – o que é mais frequente – indireta, quando se insere num discurso social. As representações visuais nascidas em contexto colonial não podem ser consideradas “inocentes”, mas sim como expressões de relações de poder e de construções das diferenças (EBERT, 2008). Desde tal perspectiva, a *pintura de castas* se concebe como uma ferramenta a mais no discurso socio-racial novo-hispano de sociedade idealizada e se apresenta como fonte histórica para uma aproximação a toda uma rede de interesses e uma ideologia social das elites *criollas*.

Se por *fonte histórica*, se entende “todo objeto material, instrumento ou ferramenta, símbolo ou discurso intelectual, que procede da criatividade humana, através do qual se pode inferir algo sobre uma determinada situação social no tempo” (ARÓSTEGUI, 1995, p 338), pode-se considerar a pintura como uma das manifestações da criatividade humana digna de constituir uma fonte para o historiador. No entanto, a utilização da imagem como fonte histórica foi durante muito tempo discutida, e isso, devido a questões inerentes à natureza de tais vestígios: a ambiguidade e a polissemia que suscitam, derivadas do seu caráter de *testemunhos mudos*, nos termos de Burke (2005, p.16), além do alto grau de interpretação e especulação que sua análise implica.

Apesar da relegação de tais vestígios a um papel “secundário”, vários trabalhos se destacam, os quais defendem o uso da imagem tanto desde uma perspectiva historiográfica propriamente dita, quanto fora dela. Neste âmbito, o historiador da arte alemão Aby Warburg considerava as imagens como “símbolos sociais” que, ao mesmo tempo, caracterizavam toda criação da cultura como dialógica. Assim, os testemunhos visuais constituem um pilar importante nos seus estudos:

O objetivo da investigação de Warburg era duplo: por um lado, tinha que considerar as obras de arte à luz dos testemunhos históricos de qualquer tipo e nível, capazes de iluminar a gênese e o significado; por outro lado, a própria obra de arte, e, em geral, as representações, tinham que ser interpretadas como fonte *sui generis* para a reconstrução histórica (GINZBURG, 2013).

A produção da arte, em Aby Warburg, é vista como “parte da vida de uma época” e neste sentido, é percebida como “sintomática” de uma época. A sua prática de investigação se centra na contribuição da imagem para a percepção de outras informações e se baseia na interligação de testemunhos figurativos entendidos como fontes históricas. Neste âmbito, a própria obra pictórica se torna objeto de estudos, deixando de ser apenas um complemento para a reconstituição histórica.

Contudo, como o adverte Carlo Ginzburg, “para quem queira considerar as obras de arte e os testemunhos figurativos em geral como *fonte histórica sui generis*, a análise iconográfica em muitos casos pode se mostrar insuficiente (GINZBURG, 1989, p.64). De fato, a perspectiva de Warburg “não se reduz nem à leitura do estilo, nem ao simples deciframento iconológico, mas ao contrário, abre os caminhos para o estudo dos contextos de circulação das iconografias e para a análise das práticas sociais” (SEVERI, 2003, trad. própria). Conforme o proposto por Aby Warburg,

Cette étude du sens des iconographies est chez lui inséparable de la mise en contexte de l'image en tant que véhicule de représentations sociales. Les œuvres des artistes sortent ainsi du musée des Beaux-Arts pour devenir un élément, parmi d'autres, d'une série de représentations qui traversent la société tout entière²⁸ (SEVERI, 2003).

O que propõe Warburg, é reconstituir o meio original no qual se gestaram as obras de arte, indagando sobre os documentos e elementos mais diversos que permitem compreender o pensamento dos comitentes e artistas. Contudo, como o salientaram os especialistas, uma das dificuldades ao estudar o gênero de castas é precisamente a escassez de fontes documentais permitindo desvendar as intenções dos indivíduos implicados na sua produção e difusão. Além de serem poucos os documentos escritos, o pesquisador ainda está confrontado a outra limitação

²⁸ “Este estudo do significado da iconografia é inseparável da contextualização da imagem como um veículo de representações sociais. As obras dos artistas deixam assim o Museu de Belas Artes para se tornar um elemento, entre outros, de uma série de representações que percorrem toda a sociedade”. (trad. própria)

quanto à autoria das séries. De fato, como o assinala Rafael Castañeda García, “uno de los problemas que surge cuando se estudian las pinturas de castas es que, debido a la dispersión de las series, a menudo resulta difícil ofrecer una imagen completa de lo que originalmente brindaban, otro inconveniente es que un buen número de conjuntos son anónimos y se encuentran sin fechar” (CASTAÑEDA GARCIA, 2020, p. 464).

A reconstituição do contexto de produção de um produto artístico é uma tarefa árdua e requer, na ausência de documentação clara sobre os artistas e comitente, como é o caso da *pintura de castas*, um exame combinado das obras de arte com outros documentos que permitam descobrir ou imaginar o que estimulou essa produção (GINZBURG, 1994, p. 19). A obra deve ser interpretada à luz de outros testemunhos, outros tipos de documentos, visuais ou textuais, que possam auxiliar na reconstituição do contexto de produção dessa obra. Nesse sentido, a abordagem sugerida por Warburg se mostra instigante, pois abre os caminhos para uma revisão dos mais diversos tipos documentais. Esse historiador recorreu a uma ampla gama de instrumentos para realizar suas análises das obras, dando particular atenção ao contexto social e cultural (GINZBURG, 1994, p. 19).

O estudo dos textos contemporâneos, realizado no segundo capítulo desse trabalho, permite explorar algumas dinâmicas sociais, econômicas e políticas do século XVIII que podem estar na origem do desenvolvimento da *pintura de castas*. O que se destacou, através da análise desses textos, foi a preocupação crescente dos espanhóis em proteger suas posições de privilegiados frente à população cada vez mais mesclada e, conseqüentemente, difícil de classificar e ordenar. O discurso de castas surgiu então para realizar essa ordenação dos indivíduos segundo seu pertencimento a uma classe, porém na prática, a mestiçagem impediu essa classificação. A *pintura de castas* pretende assim reestabelecer essa ordem, destacando a pureza de sangue dos *criollos* e, para tanto, criando genealogias demonstrando a possibilidade de voltar a ser espanhol para determinadas mesclas enquanto outras se encontram excluídas desse processo.

Essa tentativa dos *criollos* de distinguir-se das demais castas foi estimulada pelas mudanças políticas empreendidas pelos Bourbons e o surgimento de uma corrente intelectual influenciada pelo pensamento ilustrado e cientificismo europeu. Os discursos e ideias do Iluminismo aspiravam tanto à classificação e sistematização da natureza quanto à descrição das ordens sociais (STOLCKE, 2007, p. 40). No início do século XVIII, os *criollos* se enfrentaram à retórica científica que questionava sua “pureza” de sangue e lhes assignava uma inferioridade diante dos europeus (Deans-Smith, 2005).

O século XVIII, período durante o qual se produziram, na sua grande maioria, os *cuadros de mestizaje*, foi o palco de grandes mudanças que se repercutiram no discurso colonial. Esse discurso, como se tem ressaltado, se aguçou principalmente no final da centúria. De fato, diante das acusações dos europeus, os *criollos* se consideraram ameaçados e, por um lado, procuraram provar a todo custo que também eram espanhóis e não podiam ser assimilados às demais castas, e, por outro lado, começaram a gerar uma consciência identitária.

Com efeito, para os *criollos*, a mestiçagem e a dificuldade de distinção entre categorias de indivíduos, somadas à ganância dos mestiços em querer adentrar a elite *criolla*, constituíam um perigo. Fez-se então necessário recorrer à prova de “pureza” de sangue, de modo a demonstrar-se “não-mesclados” em resposta às acusações dos peninsulares segundo as quais a sociedade novo-hispana era “degenerada” devido às *mesclas raciais*.

Idealizavam uma imagem deles mesmos como “puros” estabelecendo uma diferenciação em relação aos outros, os “mesclados”. Tal distinção plasmada nos textos contemporâneos, encontrou na *pintura de castas* uma forma de tornar-se visível. Se recorreu então a formas estereotipadas de representação das distintas castas, às quais se atribuíam características não apenas fenotípicas, mas também intelectuais e sociais. Tais representações foram sistematizadas ao longo de um século de produção e se fixaram no imaginário coletivo. Neste sentido, os quadros de castas devem ser entendidos como materialização de um discurso colonial possuidor de uma intencionalidade, uma vez que se imbrica em um conjunto de relações de poder, não apenas entre colonizadores e colonizados, mas no seio da própria sociedade novo-hispana.

O conceito de “representações” de Roger Chartier pode, aqui, auxiliar na compreensão do gênero de castas como parte das estratégias de controle social das elites novo-hispanas. As representações, segundo esse autor, são o modo pelo qual os homens constroem intelectualmente o mundo, como leem e se representam a sua realidade circundante. Desde essa perspectiva, as representações remetem sempre ao coletivo, porém a um segmento social específico. Não são universais, mas sim relativas e, deste modo, diferentes grupos sociais elaboram distintas representações (CHARTIER, 1990, p.17).

Para esse estudioso da História Cultural, as representações se inserem “em um campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação”; em outras palavras, são produzidas aqui verdadeiras “lutas de representações” (CHARTIER, 1990, p. 17). Assim, são políticas, pois expressam conflitos de interesses, disputas entre grupos. Porém, são também simbólicas, uma vez que se concretizam em atos. A partir daí, pode-se entender os “modos de ver” que as elites *criollas* – principais divulgadoras

do gênero de castas – pretendiam expandir. Os *cuadros de mestizaje*, muito mais do que meras descrições das mesclas entre tipos humanos, reproduzem, por um lado, a ânsia por restabelecer a ordem social que escapava ao sistema social vigente naquele tempo, potencializando as estratégias e instrumentos necessários à sua conservação, e, por outro lado, uma ideologia baseada no princípio de “pureza” de sangue, estabelecendo de forma visual genealogias.

Se toda representação “representa” algo que está ausente, também se apresenta “representando” algo (CHARTIER, 1990). Essa última dimensão determina a capacidade enunciativa do objeto que se faz presente (neste caso, a pintura), o qual se converte, então, em janela que descobre seus produtores. A obra se torne então uma janela que permite revelar seus produtores, interesses, processos de circulação etc.

Os *cuadros de mestizaje*, pois, se pintaram ao longo de um século, o que, de fato, permite afirmar que o que estimulou a produção das primeiras obras não corresponda necessariamente às motivações dos pintores do fim da centúria. Deste modo, estabelecer um diálogo com outras fontes, permite entender a evolução do gênero. As mudanças ocorridas entre as primeiras e as últimas séries seguem as vicissitudes dos discursos de poder enfatizadas no capítulo anterior. Como assinalado por Katzew (1996), a partir da segunda metade da centúria, se observa uma mudança nas representações. Nas primeiras décadas do século XVIII, de fato, se tratava de expressar o orgulho *criollo* e enaltecer o vice-reino, enfatizado a abundância e as riquezas da terra. As representações de ordem e hierarquia fixas correspondem a uma visão idealizada que os *criollos* se faziam da sua sociedade, na qual se recorria aos rasgos físicos como cor da pele ou fenótipo para marcar a representação das castas. Quando, a partir da segunda metade da centúria, resultou ilusória a distinção socioeconômica entre *criollos* e castas, principalmente, mestiços e castiços (SEED, 1982, p. 569), tal distinção começou a marcar-se pela *calidad* assignada (CARRERA, 2003, p. 102). Deste modo, a origem recobrou mais importância e começou-se a atribuir às castas características de gênio e temperamento, já afirmadas nos textos em circulação.

A *pintura de castas* se erige então em representação não da sociedade tal como era, mas da sociedade tal como os *criollos* a concebiam: uma sociedade hierarquizada, onde cada indivíduo tinha seu lugar, pondo o espanhol no topo dessa hierarquia, sem distinção entre *criollos* e peninsulares – ainda que paradoxalmente se tratasse de enaltecer uma identidade americana emergente – uma vez que se tratava de reivindicar seu pertencimento à raça branca.

A pintura se converteu em um suporte para o estabelecimento de uma sociedade idealizada, segundo a concepção dessa elite novo-hispana, através do qual reproduz suas aspirações e preocupações, notadamente com a questão da “limpeza” de sangue. Esse processo

genealógico pelo qual uma linhagem mesclada poderia retornar a um estado de pureza racial – ou seja, o branqueamento – se encontra plasmado em todas as séries de castas como uma solução a seu dilema identitário.

Nos quadros de castas se pode observar duas estratégias de representação social. Por um lado, sua missão consistia impor uma ordem em uma sociedade confusa e, por outro, sublinhar a preeminência dos grupos brancos (espanhóis) sobre os demais. Além da hierarquia nos quadros de castas a principal estratégia de representação insistia em que a estratificação da sociedade era determinada pela raça, classificada em uma taxonomia aparentemente rigorosa.

A análise proposta a seguir, consiste em é procurar nas pinturas “sintomas” – numa perspectiva *warburguiana* do termo – ou, “indícios” – no sentido *ginzburguiano* – que permitam afirmar que tais representações materializam os discursos comentados no capítulo anterior. Assim, se atenta à reprodução de genealogias baseadas no conceito de “limpeza” de sangue, mas também a elementos como a forma de narrar, a hierarquia estabelecida e repetida, a representação de cenas e caracterização dos indivíduos.

Por uma questão de extensão do presente trabalho não se pode realizar um estudo pormenorizado de um grande leque de quadros. Deste modo, se optou por algumas amostras que refletem perfeitamente a ideologia *criolla* de branqueamento, assim que a visão que essa elite novo-hispana tinha das demais castas.

4.3 MATERIALIZAÇÃO DE UMA IDEOLOGIA *CRIOLLA*

Por ideologia, se entende aqui uma certa forma de construir representações com fins de alcançar determinados objetivos conforme interesses específicos. A ideologia então se insere em um sistema de valores e se associa à questão de “poder” e “controle social” exercido por um grupo sobre outros. Contudo, a produção e propagação de imagens de caráter ideológico nem sempre se dá de forma consciente por parte dos agentes implicados. A *pintura de castas* constitui uma representação ideologizada de uma sociedade idealizada e estereotipada por parte da elite *criolla*, tal como a percebia.

A Nova Espanha era considerada caótica pelos peninsulares, tanto pela sua má administração quanto pela forte e confusa mestiçagem da sua população. As ficções genealógicas construídas pelos *criollos* a partir do conceito de “limpeza” de sangue formam um instrumento de reivindicação e defesa por parte desse grupo e se encontram plasmadas na *pintura de castas* de forma bastante explícita. Assim, os *criollos* se reapropriaram de certa

forma de um discurso de poder, não somente como arma de resistência, mas também para a construção de uma identidade.

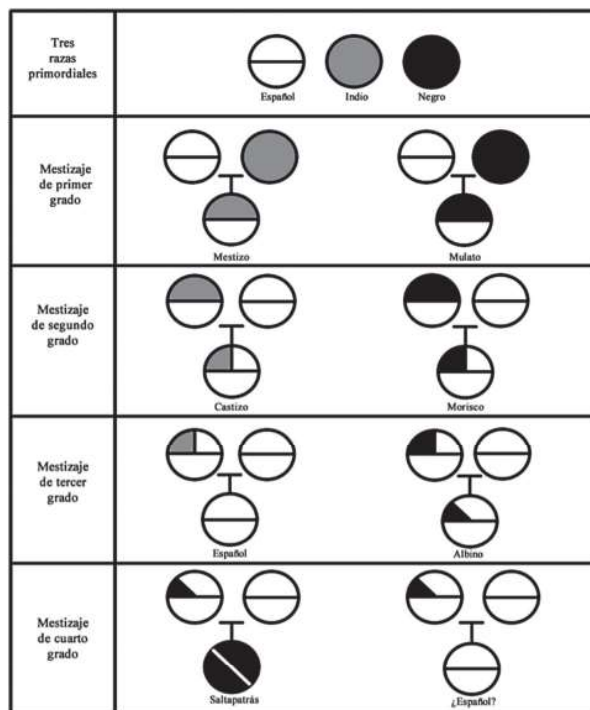
De modo geral não se pode afirmar que a grande maioria das séries representaram os vários grupos de forma tão negativa quanto se encontravam descritas em alguns discursos em circulação na mesma época e citados no segundo capítulo do presente trabalho. Contudo, assim como tais discursos se intensificaram para o fim do século XVIII, a *pintura de castas* também seguiu essa evolução, e, no final da centúria, algumas séries reproduziram exatamente esses pensamentos, não somente em imagem, mas também através do texto da legenda. Neste sentido, as séries atribuídas a pintores como José Joaquín Magón e Andrés de Islas, datando do último quarto da centúria, apresentam um interesse particular para a presente pesquisa.

O conceito de “limpeza” de sangue, que já existia na Península desde a Reconquista, foi desenvolvido na Nova Espanha através da experiência colonial e, no século XVIII, foi retomado pelo cientismo racial e invocado pelo Iluminismo americano.

La purificación de sangre solamente se puede concebir desde una visión eurocéntrica, la blancura y la cristiandad eran los baluartes a partir de los cuales se construía una legitimidad para los hombres europeos como poseedores del monopolio sobre el poder, las ciencias y las artes. Atendiendo a lo anterior es evidente que los científicos y académicos del siglo XVIII cayeron en el prejuicio del eurocentrismo y lo trasladaron al entorno del cientificismo racial, perpetuando con ello las ideas sobre linaje, sangre y temperamento que formaban parte esencial de la cultura occidental (CAMPOS, 2017).

Ficções genealógicas foram então desenvolvidas, ou seja, um conjunto de gerações construídas em torno da lógica da limpeza do sangue, com a ideia de voltar a ser espanhol na terceira geração, quando a mancha da mestiçagem havia sido apagada. Assim, a partir dos três troncos raciais iniciais, foi estabelecida uma série de cenários possíveis de misturas, nos quais a limpeza do sangue era evidente no caso dos mestiços (espanhol com índio), ou seja, o retorno a ser espanhol na terceira geração, quando na segunda (o castiço) se tinha mesclado com o espanhol. Pelo contrário, as misturas contendo sangue negro estavam destinadas a degenerar e não havia possibilidade de limpar esse sangue, mesmo ao mesclar-se com espanhóis na segunda ou terceira geração. Essa lógica se pode verificar no gráfico a seguir (Figura 12), o qual representa de forma simplificada o que propõe as séries de castas, como se pode apreciar ao comparar esse gráfico com a série da Figura 13.

Figura 12 - Processos de limpeza de sangue conforme o discurso de castas novo-hispano.



Fonte : Campos (2017)

Figura 13 – Anónimo. Pintura de Castas., s. XVIII.



Fonte : Museo Nacional del Virreinato, Tepotzotlan, Mexico

De fato, nesta série (Figura 13), se observa, a partir da mistura inicial entre espanhol e índio, que na terceira geração o indivíduo volta a ser espanhol:

1. Español con india, mestizo;
2. Mestizo con española, castizo;
3. Castizo con española, español.

Ao contrário, encontra-se:

1. Español con mora²⁹, mulato;
2. Mulato con española, morisco;
3. Morisco con española, chino³⁰.

Encontra-se uma referência a este processo de branqueamento em *Noticias secretas de América* (1826) dos naturalistas espanhóis Jorge Juan e Antonio de Ulloa:

En unas ciudades han provenido estas de la mezcla de Indios y Españoles, y en otras de Españoles, negros e Indios; de una y otras castas van saliendo con el discurso del tiempo de tal suerte que llegan a convertirse en blancos totalmente; de modo que en la mezcla de Españoles con Indios, a la segunda generación ya no se distinguen de los Españoles en el color, no obstante que hasta la cuarta no se llaman Españoles. En la mezcla de Españoles y negros se conserva por más tiempo la oscuridad, y se distinguen hasta el cuarto grado, o a o menos hasta el tercero [...] (ULLOA, 1987, pp. 113-114).

O que se pode afirmar a partir da análise desta série (Figura 13), é que está plasmado, nesta representação pictórica, um discurso evidente de branqueamento, no qual um indivíduo só se tornaria espanhol se nunca tivesse tido contato com o sangue negro. Para sustentar que a mescla com os índios pudesse, na terceira geração, limpar seu sangue, foram estabelecidos graus de miscigenação. Essa representação perpassaria o gênero dos seus primórdios à sua extinção, sendo repetidas as genealogias de forma sistemáticas em todas as series, independentemente do seu pintor.

Com base em alguns quadros, se evidenciará a seguir os processos de mestiçagem e sua classificação, dividindo as séries em três grupos: o primeiro, caracterizado pelos componentes espanhol e índio; o segundo, pelos componentes espanhol e negro; e o terceiro, do qual o espanhol/branco não participa. Se atentará às representações dadas para cada casta, ou seja, as formas de vestir, os ambientes em que se encontram, as atividades que realizam e as suas

²⁹ O termo 'moro' ou 'mora' vem da época da Reconquista e foi atribuído a pessoas de pele escura que na Espanha foram assimiladas aos mouros.

³⁰ Em outras séries esta casta é chamada de "albino", o que levou até a debates, uma vez que o albino, apesar de sua cor de pele extremamente branca, era visto como remanescente do sangue negro que se tornaria ainda mais evidente na geração seguinte.

atitudes. Isso permitirá verificar a visão determinista presente em tal retrato da sociedade novo-hispana que entra em consonância com discursos vigentes naquela época.

Como já se ressaltou, conforme a lógica das genealogias, as mesclas entre espanhol(a) e índio(a) podem voltar a “espanhol(a)”, através do processo de “limpeza” do sangue. Ao analisar as seguintes pinturas, se destacarão os principais aspectos destas mesclas.

Todas as séries partem da união de um espanhol e uma índia, sempre representada com elementos que denotam seu pertencimento à nobreza indígena e sua qualidade: a riqueza de suas roupas, tecidos luxuosos, joias. Essa mescla produz o mestiço.

Figura 14 – Magón. En la América nacen Gentes diversas en color, en costumbres, genios y lenguas. I. Del Español y la Yndia, nasce Mestizo. 1751-1800



Fonte : Museo Nacional de Antropología, Madrid.

A cena da Figura 14, pintada por José Joaquín Magón, retrata um casal em seu lar, em uma atmosfera de harmonia. O que chama a atenção, é a atividade realizada por cada componente da pintura: o pai com um livro, mais especificamente o *Quixote* de Miguel de Cervantes, que já na época era uma grande referência da literatura hispânica, provavelmente ensinando seu filho a ler. O filho traz uma folha de papel na qual escreveu uma palavra e sua mãe, por sua vez, segura uma folha de papel, da qual o filho aparentemente pegou a palavra. Assim, trata-se de uma família de letrados, na qual existe uma colaboração entre os pais na educação erudita de seu filho. No meio desta cena “espanhola”, há uma ave, símbolo do exotismo da terra novo-hispana, como forma de mostrar que, para além dos elementos exóticos da colônia, os espanhóis americanos, longe de degenerarem, mantiveram suas características espanholas.

O segundo quadro da série é ocupado pela união entre um espanhol e uma mestiça que produzem o *castizo*. Este indivíduo, então, tem três avós espanhóis e um índio.

Figura 15 – Cabrera. De Español y Mestiza, Castiza. 1763



Fonte: Museo de América, Madrid.

Esta tela (Figura 15), pintada por Miguel Cabrera, retrata uma família que, como se pode deduzir das roupas e adornos dos personagens, deve pertencer à alta sociedade. Os personagens estão na frente de uma sapataria. Pode se tratar de comerciantes enriquecidos ou ao contrário um cliente rico. É importante ressaltar que o calçado era um símbolo de riqueza naquele tempo; era um item de luxo, muitas vezes feito para a exportação, uma vez que somente indivíduos de certo poder aquisitivo podiam pagar e usar tais produtos. As castas inferiores na escala são frequentemente representadas sem sapatos, ou com algo muito simples. Novamente, a família é retratada em um ambiente harmonioso e colaborativo. A roupa da mestiça contém elementos de sua herança indígena nobre. A filha (*castiza*) veste roupas de estilo espanhol e segura um leque, signo representativo da cultura peninsular.

Na terceira geração, correspondente ao terceiro quadro das séries (Figura 16), o *castizo*, ao mesclar-se novamente com o espanhol, produz espanhol(a), fechando assim o ciclo de mestiçagem, completando o processo de branqueamento. Ele já não possui mais mancha, mas

seu sangue índio foi “purificado”, aumentando assim sua qualidade e suas possibilidades sociais.

Figura 16 - Andrés de Islas. De Castizo y Española: Español, 1774.



Fonte: Museo de América, Madrid.

Esta terceira pintura (Figura 16), de Andrés de Islas e datada de 1774, retrata uma cena em um interior doméstico com uma mulher elegantemente vestida segurando uma criança em seus braços e, ao seu lado, um homem com um violino. A criança está brincando, tentando arrancar as cordas do violino segurado por seu pai. A mensagem aqui também parece ser, além da riqueza e do luxo, a ideia de uma classe de pessoas eruditas que, assim como os peninsulares, possuem habilidades para as artes. Estas três primeiras misturas que acabam de se analisar compõem a primeira parte de todas as séries de pinturas de castas e evidenciam o processo de “limpeza” do sangue.

Os quatro quadros que seguem – segunda fileira de todas as séries – tratam das mesclas de espanhol(a) e negro(o), e mostram a impossibilidade de voltar a ser espanhol, ou seja, que estes indivíduos, devido à sua condição inicial de escravos, possuíam uma mancha indelével.

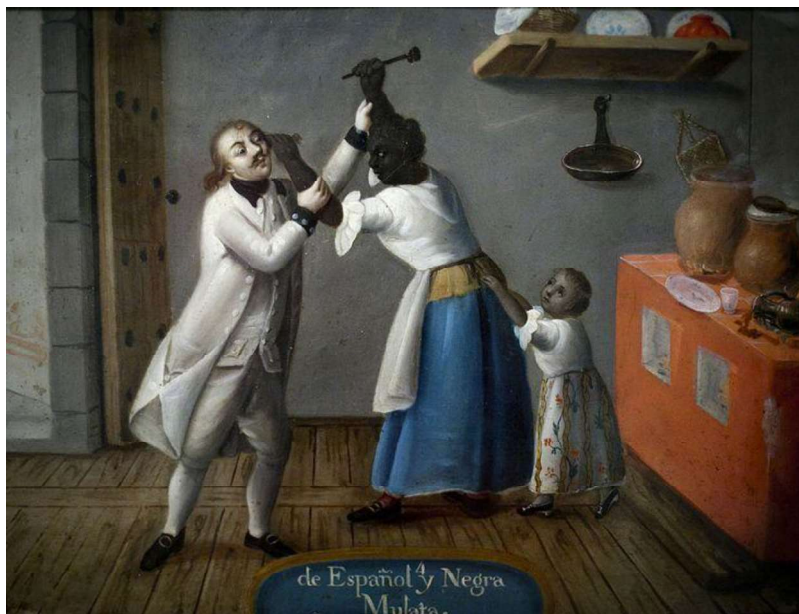
Os quadros abaixo ilustram muito bem os preconceitos que foram mantidos em relação à mescla entre espanhóis ou espanholas e negro(a)s. O primeiro quadro (Figura 17) é atribuída a Andrés de Islas. Os outros três (Figuras 18, 19 e 20) foram realizados por Joaquín Magón.

A primeira pintura (Figura 17) retrata um casal com sua filha, no interior da sua casa, mais precisamente na cozinha. O modo de vestir do homem está de acordo com a moda espanhola, mas não mostra luxo ou ostentação. As roupas femininas, por outro lado, sugerem um status social mais humilde. Entretanto, o que chama a atenção é a atitude da mulher. Ela está segurando um utensílio de cozinha com o qual ameaça o espanhol. Este homem não parece ter medo dela, mas seu olhar é de reprovação, como se estivesse numa postura patriarcal, de superioridade. A filha, por sua vez, como em quase todos os quadros, está enfiada na saia da sua mãe, mas aqui parece estar pedindo que pare seu gesto violento. Não se pode afirmar se se trate de um matrimônio ou de uma relação ilegítima entre um senhor e sua escrava. Porém, o que se ressalta desta cena é a estigmatização dos indivíduos de origem africana como seres agressivos e não confiáveis. Embora em outras séries a mulher negra possa estar vestida à espanhola e demonstrar uma atitude mais dócil – à maneira das espanholas – esta pintura de Andrés de Islas – reproduzida em séries de outros pintores – ao destacar a condição degradante dos indivíduos de sangue negro, se enquadra perfeitamente na esfera da “degeneração”, além de apoiar a ideia da inferioridade dos negros e das suas castas. Tal imaginário pode facilmente ser relacionado a certos comentários de vice-reis e viajantes, mencionados no capítulo anterior.

Na segunda pintura (Figura 18), a filha mulata da cena anterior tornou-se a mãe, e, novamente, se pode notar uma atitude não tão agressiva, mas arrogante – por parte de uma mulher, para a época – suas mãos ao redor de sua cintura sugerindo que está expressando sua insatisfação diante do homem que lhe aponta o dedo, em gesto de ordem ou reprovação. A cena também é ambientada dentro da casa, aparentemente na cozinha. Embora o cenário e a roupa sugiram que se trata de uma família de status social menos favorecido, o homem está usando o uniforme de policial/militar e a mulher usa o *chiqueador*³¹. Existe uma certa interdiscursividade entre as pinturas. Esses dois primeiros quadros retratam a imagem do indivíduo afrodescendente rebelde e agressivo, tentando igualar os espanhóis, como mencionado por alguns dos viajantes citados no segundo capítulo deste trabalho.

³¹ Adorno muito em voga no século XVIII utilizado pelas mulheres da alta sociedade. Essa peça se aplicava na têmpora e, para além da questão estética, alguns historiadores avançam que poderia ter servido contra as dores de cabeça.

Figura 17 - Andrés de Islas. De Español, y Negra, produce Mulata, 1774.



Fonte: Museo de América, Madrid.

Figura 18 – Magón. De Español, y Mulata, sale Morisca, 1754-1760.



Fonte: <http://ceres.mcu.es/>

Os dois quadros seguintes apresentam o albino e sua progeneritura, que não voltará a ser espanhol(a). Ambas as cenas são ambientadas na oficina do casal, provavelmente um quarto da casa. Trata-se de uma família de artesãos. A primeira (Figura 19) retrata um alfaiate. A segunda (Figura 20) retrata uma oficina de tabaco, um dos produtos mais exportados durante o século XVIII. Em ambos os casos, a roupa, às vezes já gasta, o ambiente muito simples e

humilde, e o próprio fato de ter uma ocupação manual, colocam estas famílias em um estrato social mais baixo.

Figura 19 – Magón. De Morisco y Española, Albino, 1754-1760.



Fonte: Museo Nacional de Etnología, México.

Figura 20 – Magón. De Albina y Español, lo que nasce Torna atrás, 1754-1760.



Fonte: pueblosoriginarios.com

Após analisar estas pinturas de mesclas com sangue negro, se pode tirar algumas conclusões. A primeira, é que a decadência é evidente, ou seja, a queda na escala social, marcada por todos os elementos presentes nas cenas, como se enfatizou, as roupas, as ferramentas, mas também a localização e os ofícios. Embora o componente espanhol ainda

mantenha certa dignidade, a longo prazo, ele também vai diminuindo gradualmente. Mas, além de limitar essas castas a níveis sociais mais baixos aos quais certas funções e condições são atribuídas, o que a série busca evidenciar, é que não há possibilidade de “limpeza” do sangue para os indivíduos resultantes da mescla com o componente africano inicial. Assim, se dê a cadeia: “español con negra → mulato, con española → morisco, con española → albino, con español → *torna atrás*”. O ciclo de mestiçagem nunca se fecha e jamais se poderá voltar a ser espanhol.

Uma vez evidenciado a impossibilidade de uma “limpeza” de sangue para os indivíduos com mesclas de sangue de origem africano, é possível avançar que, em certa medida, a *pintura de castas* apresenta um catálogo da degeneração precisamente dessas mesclas. Após as primeiras oito castas, as séries nem sempre correspondem de um pintor para outro. Não apenas os nomes dados a essas castas variam, mas as mesclas em si diferem. No entanto, o que têm em comum, é que já não intervém o componente espanhol. O vestuário, as atividades, as relações entre personagens parecem buscar definir ou assignar um lugar social a ditas castas. Como se demonstrou, as mesclas derivadas do espanhol com índia estão representadas em uma residência ornamentada ou em frente a uma loja de luxo (tecidos ou sapatos), a atitude do homem é geralmente protetora da mulher e da criança, e a essas classes superiores, se veem atribuídas atividades eruditas, ligadas à literatura e à arte, dois campos nos quais os *criollos* eram atacados pelos europeus.

Já nas classes mais baixas, os personagens são representados em suas casas ou ofícios – que naquele tempo consistia geralmente em um só e mesmo espaço – realizando uma tarefa determinada, que parece ser reservada a cada casta. Ademais, estas castas usam trajes humildes ou desgastados, e são representadas em atitude de labor. Em ocasiões, aparecem cenas de briga ou até de vício, como para demonstrar que a “degradação” ou “degeneração” da sociedade novo-hispana se deve às castas de negros. Em algumas séries, como se destacará agora, as legendas não só nomeiam as castas, mas também as descrevem com comentários pejorativos de natureza determinista, aludindo às características de gênio, figura e temperamento, seguindo o modelo taxonômico de Carl Lineu (1735).

A primeira mescla sem o componente espanhol que segue na série é a de índio(a) com negro(a). A partir desta imagem – geralmente a oitava da série – os nomes das castas não parecem ser unânimes entre os pintores. Assim, para Miguel Cabrera, o resultado da mescla de índia e negro é a *China Cambuja*, enquanto na série de Andrés de Islas, a mesma mescla engendra o *Lobo*. Dos quadros nove a dezesseis, ainda que os pintores não coincidam quanto à ordem das mesclas e à nomenclatura, a “degradação” se faz evidente, uma vez que os

personagens são sistematicamente representados e ambientados em situações humildes, deixando um claro retrato da “plebe” mexicana para o europeu que tivesse contato com qualquer série de castas.

No âmbito do presente trabalho, uma série merece particular atenção pela interdiscursividade que revela com os textos apresentados no capítulo anterior. Trata-se de uma série atribuída a José Joaquín Magón, na qual, para além de estabelecer uma hierarquização das castas, se atribuem também comportamentos negativos condenáveis para a sociedade novo-hispana católica. Ainda, as cartelas correspondentes a cada quadro contêm apreciações pejorativas. Assim, no quadro “*De Negro, e Yndia, Lovo, mala ralea*” (Figura 21), o pai está descansando, enquanto sua esposa trabalha. O filho chama sua atenção como se quisesse reprovar este comportamento. Embora seja difícil olhar para a criança e pensar que ela seja de tão má índole quanto a cartela a descreve (“*Herodes son de bolsas y faltriqueras*”), o que se destaca nesta pintura, é a preguiça do homem, como representativa de uma característica inerente à casta.

Da mesma forma, o quadro “*De Albarazado, y Salta atrás, sale Tente en el Aire*” (Figura 22), retrata uma cena de violência conjugal, na qual o pai agride a mãe e o filho tenta separá-lo. Este pai, da casta *Albarrazado* – mescla de *Cambujo* ou *Gibaro* (dependendo da série) com *Mulata* – é pintado como um indivíduo violento.

Figura 21 – Magón. *De Negro, e Yndia, Lovo, mala ralea. Herodes son de bolsas y faltriqueras*, 1760.



Fonte: Museo Nacional Antropología, México.

Figura 22 – Magón, De Albarazado, y Salta atrás, sale Tente en el Aire. 1751-1800.



Fonte: Museo Nacional de Antropología, México.

No quadro "*Cuarteron y Mestiza, siempre peleando engendran al Collote fuerte y osado*" (Figura 23), o "*cuarterón*" – resultado da mescla entre mulato(a) e espanhol(a) – é retratado com uma faca na mão direita e uma bolsa na esquerda, sugerindo que provavelmente está indo roubar. A expressão em seu rosto e no seu olhar é a de uma pessoa perigosa. Já a esposa demonstra medo e tenta, com sua filha, deter o homem, a fim de enfatizar a maldade da atitude desse último.

Figura 23 – Magón. Cuarteron y Mestiza, siempre peleando engendran al Collote fuerte y osado, 1760.



Fonte: Museo Histórico de Monterrey

Figura 24 – Magón. Albino y Española/ Los que producen/ de torna atrás, en figura/ genio, y costumbres”. 1754-1760



Fonte: Museo Histórico de Monterrey

Finalmente, o quadro "*Albino y Española/ Los que producen/ de torna atrás, en figura/ genio, y costumbres*" (Figura 24) apresenta um indivíduo inclinado ao vício da embriaguez e a expressão de sua esposa deixa entrever seu desespero ao ver seu marido entregar-se à bebida. O vício da bebida, em particular do *pulque*, foi evidenciado pelos autores setecentistas, como mencionado no capítulo segundo. A representação pictórica dos indivíduos embriagados se deu bastante entre os pintores de castas do fim da centúria, como no caso de Clapera (Figura 7), por exemplo.

Fica clara, mais uma vez, no quadro da figura 27, a impossibilidade de voltar a ser "puro" ou limpar o sangue, para indivíduos de ascendência negra. Assim, embora a mãe seja espanhola, o pai, um albino, possui sangue negro, e, conseqüentemente, todos os vícios que isso implica.

Finalmente, um aspecto notável na maioria das séries de castas, é a ambivalência de comportamentos que se atribuem especificamente à mulher afrodescendente, entre o ideal feminino de recato e obediência e as atitudes de arrogância, atrevimento, agressividade correspondentes aos estereótipos relativos a essa população. Assim as cenas de briga na cozinha, presentes principalmente nas séries de José Joaquín Magón ou Andrés de Islas (Figura 17) são testemunhos de como essas mulheres, longe de serem constantemente submissas ao espanhol, também conseguiam impor-se. A agressividade e a arrogância eram características atribuídas às pessoas de ascendência africana como o demonstram os testemunhos de viajantes citados no capítulo anterior, retratado na Figura 18, pintada por Magón, ou ainda no quadro abaixo (Figura 25).

Figura 25 – Cabrera, De Español y Negra nace Mulata, 1763.



Fonte: www.3museos.com

Outro aspecto relevante, relativos aos quadros de *mulatas* é a presença do chocolate. Com efeito, em várias pinturas a mulher afrodescendente está preparando ou servindo essa bebida (Figura 26).

Figura 26 – Anônimo, De Español, y Mulata, Morisca (s. XVIII)



Fonte: Museo Nacional, México.

Na época vice-real, o chocolate era tido como uma ferramenta para a realização de feitiços e era associado a nigromancia, o que coincide com o imaginário e os preconceitos para com as mulheres de origem africana. De fato, muitas delas, para o século XVIII, eram livres e independentes, por serem desquitadas ou solteiras. Se, por um lado, despertavam a cobiça dos

homens, por outro lado, provocavam a desconfiança das mulheres. Assim, em várias ocasiões foram acusadas de praticar atos de bruxaria ou de ter feito um pacto com o diabo e foram denunciadas diante do Santo Ofício da Inquisição. Disso testemunham alguns contos e lendas populares da época³².

Fica claro, pois, à luz dessas observações, que tais pinturas estabeleceram genealogias que, a modo científico, tentaram demonstrar por uma parte a pureza de sangue dos espanhóis e mestiços – quando mezclados com espanhol – e, por outra parte, a decadência das castas de negros, às quais se atribuía todo tipo de vícios e comportamentos nocivos à sociedade. Havia, de fato, uma preocupação em destacar a posição do *criollo* e seu *status* de espanhol em um momento em que as reformas borbônicas criavam um abismo cada vez maior entre peninsulares e americanos. Através desta pintura, os *criollos* reivindicaram sua *calidad* de espanhol, mas, ao mesmo tempo, começaram a afirmar uma identidade própria, integrando elementos do ambiente típico americano, a fim de se distinguir da matriz espanhola. Assim, alegar a “limpeza” de sangue para as mesclas entre espanhóis e índias, lhes permitia reclamar-se de um passado glorioso tanto espanhol quanto indígena. Por outro lado, era necessário demonstrar que a decadência da Nova Espanha se devia, de fato, às castas, ou seja, às mesclas de afrodescendentes.

Sabe-se que as pinturas de castas circularam na Europa – e, provavelmente, também dentro do vice-reino – difundindo uma imagem das castas que embasou não apenas preconceitos que se cristalizaram até os dias atuais, sobre a população de origem negra, mas também teorias científicas que se desenvolveriam ao longo do século XIX. Assim, o que, para o objetivo desse estudo, apresenta imensa relevância, é entender as repercussões do gênero no imaginário europeu e novo-hispano, uma vez que esses quadros, ao propagar-se, foram recebidos e ressignificados, consolidando assim uma imagem da sociedade novo-hispana. De fato, conheceram um grande sucesso, não apenas entre cientistas ou políticos, senão que também entre particulares que os adquiriam. Para entender a ampla recepção e aceitação desses quadros, se propõe atentar às estratégias – provavelmente em parte inconscientes – utilizadas pelos pintores, que, ao representarem um fenômeno desconhecido no Velho Mundo (a mestiçagem) tornaram suas representações reconhecíveis, e, logo, inteligíveis, para o espectador europeu. Uma abordagem possível, sugerida pelo próprio Warburg, é indagar sobre operações mentais envolvidas tanto no ato de criação da imagem pelo artista quanto na tarefa de apreensão da obra por parte do receptor. Ambos recorrem *inconscientemente* a um repertório

³² Alguns cronistas urbanos mexicanos relataram lendas dos séculos XVII e XVIII a respeito das *mulatas* processadas pela Inquisição, como Luis González Obregón (1865-1938) ou Artemio de Valle Arizpe (1884-1961).

de imagens visuais da memória que, no caso do artista o faz reproduzir senão imagens, algumas fórmulas de páthos (*pathosformeln*), e, no caso do espectador, permitem o reconhecimento de algo anteriormente visto. Esses processos conectam então as funções mnemônicas com o processo de representação e envolve tanto a forma de produzir do pintor quanto a de recepção do público.

Por um lado, os artistas, no ato de produção das pinturas de castas recorreram a repertórios textuais, os discursos em circulação entre a elite novo-hispana, que materializaram nas suas obras. Por outro lado, se serviram de repertórios imagéticos (quanto à forma de representar), em parte compartilhados com os espectadores, e que facilitaram, então, a apreensão do gênero por esses últimos. De fato, a *pintura de castas* conheceu um grande sucesso ao longo do século XVIII. Indagar sobre os processos inconscientes que levaram a tal entusiasmo pode se apresentar como frutuoso na hora de explicar o gênero de castas. Contudo, isso não implica que todos os públicos do século XVIII tenham interpretado os *cuadros de mestizaje* do mesmo modo. Essa temática integrará uma reflexão aprofundada proposta no capítulo a seguir.

Deste modo, o próximo capítulo se propõe a analisar as redes de circulação tanto dos textos quanto das Pinturas de castas, produzidos durante o século XVIII, assim como a sua recepção, de modo a entender o fenômeno de retroalimentação entre tais produções, e, os processos de cristalização dessas ideias no imaginário coletivo, não apenas europeu, senão também mexicano, ainda vigente na atualidade.

5 CIRCULAÇÃO E REPRODUÇÃO DE UM DISCURSO SOCIO-RACIAL

As imagens textuais e pictóricas produzidas ao longo do período colonial circularam amplamente na Europa contribuindo a difundir representações sobre o Novo Mundo e seus habitantes, inicialmente os nativos, e, ao decorrer do tempo, os mestiços e as castas decorrentes das numerosas mesclas raciais.

Os livros, gravados e pinturas que foram enviados desde a América até a Europa, fixaram no imaginário europeu imagens estereotipadas dos americanos. A atração do público em geral pelos livros de viagens e pinturas de castas se deve antes de tudo à ânsia de se representar essa alteridade, vista como “curiosidade exótica”. Já para os cientistas, a Nova Espanha, por sua diversidade e abundância em produtos, assim que pela variedade das mesclas humanas vivendo nessas terras se tornou quase um “laboratório” de observação e experimentações para desenvolver teorias e leis universais sobre a Natureza, a Humanidade e as raças. Finalmente, para os estados europeus modernos, tais representações permitiram acreditar e justificar o sistema imperialista colonial.

Contudo, a heterogeneidade de públicos e interesses envolvidos levou a distintas recepções e apropriações dos relatos textuais e pictóricos em circulação. De fato, como o afirma Roger Chartier (1990), as representações geram inúmeras “apropriações” possíveis, de acordo com os interesses sociais, com as imposições e resistências políticas, com as motivações e necessidades que se confrontam no mundo humano.

Neste último capítulo, após uma análise dos circuitos transatlânticos de circulação de informações e ideias durante o todo o período colonial, indagar-se-á sobre os processos intelectuais operados na recepção dos diversos discursos e em particular da *pintura de castas*, suscetíveis de justificarem a sua repercussão, não só no público geral, mas também pelos científicos.

5.1 A CIRCULAÇÃO DAS IDEIAS NO SÉCULO XVIII

Durante todo o período colonial a informação e as ideias circularam entre a Península e suas possessões ultramarinas, através de bens materiais, em particular livros e imagens (gravados, ilustrações e pinturas), e das pessoas, seja à distância, via envio de cartas, seja presencialmente, em tertúlias reunindo as elites letradas para comentar as notícias trazidas por viajantes, por exemplo. Contudo, tanto os indivíduos quanto os objetos deviam inevitavelmente

transitar pelo oceano Atlântico, o que levava bastante tempo já que, além da própria travessia, os navios não saíam com grande frequência.

Tal distanciamento espaço-temporal foi reduzido a partir da segunda metade do século XVIII, através das Reformas Bourbônicas que instauraram um sistema de Correios marítimos mais eficiente do que seu antecessor (a partir de 1764) e abriram para o livre comércio seus reinos atlânticos (mais tardiamente no caso da Nova Espanha, em 1789). Assim, por um lado, a circulação de informações e ideias se intensificou graças a um fluxo regular e rápido da correspondência entre os dois lados do Atlântico, e, por outro, a abertura ao livre comércio permitiu a saída de navios mais de uma vez ao ano, garantindo assim uma melhor circulação de bens, em particular livros e pinturas, mas também de pessoas e de correspondência de ordem privada remetidas a conhecidos para serem entregues a familiares ou amigos na América.

5.1.1 Sociabilidades transatlânticas: cartas, salões, livros

As cartas tiveram um papel fundamental durante os três séculos da Monarquia Espanhola, tanto no âmbito político quanto pessoal, uma vez que mantinham as pessoas informadas de eventos públicos ou familiares. Desde o século XVI, de fato, durante a administração da casa Áustria, foram estabelecidos mecanismos de comunicação entre a Península e o vasto território recém-conquistado.

Segundo o historiador Serge Gruzinski, era necessário que toda a informação do Novo Mundo chegasse à Península através de cartas. Isso visava, por uma parte, manter as relações dos indivíduos que se aventuravam na Conquista da América com seus familiares na Península; por outra parte, tratava-se de informar as autoridades americanas das decisões políticas tomadas pelo *Consejo de Indias*. Deste modo, as relações entre a metrópole e suas possessões na América formam parte de um processo que procurou “adaptarse a una nueva temporalidad intercontinental, rimada por el movimiento de las salidas de las flotas entre la península y América” (GRUZINSKI, 2010, p. 200).

Assim, a organização do *Correo Mayor de las Indias Occidentales* se outorgou, de forma exclusiva e vitalícia, em 1514, à família do jurista Lorenzo Galíndez de Carvajal, a qual a manteve até 1768. Contudo, como assinalam alguns historiadores, “La Corona se excedió al otorgarle el beneficio a Carvajal”, pois “fue un cargo que debía coordinar comunicacionalmente un importante territorio que, por un lado, era de dimensiones desconocidas y, además, con grandes dificultades de conectividad” (ARANEDA RIQUELME, 2015, n.p.). Portanto, “esto estaba fuera de los límites de una sola persona, que era ajena a la reciente administración

imperial y que, además, desconocía la dimensión espacial americana” (ARANEDA RIQUELME, 2015, n.p.).

Na Nova Espanha, se criou o *Correo Mayor* de México em 1580. A conexão entre a Espanha e a América se dava pelos *navios de aviso* os quais levavam a correspondência sem nenhum registro nem regularidade. Tratava-se de um sistema de frotas e galeões no qual os barcos mercantes y de correios transitavam até determinados portos ultra atlânticos sem periodização regular, de maneira ocasional e casual, o que não permitia relações sistemáticas entre a Península e as suas Índias. Ademais, havia que contar – apesar da escolta de navios de guerra – com piratas e corsários que frequentemente atacavam os barcos espanhóis.

A partir do século XVIII, e principalmente depois do fim da Guerra de Sete Anos (1763), que resultou na perda de La Habana – ponto nevrálgico de todas as trocas de mercadorias, metais preciosos e correspondências, entre a Península e suas possessões americanas – fez-se necessário o replanejamento das relações entre Espanha e América, visando um reforçamento do poder peninsular. Neste contexto, um sistema eficiente de comunicação era imprescindível para a Coroa. A reforma dos Correios foi central, pois ao incorporá-los ao Estado e institucionalizá-los, garantiu-se regularidade nos intercâmbios de cartas. A lógica imperial era de articular os Correios desde uma escala global e não mais a partir de uma perspectiva particular:

por quanto deseoso de estrechar todo lo posible la comunicación de mis Dominios de las Indias con estos mis Reynos, y que tuviese entre si la frecuente, y reglada correspondencia, que havia faltado hasta entonces, no solo para la más breve expedición de los negocios guvernativos, y de comercio, sino también para la comunicación particular de unos vasallos con otros (Biblioteca Nacional de Madrid, 1768, n.p.).

Foi estabelecido o uso de Paquebotes³³, barcos especiais, destinados a trasladar a correspondência. Desta forma “la existencia de registro de envíos y recibos en cada administradora y el uso masivo de valijas, o bolsones de cuero con cerrojo, se fortaleció el servicio de correos en términos de su seguridad e inviolabilidad” (ARANEDA RIQUELME, 2015, n.p.). A partir daí, se deu a proibição de qualquer outro tipo de navio levar cartas, ainda que, evidentemente, houvesse contrabando.

As correspondências entre a Coroa e seus oficiais ultramarinos (vice-reis, visitantes, eclesiásticos...) era fundamental para a gestão do império. Assim, chegavam à Nova Espanha

³³ O primeiro *Paquebote* saiu, não sem périplos, em 1764 do porto de La Coruña em direção às Índias. Sobre o assunto: MORENO CABANILLAS, R. El Primer Paquebote a las Indias (1764), Revista de Historia Naval, 2014, p. 75-89.

as decisões tomadas desde Madrid e, de lá, saíam notícias, informações, relações e relatórios de todo tipo, rumo à Península.

Além da correspondência oficial, as cartas trocadas entre particulares deviam certamente dar notícias não apenas pessoais, mas também do entorno sociopolítico no qual o remetente estava inserido. Através de tais epístolas, se deixavam entrever aspectos culturais e se difundiam ideias.

A troca de cartas foi também um meio muito usado entre letrados de ambas as partes do Atlântico. Assim, tem-se conhecimento de correspondência entre científicos, pensadores e literatos, seja para manifestar preocupações, expressar elogios, ou simplesmente trocar conhecimentos.

Por outra parte, uma vez chegada a informação, notícia ou novidade a um ou outro lado do Atlântico, era propagada e difundida entre gente das elites em salões e reuniões diversas. Assim, as tertúlias, enquanto evento social, permitiam estabelecer e manter relações humanas das mais variadas e se tornaram um instrumento fundamental de sociabilidade das elites, epicentro da difusão das ideias ilustradas e da opinião pública.

Durante o século XVIII, com a chegada da família Bourbon ao trono e seu afã ilustrado, várias transformações foram observadas, as quais se repercutiram na vida social. Deste modo, as relações sociais na Espanha e, conseqüentemente, nas suas possessões americanas, conheceram durante essa centúria mudanças notáveis. Dentre elas, a introdução de modas francesas, como os salões, tertúlias e cafés, ocasiões nas quais se reuniam as elites letradas, não somente para sua diversão, mas também para debater de questões econômicas, políticas e científicas.

Como efecto de la aplicación del “despotismo ilustrado” en la Nueva España, la cultura también fue sujeta a transformaciones. Los centros del poder político y religioso, con sede en las capitales administrativas, fueron los encargados de difundir las nuevas ideas y costumbres. La antigua corte virreinal, estricta y siempre teñida de religiosidad, se transformó en una corte a la francesa, en donde se discutían los asuntos políticos, militares, económicos, científicos y artísticos, dentro de un clima de mayor libertad. Se convirtió en una corte mundana, que a la vez que difundía en el virreinato los ideales políticos de la Ilustración, propagaba entre la población urbana las nuevas formas de cultura de influencia francesa mediante tertulias literarias [...] (DELGADO, 2006. p.336).

As reuniões travadas em tertúlias, salões e cafés³⁴, se inscreviam num processo de demarcação entre as elites e as demais camadas da sociedade. No caso de México, se reunia a cidade letrada (Rama, 1984), composta não apenas pelos detentores das maiores fortunas,

³⁴ Ainda que seja mais uma prática do século XIX, o primeiro café aberto em México, segundo historiadores remonta a 1790, e é provável que tenha sido centro de reunião de alguns intelectuais, já no final dessa centúria.

membros do *Consulado de Comerciantes*, porém também científicos, artistas e letrados. Se discutia medidas administrativas, novas leis, mas igualmente leituras diversas, eventos públicos ou de ordem privada. Também tiveram uma grande importância as notícias de viajantes vindo da Europa na difusão das modas do ultramar. Seus relatos, uma vez de volta ao Velho Continente, também impactaram as representações das sociedades americanas e o imaginário coletivo referente a essas terras e gente.

Por sua vez, a circulação do livro e o circuito da livraria moderna no mundo atlântico remonta à *Carrera de Indias*, quando o livro foi introduzido no Novo Mundo por viajantes aventureiros, comerciantes e um leque de oficiais, tanto eclesiásticos, quanto servidores da Coroa. Além desse circuito, os textos contavam com outros meios de circulação e distribuição:

El texto en circulación llevaba caminos previsibles, los del circuito de la Carrera de Indias, con sus rutas y puertos, pero también aparecen otros medios de distribución, con libros que van y vuelven, textos que se imprimen en México para distribuirse en la Corte, y al contrario, textos impresos en España para enviarse a América, o, también, libros impresos en España para difundir temáticas americanas en Europa (RUEDA RAMÍREZ, 2012, n.p.).

Os diversos caminhos, rotas cruzadas e intercâmbios dos textos durante o período vice-real dão uma ideia do circuito atlântico como meio de conexão e troca fluida, com indivíduos compartilhando ideias e alimentando a divulgação dos textos:

La participación del mundo americano en este universo de intercambio abre, asimismo, interrogantes sobre la construcción de todo un imaginario compartido y un universo común de referencia en el que las influencias son mutuas, aunque una parte de la historiografía las ha soterrado, obviando la interacción y la mutua mirada sobre dos mundos que tienen intercambios culturales constantes en el mundo moderno (RUEDA RAMÍREZ, 2012, n.p.).

Existe uma ampla literatura sobre a circulação de livros desde Europa (via Cádiz ou Sevilla) até a Nova Espanha, porém, como o adverte o historiador peruano Teodoro Hampe Martínez, são muito escassos ainda os estudos sobre a circulação no sentido de América para a Península.

La literatura se ha centrado ante todo en documentar la exportación de libros de Europa hacia América y en determinar el rol de los materiales impresos en la diseminación de las ideas europeas [...] En cambio, relativamente pocos estudios han enfocado la historia social de la imprenta en el siglo XVIII y las primeras décadas del siglo XIX, en vísperas de la independencia de América hispana (HAMPE MARTÍNEZ, 2010, p. 56).

Ainda que não se tenha confirmação absoluta, Hampe Martínez (2010, p. 62) avalia a oitenta por cento aproximadamente os materiais identificados nas bibliotecas indianas que foram importados de Europa e infere que uma menor proporção dessas obras teria sido impressa em México ou Lima.

Um estudo detalhado da circulação de obras desde o México até a Espanha demanda uma revisão documental (registros, inventários de biblioteca particulares e testamentos, entre outros) que, para o propósito deste trabalho, não seria realizável. Contudo, como o sugere a citação acima de Pedro Rueda Martínez (2012), se tem notícias da impressão de manuscritos americanos na Espanha, assim como da repercussão de obras escritas no vice-reino na Europa. Há de ter circulado, de fato, obras produzidas na Nova Espanha, levadas por funcionários ou eclesiásticos, na sua volta à Península.

As maiores fontes das quais os estudiosos dispõem na atualidade sobre a circulação de livros, além dos registros, são documentos da Inquisição, uma vez que o livro, tratado como mercadoria, era sujeito a um controle de extremo rigor antes de embarcar para as Índias. Com efeito, a partir da invenção da imprensa na Alemanha, em meados do século XV, as ideias começaram a circular e se difundir a uma velocidade jamais vista antes. Logo, o livro foi percebido como algo perigoso, uma ameaça, por seus conteúdos heréticos. Assim, durante os três séculos da Monarquia Espanhola, centenas de livros foram perseguidos, detidos e censurados pela Santa Inquisição. De fato, antes de embarcar para a América, qualquer livro era revistado por um oficial da Inquisição. O controle do Santo Ofício se efetuava também do outro lado do oceano, como o ressalta Hampe Martínez:

El tribunal del Santo Oficio de la Inquisición, activo en Lima, Ciudad de México y Cartagena de Indias desde 1570 en adelante, tuvo a su cargo la tarea de controlar las importaciones de materiales impresos en América. Además, los inquisidores fueron usualmente llamados para juzgar la aceptabilidad de los manuscritos que serían publicados en el continente americano (HAMPE MARTÍNEZ, 2010, p. 62).

Para esse autor, apesar das severas regulações sobre a circulação de livros, existem bastante evidências de que “muchos de los libros que fueron oficialmente prohibidos en realidad sí circularon en la América hispana” (HAMPE MARTÍNEZ, 2010, p. 63). As fontes, de fato, evidenciam a existência de um forte mercado clandestino favorecido por toda uma classe acomodada de leitores. Nas melhores esferas sociais se tecia um entramado que as fazia circular através do *mercado negro*. Eram eclesiásticos de todas as hierarquias, funcionários da Coroa, comerciantes e livreiros, que usaram de artimanhas como esconder os livros no fundo das suas malas ou trocar as capas, entre outras. Pode-se inferir que, de ambos os lados do Atlântico, manuscritos foram levados para serem impressos ou, caso censurados, copiados para circular entre letrados.

Contudo, e apesar do severo controle inquisitório sobre a impressão de livros, o século XVIII foi o palco do florescimento da imprensa na capital novo-hispana, onde começaram a aparecer cada vez mais impressores e livreiros. Assim, se pode mencionar como principais

impressores, Felipe Zúñiga y Ontiveros (1764 a 1793) que, junto ao seu irmão, abriu a *Imprenta Antuerpiana* e foi reconhecido como um dos impressores mais destacados da centúria ou, ainda, José Bernardo de Hogal (1721 a 1741), peninsular instalado na Nova Espanha, que obteve, em 1727, o título de *Impressor Mayor de la Ciudad*. Finalmente, Juan José Eguiara y Eguren (1696-1763), autor da Biblioteca Mexicana (1755), que comprara da Europa quatro mil pesos de material para imprimir a sua obra. Esse mesmo possuía uma biblioteca pessoal com mais de oito centos obras.

As bibliotecas novo-hispanas também se multiplicaram. O colecionismo de livros era uma prática crescente entre as elites letradas. Contudo, se a constituição de bibliotecas pelo custo que gerava era praticamente reservada a famílias acomodadas, não por isso se deve concluir que a atividade leitora era, ela também, exclusividade das elites. Assim,

En el período colonial de América la posesión de bibliotecas privadas fue ciertamente un privilegio de clase. El coleccionismo de libros era una actividad accesible sólo para miembros del clero, nobles, profesionales (burócratas, maestros, abogados, médicos), algunos mercaderes y aun jefes indígenas. A pesar de esto, sería equivocado considerar la divulgación de libros e ideas procedentes de Europa como un fenómeno puramente elitista, porque las creaciones literarias y doctrinas fundamentales de los más celebrados autores circularon también entre la gente de clase baja y los iletrados. Españoles y criollos pobres, mestizos e incluso indios fueron instruidos mediante proverbios, cuentos populares, baladas, canciones y tertulias, reuniones donde algún pasaje novelesco o un comentario moral eran leídos en alta voz (HAMPE MARTÍNEZ, 2010, p. 58-59).

A introdução do pensamento ilustrado estimulou os intelectuais novo-hispanos à produção científica, através de jornais e revistas periódicos que, ao circularem entre letrados, contribuíram a difundir as ideias. Neste contexto, nasceu, em 1722, a *Gaceta de México y Noticias de Nueva España*, criada por Don Juan Ignacio Castorena y Ursúa, considerada o primeiro jornal no México.

Naquela centúria, vários pensadores mexicanos se destacaram. Dentre eles, José Ignacio Bartolache (1739-1790), adepto às novas ideias científicas, que criou em 1772 o *Mercurio Volante*, com inúmeras publicações referentes às ciências médicas, à química, matemática e astronomia. Por sua vez, o presbitério José de Alzate y Ramírez (1729-1799), também escreveu vários artigos na área das ciências, da história natural e das artes. Entre 1788 e 1795, publicou sua *Gazeta de Literatura*. As produções intelectuais do jesuíta Francisco Javier Clavijero (1731-1787), autor da *Historia Antigua de México*, marcaram igualmente o final do período vice-real.

Os impressos se distribuíam em livrarias, *pulquerías*, mercearias, *cajones* e através de mercados ambulantes ou fixos. De fato, eram de fácil acesso para compra, e círculos se organizavam ao redor de letrados, os quais liam em voz alta de forma a informar aos que não

sabiam ler. Deste modo, as ideias circulavam não apenas entre as elites letradas, mas também as camadas mais humildes da sociedade.

5.1.2 O caso da *pintura de castas*

Durante todo o período vice-real, pinturas – principalmente de temas religiosos – circularam entre a América e a Europa. Disso, o *Archivo de Indias*, oferece uma ampla documentação, de registros de embarcação a inventários de nobres, passando por correspondência entre comitentes e pintores. Contudo, no caso peculiar da *pintura de castas*, produzida ao longo do século XVIII, permanecem escassas as fontes documentais contemporâneas referentes ao gênero e à sua circulação.

De fato, há poucas referências escritas à *pintura de castas* naquele tempo. Uma das fontes disponível para os pesquisadores são os inventários de membros da nobreza ou da elite espanhola. Assim, Ilona Katzew (2004) menciona o do vice-rei Antonio María Bucareli y Ursúa (1771-1779), no qual são descritas algumas pinturas de castas. Sabe-se que um dos dois conjuntos que destinou à sua sobrinha, foi enviado através do cientista Antonio de Ulloa. Esse último, em uma carta ao vice-rei informava que “se le están poniendo cañas y cristales [a una pintura de la virgen de Guadalupe] y lo mismo a las distintas láminas de las distintas castas de gentes del reino” (CASTELLO YTURBIDE, 1985, pp. 192-193). O fato de Bucareli ter escolhido séries de castas para presentear uma parente em Espanha denota a importância como objeto de consumo comum naquele tempo que a *pintura de castas* recobrava.

É provável que, no seu regresso à Espanha, Ulloa tenha levado algumas pinturas para compor seu gabinete. Na sua *Relación histórica del Viaje a la América Meridional* (1748), realizado em conjunto com outro cientista, Jorge Juan, se pode inclusive verificar o interesse do naturalista pelas castas, principalmente sul-americanas.

Outro inventário, datado de 1779, citado por Katzew, é de um administrador dos *Correos* de México, Domingo Antonio Lopez. As dezesseis pinturas em sua posse foram encontradas empacotadas, o que permitiu inferir que eram destinadas a serem enviadas à Espanha.

Também se conhece a origem de outra série, encomendada pelo duque de Linares, trigésimo quinto vice-rei da Nova Espanha (1711-1716), a Juan Rodríguez Juárez, reconhecido pintor da época. A finalidade de tal encomenda era que a Europa conhecesse a diversidade natural e humana do vice-reino (GONZÁLEZ ESPARZA, 2018, p. 199).

O vivo interesse suscitado pelas pinturas de castas em Europa foi ressaltado por alguns viajantes. Assim, o relato do inglês Richard Twiss sobre uma viagem à Espanha e Portugal (1775), menciona que "em várias casas nos portos marítimos da Espanha, observei pinturas de raças de diferentes cores que são produzidas quando os espanhóis se misturam com os índios na América, e sob essas pinturas está inscrito o nome dessas raças" (TWISS, 1775, p.332, trad. nossa).

Outra fonte esclarecedora se encontra no relato do viajante Richard Phillips, que descreve sua visita ao Gabinete de História Natural em 1803:

In the evening we visited the Gabinete de Historia Natural. [...] It is a collection of great interest, as it contains from Spanish America and the Manillas, curiosities which cannot be possessed by any other museum in Europe. [...] Pictures of the intermarriages of the Spaniards and Indians, with the offspring, to mark the gradations of colour. [...] ³⁵ (DEANS-SMITH, 2005, n.p.).

De fato, com a difusão das ideias ilustradas e a circulação dos livros de viagem, durante o século XVIII, o interesse dos europeus pelo “exotismo” e as culturas dessas terras longínquas não cessou de aguçar-se. Neste contexto, se popularizaram os gabinetes de curiosidades de particulares e os gabinetes de História Natural promovidos pelos Estados Modernos e abertos ao público.

Na década dos 1760, o futuro rei, Carlos IV, formou seu próprio Gabinete de História Natural em virtude do qual foram promulgados vários decretos reais destinados aos vice-reis dos territórios americanos solicitando o envio de objetos “curiosos” para a coleção do Príncipe. Neste âmbito, em 1770, Manuel de Amat y Junient (1704-1782), então vice-rei do Peru, enviou ao rei a única série de quadros de castas peruana³⁶ conhecida até hoje. Em uma carta³⁷ ao rei, justifica o envio nos seguintes termos:

Deseando con mi mayor anhelo contribuir a la formación del Gabinete de Historia Natural en la que se halla empeñado nuestro Serenísimo Príncipe de Asturias he creído que no conduce poco a su ilustración, por ser uno de los ramos principales, de raras producciones que ofrecen estos dominios, la notable mutación de aspecto, figura y color que resulta en las sucesivas generaciones de la mezcla de indios y negros, a que suelen acompañar proporcionalmente ciertas inclinaciones y propiedades: con esta idea mandé hacer copiar y remitir los veinte lienzos [...] y continuaré apurando estas combinaciones hasta el fin, si es que lo tienen: mereciendo alguna aceptación de nuestro príncipe y señor, por mando de V. E. este humilde brote de mi rendida inclinación, para cuya más clara inteligencia del orden que van graduadas las

³⁵ À noite, visitamos o Gabinete de História Natural. [...] É uma coleção de grande interesse, pois contém da América espanhola e das Manilhas, curiosidades que não podem ser possuídas por nenhum outro museu na Europa. [...] Retratos de uniões entre espanhóis e índios, com a descendência, para marcar as gradações de cor.

³⁶ O conjunto, que se conserva no Museo de Antropología de Madrid, é atribuído ao círculo de Cristóbal de Lozano, um dos artistas mais importantes do século XVIII em Lima, adscrito aos círculos oficiais.

³⁷ Amat y Junient, cit. em Francisco de las Barras de Aragón, "Documentos referentes al envío de cuadros representando mestizajes humanos y varios productos naturales del Peru, hallados en el Archivo General de Indias de Sevilla", en Sociedad Espanola de Antropología, Etnografía y Pré-história. Actas y Memorias (Madrid) 9, n. (r93o) p.78.

descendencias por números, debe servir de clave que el hijo o hija que aparece representado en el primer matrimonio es según su sexo padre o madre del segundo (cit. KATZEW, 2004, p. 151).

Nesta carta, se destaca claramente o interesse pelas mesclas raciais nos territórios hispano-americanos, vistas como mais uma “curiosidade” dentre todo um leque de “exotismos” próprios ao Novo Mundo.

Ao desenvolvimento do cientificismo europeu e à ânsia por descobrir, descrever e classificar – típica do pensamento ocidental – se acrescentou a necessidade da Coroa espanhola de conhecer a fundo suas possessões americanas de modo a melhor administrá-las. Neste contexto, ao longo do século XVIII, se enviaram expedições à América, das quais naturalistas e viajantes curiosos tomaram parte. Se o objetivo de tais expedições levou os observadores a centrar seu interesse na natureza, produzindo assim *relaciones* e descrições da fauna e flora, alguns viajantes e naturalistas também se interessaram em descrever a população híbrida da Nova Espanha e fazem referência às castas. Dentre eles, se destacam os já citados Giovanni Francesco Gemilli Careri e Antonio de Ulloa, além de, para o início do século XIX, Alexander von Humboldt. Esse último, ao descrever a população, baseando-se em documentos oficiais, reproduz a nomenclatura encontrada na *pintura de castas*.

Contudo, dois personagens – que bem poderiam ter integrado o segundo capítulo deste trabalho – merecem um destaque particular. Trata-se de dois viajantes que transitaram pela Nova Espanha, Joaquín Antonio de Basarás y Garaygorta (décadas de 1750 e 1760) e Pedro Alonso O’Crouley (1765-1778). A escolha de reservá-los para este tópico se justifica pelo fato de que, ainda que reproduzindo os discursos das elites novo-hispanas com relação às castas, ao contrário dos demais viajantes, não se limitaram a aludir ou descrevê-las. Seus escritos estão acompanhados de ilustrações, claramente inspiradas dos quadros de castas. Deste modo, através desses dois autores, a *pintura de castas* encontrou um novo suporte para sua circulação, mais fácil de chegar ao espectador/leitor, por apresentar uma maior portabilidade.

Na sua obra *Origen, costumbres y estado presente de mexicanos y philipinos*, provavelmente escrita em 1763, o comerciante Joaquín Antonio de Basarás y Garaygorta reproduz bom número de preconceitos da época quanto à raça, gênero e estrato social. Trata-se de mais um exemplo da apreensão europeia da realidade americana, preocupado em descrever e catalogar sua natureza e sua gente. Basarás apresenta uma série de informações “curiosas” de tipo etnográficas que integram a obra ao mesmo título que as relações de recursos naturais. Tais informações eram suscetíveis de responder à curiosidade intelectual do seu leitor europeu, divertindo-o e, ao mesmo tempo, pretendendo instruí-lo. As castas se encontram enumeradas

ao lado da fauna, da flora, dos vice-reis, dos motines, entre tantas informações e, como tantos outros produtos, são ilustradas por gravados claramente inspirados do gênero de castas. A figura 27 apresenta duas ilustrações tiradas de *Origen...* nas quais se reconhece claramente uns quadros de *mestizaje*.

Figura 27 - Basarás, J. A. À esquerda, De Yndio y Negra; à direita, De Yndia y Español Hispanic Society of America, New York.



Fonte: Basarás, J. A., *Origen, costumbres y estado presente de mexicanos y philipinos* (1963).

Assim como o fizeram os autores do século XVIII e os pintores de castas, Basarás sugere que algumas mesclas não são desejáveis, notadamente entre espanhol e *negra*. A peculiaridade da obra reside no fato de que as ilustrações estão reforçadas não apenas de uma legenda, como nos quadros de castas, mas por um texto descritivo que, de certa forma, guia o leitor na sua compreensão da imagem.

Por sua parte, O'Crouley deve ter tido conhecimento da *pintura de castas* uma vez que na sua obra, *Idea compendiosa del reino de Nueva España* (1774), além de gráficos e tabelas referente à população e organizada por castas, reproduz ilustrações e legendas evidentemente tiradas do gênero pictórico. Nessa narrativa que, até o século XX, permaneceu em estado de manuscrito, as castas novo-hispanas se encontram enumeradas. Com efeito, o viajante gaditano centra sua atenção nas mesclas de raças e linhagens do vice-reino e enfatiza o fato de que o sangue índio, ao contrário do africano, pode se “limpar”. Essa ideia, como se demonstrou nos capítulos anteriores, circulava amplamente entre as elites espanholas peninsulares e *criollas* que

insistiam em degradar os *negros* com a finalidade de garantir a superioridade dos europeus e justificar o sistema escravagista.

Figura 28 – O’Crouley, ilustrações da : *Idea conrpendiosa...* (1774)



Fonte: Bibiotecca Nacional, Madrid.

Nesses exemplos de ilustrações acompanhando o texto de O’Crouley (Figura 28), se percebe nitidamente a reprodução de quadros de castas, não apenas quanto à representação pictórica, senão também as inscrições que as acompanham, nomeando cada casta compondo a cartela.

Os relatos dos viajantes eram lidos e traduzidos, de modo que circularam ao redor da Europa entre os séculos XVIII e XIX, cristalizando assim uma imagem do que eram os indivíduos mesclados da América, aos quais se atribuíam qualidades de figura, gênio e temperamento (segundo a classificação de Lineu). Ao imbricar a imagem e o texto, como o fizeram Basarás e O’Crouley, tais representações pictóricas recobriram – pelo menos para alguns espectadores – um valor quase científico de “verdade”.

5.2 RECEPÇÃO E APROPRIAÇÃO DO DISCURSO DE CASTAS

As descrições e discursos que circularam constantemente entre o Novo e o Velho Mundo contribuíram a nutrir o imaginário europeu a respeito dessas terras e da sua gente. As narrações dos conquistadores e primeiros povoadores, mas também de oficiais públicos e viajantes encontraram na Europa um vasto público curioso por esses relatos. Contudo, tais notícias, ao chegarem, foram apreendidas conforme seu receptor e interpretadas de diferentes maneiras.

Deram lugar a uma prolifera literatura, tanto de âmbito científico e oficial quanto da ficção. Parte dos diários, relações e relatos eram em várias ocasiões acompanhados de representações pictóricas. A imbricação do texto e da imagem foi relevante para a apreensão dessa nova realidade, pois as palavras não eram capazes por si mesmas de traduzir realidades tão diferentes, nem a imagem por si mesmo seria explicativa sem o texto permitindo sua interpretação.

Assim, neste tópico, considerando a leitura tanto dos textos como das imagens como uma prática cultural, nascida da interação entre a subjetividade de cada leitor e seu entorno social, pretende-se indagar sobre as estratégias de leitura utilizadas pelos europeus na sua recepção dos textos de viajantes e da *pintura de castas*.

Desde a perspectiva da Estética da recepção, a leitura – não restrita à modalidade textual, mas sim podendo aplicar-se a formas de expressão sobre outros suportes materiais – enquanto atividade interpretativa, se realiza e recobre sentido a partir de um determinado contexto histórico-social, e, de fato, espaço-temporal, no qual se insere, associado à subjetividade e às expectativas específicas de cada leitor. Partindo dessa premissa, a leitura possibilita a produção de inúmeros significados para um signo determinado.

Ao considerar os signos textuais como obras inacabadas e abertas a múltiplas interpretações, cujo sentido se conforma a partir da união entre as expectativas dos autores e as significações realizadas pelos leitores, a leitura se vê atribuído um caráter emancipatório. De fato, por tratar-se de uma atividade interpretativa, a leitura não pode ser considerada como uma recepção imposta de conteúdos fechados por um agente passivo e submisso ao texto. Para Chartier e Hébrard (1998, p. 32), a leitura é uma ação produtora que ao mesmo tempo altera e confere existência ao texto. Trata-se de uma apropriação e recriação. Nesse sentido, o leitor não se constitui em mero receptor, mas sim, como agente ativo e autônomo que se apossa do texto e cria, conforme seu lugar sociais e aspirações, sua própria interpretação.

O texto, por sua vez, é, por um lado, um construto que adquire sentido através da interpretação subjetiva do leitor, mas, por outro lado, possui características inerentes que lhe foram conferidas no ato da sua criação. O próprio texto, pois, é uma “prefiguração” da recepção,

possuindo um potencial de efeitos cujas estruturas põem a interpretação em certo curso e a controlam até certo ponto (ISER, 1996, p. 7).

Deste modo, tanto os textos escritos por viajantes e naturalistas ilustrados de gravados, quanto os quadros de castas e suas legendas, de certa forma, pretendiam guiar a leitura dos seus receptores. Além da imbricação entre o texto e a imagem, outras estratégias se prefiguram como possibilitadoras de interpretação. De modo geral, as representações textuais e visuais da sociedade americana setecentista se inserem numa longa tradição iniciada no século XVI e às quais os europeus eram familiares.

Como já se evidenciou, a *pintura de castas* estava muito em voga durante o século XVIII. Indagar sobre tal entusiasmo leva a entender os processos intelectuais operados pelo público na sua apreensão das obras. A *pintura de castas* apresentava uma realidade perfeitamente desconhecida dos europeus: pessoas miscigenadas resultantes de mesclas entre raças. As estratégias – em parte inconscientes – utilizadas pelos pintores, permitiram a compreensão dos quadros pelo público ultramar. Trata-se de processos mnemônicos, levando, tanto o pintor na sua criação, quanto o espectador na sua interpretação da obra, a recorrer a experiências imagéticas, isto é, a um repertório de imagens já conhecidas, que aparecem como “sobreviventes” (DIDI-HUBERMAN, 2015) na *pintura de castas*, tornando essa última inteligível ao seu público receptor.

Nesse âmbito, as noções *warburguanas* de *Nacheleben* (vida póstuma) e de *Pathosformeln* (fórmulas de páthos) podem guiar na investigação dos processos de recepção da *pintura de castas*. Na sua abordagem das pinturas renascentistas, Warburg observou a “reaparição” de figuras da Antiguidade em obras do século XIV. Para o autor tratava-se de uma pós-vida (*nachleben*) das imagens, ou sobrevivência. Isso o levou a analisar os processos mnemônicos operados pelos pintores, os quais certamente reproduziram nos seus quadros imagens ancoradas na sua memória. Mais do que a memória dos próprios pintores, são geralmente imagens presentes no inconsciente coletivo, que leva os espectadores a operar esses mesmos processos mnemônicos, buscando em um repertório imagéticos identificar as figuras que têm diante dos seus olhos. Além das imagens, os movimentos que dão vida às figuras, as fórmulas de páthos (*pathosformeln*) também ressurgem nas pinturas.

O gênero de castas se insere em uma tradição de representação da alteridade iniciado desde o século XV, através de gravados, frontispícios de atlas ou ainda *livros de vestuários*. A forma escolhida pelos pintores para narrar a mestiçagem e instruir sobre as genealogias segue uma lógica já utilizada e que certamente favoreceu a compreensão do europeu setecentista: disposição dos personagens em fileiras; apresentação de um homem e uma mulher com filho,

são exemplos de representações encontradas nos *livros de vestuários*. As imagens criadas nos primórdios da América a respeito dos nativos se encontram, assim, reproduzidas em algumas séries de castas que inserem os índios gentis ou selvagens ao lado dos demais grupos.

Ao analisar os recortes de quadros a seguir, se pode notar a reaparição/sobrevivência (*Nachleben*) de imagens do passado, que, por serem conhecidas do público, em certa medida, tornou os *cuadros de mestizaje* “familiares”. Além dos indivíduos representados, se utilizaram também fórmulas de páthos (*pathosformeln*), como expressões de rostos ou movimentos de corpos, já presentes em pinturas conhecidas dos europeus. Como o evidenciou Aby Warburg nos seus estudos da pintura renascentista, na qual encontrou fórmulas de páthos da época clássica, essas fórmulas atravessam o tempo e de forma mnemônica são reproduzidas por artistas de épocas posteriores, fixando-se também no imaginário do espectador. Tal fenômeno se observa nos quadros de castas, o que, certamente, tornou a leitura e a interpretação das cenas mais acessíveis.

Assim, nas tabelas abaixo, se propõe uma observação de um conjunto de imagens a partir do qual se pode claramente perceber a sobrevivência, na *pintura de castas* do século XVIII, de imagens remontando ao século XV.

A tabela da Figura 29 apresenta na sequência um recorte da imagem da Figura 3 (apresentada no capítulo 1) e o quadro 16 de uma série de castas pintada por Miguel Cabrera (1763), intitulado *Indios gentiles*. Além da representação de um casal de indígenas, se pode notar que a disposição dos personagens, o movimento dos corpos e das cabeças, a expressão dos rostos, são tantos elementos que se repetem. Se encontram os mesmos elementos estereotipados presentes nas primeiras narrativas: arco, flecha, penhasco, falda de penhas, e, como aspecto dominante, a nudez ou falta de vestes. Nas duas últimas imagens se percebe também a presença de um filho carregado pela mãe de uma forma típica utilizada pelas indígenas. A presença da criança junto ao casal e na maioria das vezes junto à mãe é uma representação que se reproduziu ao longo das séries de castas, independente do grupo étnico. Nos livros de vestuários também foi uma forma característica de representação da mulher indígena.

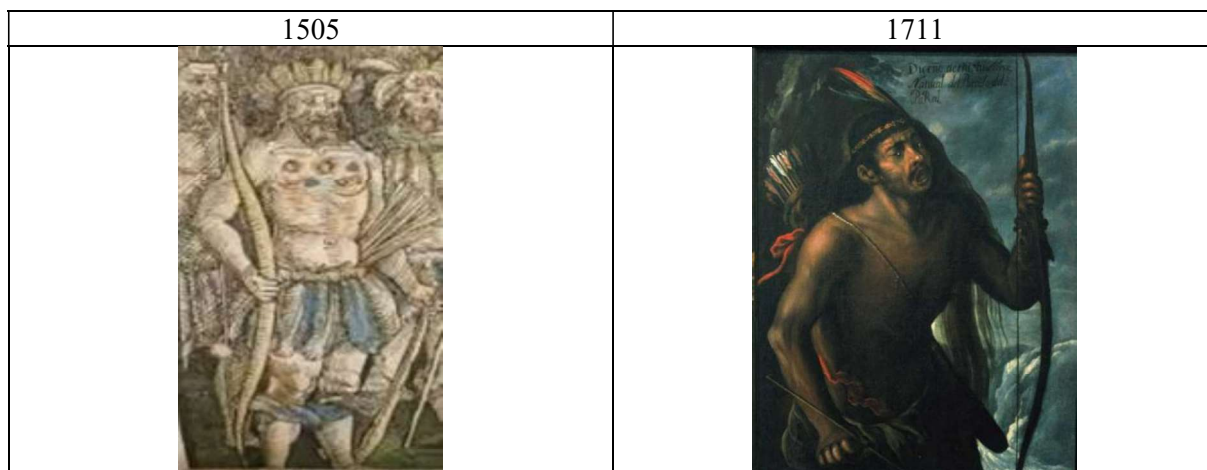
Figura 29 – Quadro comparativo 1



Fonte: Elaboração própria.

Da mesma forma, na tabela da figura 30, o recorte da ilustração do *Mundus Novus* de Vespúcio (Figura 2), representando um indígena novamente com todos os atributos que chamaram a atenção do observador europeu do século XV se vê reproduzido em um quadro de castas, pintado em 1711 por Manuel Arellano (Figura 11) e dada como protótipo do gênero de castas. A disposição do corpo, a expressão do rosto, a posição do braço segurando o arco, são tantos elementos que deixam as representações dos quadros de mestiçagens familiares a um leitor impregnado de imagens sobre os habitantes do Novo Mundo.

Figura 30 - Quadro comparativo 2

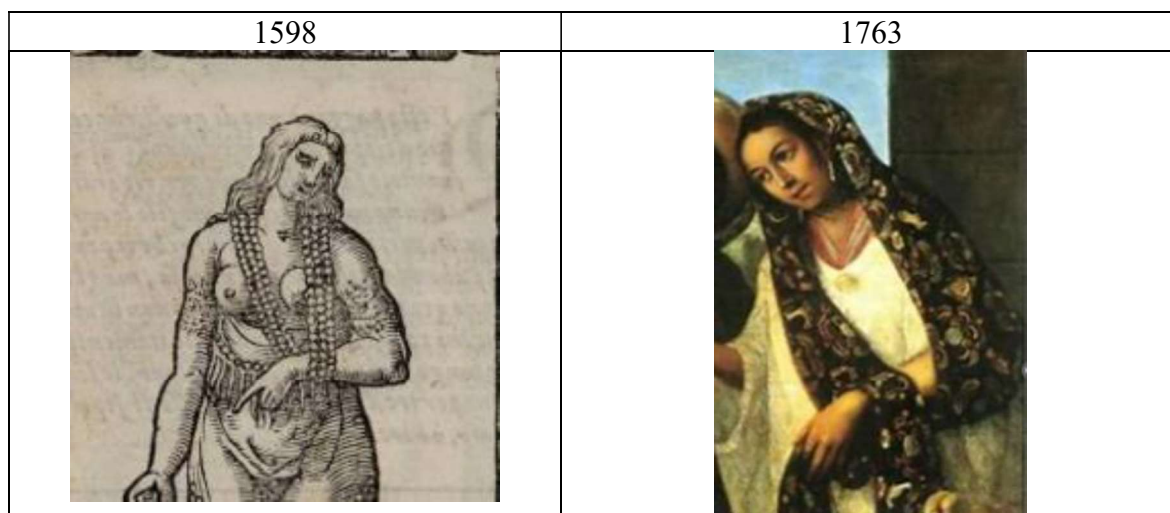


Fonte: Elaboração própria.

Um quadro de castas, mais tardio, pertencente a uma série de Miguel Cabrera (1763) põe em cena uma índia cuja representação remete inevitavelmente ao gravado de Vecellio da índia de Carolina do Sul (figura 4). O braço apoiado em um lenço, a inclinação da cabeça, a

direção do olhar e o formato da boca, são tantos elementos que denotam a sobrevivência da imagem do século XVI na pintura setecentista de castas.

Figura 31 - Quadro comparativo 3

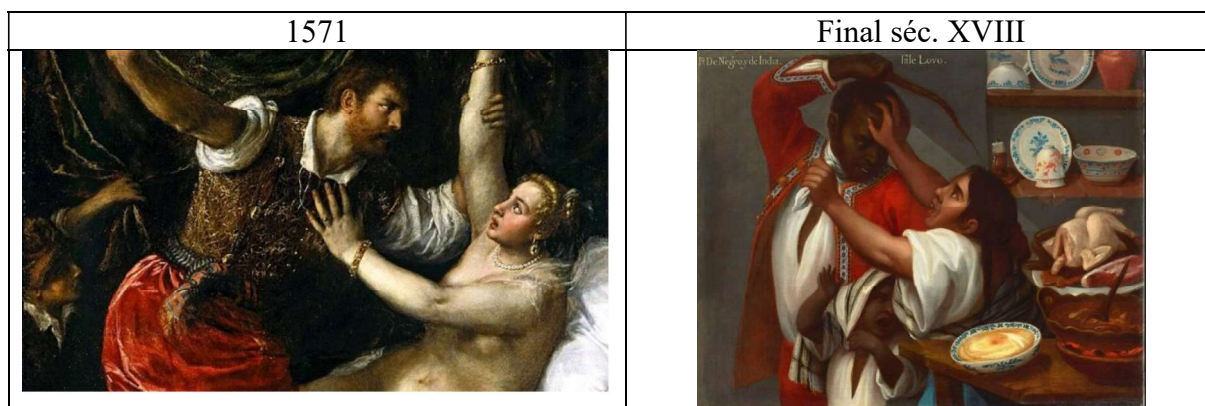


Fonte: Elaboração própria.

Os comitentes e, através deles, os pintores, tinham acesso aos livros e às obras de artes em circulação naquela época. Assim, não é de se estranhar se as fórmulas de páthos também reapareceram no gênero. Tais fórmulas na concepção *warburguiana* consistem em expressão de sentimentos como o medo, a tristeza, a raiva, entre outros, manifestos nas obras de artes a partir de expressões dadas pelos artistas ao rosto do personagem e da vitalidade dos corpos em movimento. Um exemplo interessante é o quadro *De Negro y de India sale Lovo* pertencente a uma série de José de Alcibar onde se pode facilmente reconhecer a cena pintado por Ticiano *Tarquínio e Lucretia* (1571). As mesmas fórmulas foram utilizadas pelos artistas de modo a transmitir os sentimentos e movimentos dos personagens: o medo no olhar da índia/Lucretia; a expressão de crueldade por parte do negro/Tarquínio, e o movimento do seu braço prestes a bater (Figura 32).

Haveria aqui certamente um campo de pesquisa instigante. Os exemplos poderiam se multiplicar ao infinito, uma vez que os próprios quadros de castas, eram copiados entre eles, como se ressaltou no capítulo anterior a partir de *modelos de taller* que circulavam.

Figura 32 - Quadro comparativo 3



Fonte: Elaboração própria.

Através dessas observações, buscou-se ilustrar o fenômeno de “sobrevivência” das imagens e das “fórmulas de páthos” ao decorrer do tempo, que passaram das primeiras representações do século XVI às pinturas de castas do século XVIII. Isso permite explicar a recepção entusiasta que conheceu o gênero pictórico, assim como sua fácil aceitação como representação “verdadeira” da gente vivendo na Nova Espanha. Tal apreensão por parte dos europeus possibilita também entender como imagens estereotipadas dos índios e dos indivíduos mesclados se fixaram no imaginário coletivo de modo que, na atualidade, ainda se sintam as reminiscências.

Contudo, não se pode concluir que todos os públicos do século XVIII tiveram a mesma reação diante do gênero de castas. Com efeito, para alguns letrados novo-hispanos, essas pinturas muito mais do que apresentar o exotismo ou as riquezas do país, passavam uma mensagem equivocada sobre a sociedade americana. Ao representar as genealogias incluindo o espanhol nas séries de castas, essas pinturas pareciam sugerir que todos os americanos eram mesclados, inclusive o espanhol/*criollo*. A *pintura de castas* divulgava, segundo esses pensadores, uma imagem prejudicial dos espanhóis americanos em uma época em que precisamente buscavam reivindicar seu pertencimento à raça branca, isto é, sua linhagem espanhola.

Assim, em uma correspondência de Andrés de Arce y Miranda a Juan José de Eguiara y Eguren, descrita por Efraín Castro Morales em sua obra *Las primeras bibliografías regionales hispanoamericanas* (1961), são evidentes as preocupações com a imagem que a *pintura de castas* projetava sobre a sociedade da Nova Espanha:

Sugiere en una parte de estas notas la conveniencia de tocar en la “Bibliotheca Mexicana” como por incidencia la pureza de sangre de los criollos literatos, ya que “la preocupación en la que en la Europa están, de que somos mezclados (o como decimos champurros) influye no poco en el olvido en que se tienen los trabajos y letras

de los beneméritos” ocasionada según él por las pinturas de las numerosas castas que existían en estas tierras y que se remitían a España como curiosidades. Además afirmaba “que será digna empresa de su ingenio y pundonor desterrar del diccionario de críticos y del vocabulario de los discretos el vocablo de criollo (pues) sobre ridículo es denigrativo e infamatorio (CASTRO MORALES, 1983, p. 20).

Outro testemunho, anônimo, contemporâneo de Arce y Miranda, citado por Katzew (2004), indicava, com relação à imagem que os europeus tinham dos habitantes do Novo Mundo, que:

No es dable ponderar la risa por un lado, y admiración por el otro, que causa en los españoles la noticia de estas castas; y como no todos están versados e instruidos en las cosas de la América, se figuran que todos sus moradores son poco menos que bestias, o a lo menos se los representan alla en su fantasía tan distintos de lo que son, que si fuese posible poderlos describir, desde luego pintaríamos unos monstruos horribles e inauditos (KATZEW, 2004, p. 94).

Ambos se davam perfeitamente conta da imagem distorcida que os europeus se faziam dos americanos e tinham noção de que as pinturas de castas podiam fomentar certos preconceitos. De fato, à luz das séries, reconhecidas como verdade, para os europeus, todos os habitantes da Nova Espanha eram mezclados e, conseqüentemente, degenerados.

Se a *pintura de castas* suscitou no público geral a curiosidade por essa gente diferente em características físicas, os cientistas, por sua parte, conferiram a esses quadros um valor documental. A partir do estudo das séries de castas, se estabeleceram regras de mestiçagem com graus de sangue, que embasaram leis e teorias raciais do século XIX, justificando assim a superioridade da raça branca sobre as demais e, conseqüentemente, a manutenção de parte das colônias.

Os *cuadros de mestizaje*, por serem expostos em gabinetes de História natural e circularem entre os letrados europeus, despertou o interesse de alguns antropólogos, tal como o francês Ernest Théodore Hamy, que adquiriu, no final do século XVIII, uma série incompleta de quadros do gênero em uma livraria parisiense.

A análise realizada por Hamy deu início a uma tradição que se perpetuou durante o século XIX e parte do seguinte. Com efeito, tratava-se de quantificar a porcentagem de sangue nas distintas raças presentes nos quadros de castas, tendo como referencial de pureza o sangue espanhol/branco. Desta forma, os estudos apresentados eram acompanhados de tabelas supostamente precisas que determinavam o grau de sangue de cada mescla.

Em 1808, o antropólogo e americanista francês Raphaël Blanchard afirmou que os quadros de castas eram “de la plus haute valeur, au point de vue ethnographique, en raison des habitations, métiers, costumes, instruments et accessoires qui y figurent. Ils sont très importants aussi, au point de vue social, puisqu'ils nous font connaître les noms des différents types de

métis, avec une peinture à l'appui de chacun d'eux”³⁸ (BLANCHARD, 1908). Naquele tempo só se conhecia a existência de três séries: a incompleta de Paris, uma série de dezesseis quadros do Museu de México³⁹ e uma série pintada em uma tela única, também pertencente ao Museu de México.

Segundo Blanchard, a administração espanhola dava grande importância a essas diversas mesclas de sangue e o orgulho dos *criollos* exigia que qualquer pessoa que não fosse de sangue puro fosse encaixada em alguma das castas na qual a população era classificada (BLANCHARD, 1908). No seu trabalho chamado *Encore sur les tableaux de métissage du musée de Mexico* (1908), Blanchard realizou uma comparação entre as duas séries do México e a de Paris, e demonstrou que as nomenclaturas presentes nas pinturas correspondiam a graus de miscigenação como foram concebidas no século XVIII, ou seja, desde uma perspectiva matemática da genética. Tratava-se de atribuir aos indivíduos porcentagens de sangue de acordo com suas origens, seguindo a lógica seguinte:

Représentons par 100 la masse du sang d'un individu de race pure : blanc, noir ou rouge ; européen, nègre au mexicain. Un métis d'Espagnol et d'Indienne aura donc 50 de sang blanc et 50 de sang rouge. De même, un métis d'Espagnol et de négresse aura 50 de sang blanc et 50 de sang noir. [...] Ce procédé étant admis, rien n'est plus facile que d'indiquer par des hauteurs et des teintes variables les quantités vraies de deux ou trois sortes de sang mélangées⁴⁰ (BLANCHARD, 1908).

Tal procedimento consistia, portanto, em representar através de gráficos as mesclas de modo a quantificar cada grau de sangue em indivíduos de cada mescla. Obviamente, se partia do pressuposto que todos, europeus, negros e índios eram “puros”, sem tomar em conta, por exemplo, que o próprio espanhol, ao chegar à América, já estava de sangue mesclado por gerações com várias outras “raças”. O resultado desses postulados se pode apreciar tanto em gráficos quanto em tabelas decimais realizados por Blanchard, a partir dos trabalhos pioneiros de Hamy com relação à série de castas de Paris, que ele comparou com as duas séries do Museu de México.

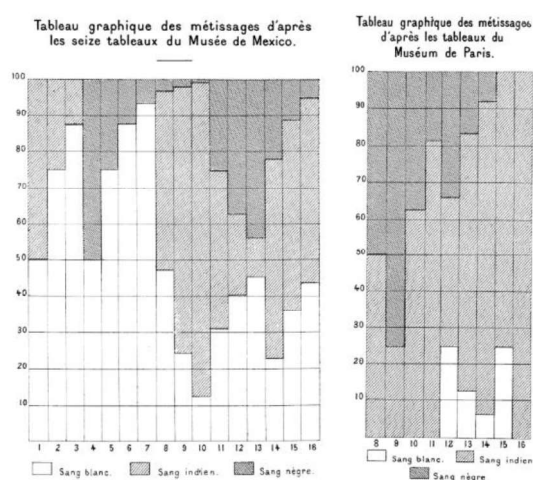
³⁸ “de maior valor, do ponto de vista etnográfico, pelas habitações, ofícios, trajes, instrumentos e acessórios que neles aparecem. São também muito importantes do ponto de vista social, pois nos dão os nomes dos diferentes tipos de mestiços, com uma pintura de cada um deles” (trad. própria)

³⁹ Blanchard se refere ao “museu de México” sem mais especificação. No entanto, se pode supor que se trata do Museo Nacional Mexicano criado em 1825.

⁴⁰ “Representamos por 100 a massa de sangue de um indivíduo de raça pura: branco, preto ou vermelho; europeu, negro ou mexicano. Um mestiço de espanhol e índia terá assim 50 de sangue branco e 50 de sangue vermelho. Da mesma forma, um mestiço de espanhol e negra terá 50 de sangue branco e 50 de sangue negro. [...] Admitindo-se este procedimento, nada é mais fácil do que indicar por alturas e cores variáveis as verdadeiras quantidades de dois ou três tipos de sangue misturados.” (trad. própria)

Assim, no gráfico da Figura 33, Blanchard apresenta sucessivamente para a partir das castas da série de Paris e da do museu de México, um gráfico com distintas tonalidades equivalendo a cada sangue “puro” de modo a evidenciar a quantidade de cada sangue, e consequentemente de mescla, para cada tipo de mestiçagem (casta). Além dessa representação por gráfico, também estabeleceu tabelas centesimal a partir dos quadros de cada uma das séries. Um exemplo disso é a tabela apresentada na Figura 34, a partir dos quadros da série completa do museu de México.

Figura 33 - Gráfico comparativo de mestiçagem



Fonte : Blanchard (1908)

Figura 34 - Tabela centesimal (série de México)

TABLEAU CENTÉSIMAL DES MÉTISSAGES
D'APRÈS LES SEIZE PEINTURES DU MUSÉE DE MEXICO

	NOMS DES MÉTIS	SANG BLANC (Européen)	SANG ROUGE (Indien)	SANG NOIR (Nègre)
1	Mestizo	50	50	
2	Castizo	75	25	
3	Español	87,50	12,50	
4	Mulato	50		50
5	Morisco	75		25
6	Albina	87,50		12,50
7	Torna atrás	93,75		6,25
8	Lobo	46,87	50	3,13
9	Sambayo	23,45	75	15,55
10	Cambuja	11,70	87,50	0,80
11	Alvarazado	30,85	43,75	25,40
12	Barcina	40,43	21,87	37,70
13	Coyote	45,21	10,94	43,85
14	Chamiso	22,60	55,50	21,90
15	Coyote mestizo	36,30	52,70	11
16	Ahi te estás	43,15	51,35	5,50

Fonte : Blanchard (1908)

Ao dar à *pintura de castas* um valor documental e “verdadeiro”, Blanchard realizou cálculos baseado nas gerações fictícias elaboradas pelos pintores *criollos* do século XVIII. Tal teoria matemática e apresentada com caráter de cientificidade foi recebida como base para o estabelecimento de leis genéticas que perpassariam o século XIX e fomentariam um sentimento de superioridade da raça branca, estabelecendo preconceitos e desigualdades entre indivíduos de origens e traços fenotípicos diferentes, ainda presentes na atualidade.

5.3 REPERCUSSÃO DO DISCURSO DE CASTAS NOS IMAGINARIOS MEXICANO E EUROPEU

O argumento central do presente trabalho é que a *pintura de castas* é uma expressão visual/textual da ideologia *criolla* de sociedade idealizada, organizada a partir do conceito de *pureza de sangue*, marcando assim a inscrição do discurso colonial elaborado desde a época da Conquista na memória e no imaginário *criollo*.

A recuperação desse discurso no fim do século XVIII pelas elites *criollas* e o desenvolvimento de genealogias em torno do fenômeno de mestiçagem impregnadas de crenças quanto às raças e à “branquidão” denotam um processo de construção de uma posição de poder por parte dessas elites. A partir daí se elaboraram narrativas sobre as mesclas como a degeneração, um conjunto de estereótipos e preconceitos. Tal “racialização” cimentaria o que Walter Mignolo (2000) chamou de colonialismo interno. Esse discurso, expresso tanto na pintura, quanto na documentação legal e textos literários (capítulo 2), levou autores a afirmarem que as séries de castas “não ilustram a raça, mas sim a situam na interseção de certos espaços físicos, econômicos e sociais do México colonial tardio” (CARRERA, 2003, p. 38, trad. própria).

De fato, como se evidenciou ao longo desse trabalho, a partir do século XVIII, em parte impulsadas pelo contexto das reformas *bourbônicas*, as elites novo-hispanas iniciaram um processo de construção de poder sociopolítico e de identidade *criolla*, que as levou a distanciar-se da matriz espanhola, por uma parte, e de todos os demais grupos da sociedade vice-real: os mestiços, mulatos e diversas castas. A *pintura de castas*, desde essa perspectiva, representa as tensões entre identidade e alteridade à base de uma concepção *criolla* de nação nascente impregnada de imaginários em torno do conceito de “limpeza de sangue”. Assim, segundo Mignolo, “a conciencia criolla, como conciencia racial, se forjó internamente en la diferencia con la población afro-americana y amerindia” (MIGNOLO, 2000, p. 42). A atitude das elites *criollas* frente às mesclas era de rechaço, uma vez que, como se expôs ao longo desse texto, a

crescente dificuldade em discernir a origem dos indivíduos apresentava uma ameaça à posição de privilegiados – pelo menos até a introdução das reformas *bourbônicas* – dos *criollos*. Assim o conceito de pureza, ligado ao de branquidão, cobrou cada vez mais importância ao longo do século XVIII. A *pintura de castas* além de caracterizar os indivíduos com traços fenotípicos, cores e vestimentas típicas à sua casta, também lhes assignavam um lugar específico na sociedade novo-hispana como forma de impedir a sua ascensão a grupos socialmente superiores.

Segundo Catelli (2020, p. 207) “la ausencia del término “criollo” en el género que analicemos parece destacar la negación criolla respecto a su propia historia de mezcla racial, así como su prejuicio ante las castas mestizas”. Para a autora, tal omissão “muestra que los criollos del siglo XVIII proyectaban para sí mismos un lugar de superioridad en las relaciones de poder coloniales a través de la pureza racial” (CATELLI, 2020, p. 207). Contudo, ao formularem através da pintura as genealogias permitindo, para determinadas mesclas, a “limpeza” ou a “volta a ser branco”, se possibilitavam também a invenção de “una continuidad con el pasado indígena y los referentes culturales negros y mestizos para construir cierta legitimidad en la voz del criollo, que a su vez desplaza la autoridad y la hegemonía absoluta del español sobre las redes de poder en el espacio americano” (MARTÍNEZ-SAN MIGUEL, 1999, p. 13).

A *pintura de castas*, segundo Catelli (2020, p. 250), reflete aspectos do imaginário *criollo* de sociedade colonial específicos do período entre meados e fim do século XVIII, o qual precede imediatamente os processos revolucionários. O gênero pictórico expressou os imaginários, políticos e sociais, que sedimentaram o conceito de mestiçagem nacionalista e moderno. Durante o século XIX, circulava entre os científicos, o conceito biologista de mestiçagem. Contudo, a construção do conceito deve, segundo a autora, ser entendida como “una de las principales bases discursivas e imaginarias de las emergencia del racismo de estado en la América latina en formación y de una biopolítica que se entrelazará, a fines del siglo XIX, con la emergencia de la eugenesia, la antropología cultural, la sociología y los discursos nacionalistas.” (CATELLI, 2020, p. 250).

Assim, se durante os três séculos de dominação espanhola se tratou de manter as distinções entre cada grupo da sociedade, a partir da Independência, a necessidade de erigir-se em Nação levou ao desenvolvimento de uma retórica em torno da mestiçagem que buscava enaltecer a “raça cósmica”, segundo a expressão de Vasconcelos, a qual, contudo, se interessava principalmente à mescla entre espanhóis e indígenas. A “mestiçagem” para as recém repúblicas na América Latina serviu a encobrir as diferenças em prol de uma nação “uniformizada”, que

não deixou de reproduzir comportamentos discriminatórios herdados da época colonial e buscou borrar os traços típicos de cada comunidade em busca de um “branqueamento” da sociedade. O poder, até então em mãos do colonizador, havia passado para as mãos dos *criollos*, marcando assim a perpetuação de práticas de poder, ou, nos termos de Quijano (2000), a *colonialidad* do poder.

Por outra parte, como se demonstrou desde o capítulo primeiro, as relações estabelecidas desde os primeiros encontros foram baseadas na diferença e na inferiorização do Outro por parte do europeu/branco. Tal distinção foi se intensificando ao longo do período colonial e, a partir da segunda metade dos Setecentos, foi paulatinamente “racializando-se”.

Das primeiras representações textuais ou visuais do final do século XV até o fim do período colonial, imagens estereotipadas e, em muitas ocasiões, carregadas de preconceitos, circularam e se cristalizaram no imaginário ocidental a respeito da América e dos seus habitantes. Assim, no século XVIII, se produziram e comercializaram as pinturas de castas, que, como se enfatizou, corroboraram o discurso social novo-hispano baseado nas diferenças raciais, isto é, não apenas fenotípicas, mas também de qualidades inerentes a cada casta. Tal discurso visando afirmar e reivindicar o lugar dos *criollos* no sistema colonial, circulou até o velho continente e foi reproduzido e apreendido por cientistas que deram um valor científico a essas produções. A partir de tais representações foram elaboradas teorias raciais que possibilitaram o desenvolvimento de pensamentos e comportamentos racistas.

Se o termo “racismo” somente apareceu no período pós-guerra, as ideias e práticas às quais remete são antigas e, inclusive, não se limitam à experiência ocidental. O fenômeno emerge na Europa a partir da sua expansão planetária, já no século XV, com os “descobrimentos” e processos de colonização. O racismo consiste em caracterizar um grupo humano mediante atributos naturais, associados a características intelectuais e morais aplicáveis a qualquer indivíduo relacionado a esse grupo e, a partir daí, adotar atitudes de inferiorização e exclusão (WIEVIORKA, 2009, p. 13). Assim, durante os séculos XVII e XVIII dominam representações do Outro que se podem definir como *protorracistas* e:

Algunas particularmente explican las diferencias físicas entre africanos o indios de Norteamérica (diferencias que se perciben como causa o señal de inferioridad) por el entorno en que viven: el clima, la naturaleza, pero también la cultura y la civilización en la cual han sido socializados." Desde este punto de vista, el negro africano es un salvaje, pero puede ser “civilizado” e incluso ver que su apariencia física se transforma con la colonización (WIEVIORKA, 2009, p. 23).

Para o sociólogo francês Michel Wieviorka (2009, p. 22), “en esta perspectiva, en la que el racismo es indisoluble de la modernidad, la noción de raza se difunde a partir del siglo

XVIII”. De fato, o racismo propriamente dito, ou seja, a ideia de uma diferença essencial, inerente à natureza de cada grupo humano, começa a difundir-se no final da centúria e a seguinte. Naquela época, a “raça”, entendida como uma associação de atributos biológicos e naturais a atributos culturais, se torna objeto de teorias científicas. Se tratava antes de tudo de demonstrar a superioridade da “raça” branca sobre as demais e de classificar os grupos humanos conforme a classificação proposta por Lineu. Havia também que demonstrar que a “mescla” entre indivíduos de raças diferentes era fonte de “decadência” ou “degeneração” para a raça branca. Por isso a noção de mestiçagem parece central para o racismo científico.

O racismo científico, pois, se apresenta claramente como uma ideologia que afirma a superioridade cultural da raça branca, à qual se associa a civilização enquanto a selvageria se atribui às outras raças. No início do século XIX, as classificações raciais se baseavam em características fenotípicas (cor da pele, tipo de cabelo, traços do rosto...). As ideias sobre as raças, como se evidenciou anteriormente, circularam intensamente entre o Velho e o Novo Mundo. No contexto novo-hispano, pode-se dizer que a classificação racial segue dois movimentos: o da colonização europeia por um lado, e, para a época pós-Independência, a construção de uma identidade nacional. Deste modo, o colonialismo iniciado desde o século XV, e sua expansão e intensificação nos séculos seguintes

remite amplamente a un racismo que pudo ser calificado de universalista, sostenido por élites políticas o actores económicos, culturales o religiosos que desarrollan hacia los pueblos colonizados (o que resisten a la colonización), ya sea más bien una lógica de diferenciación, que se salda a veces con espantosas violencias, ya sea más bien una lógica de interiorización (WIEVIORKA, 2009, p. 54).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo do seu período vice-real foi, em algumas ocasiões, relegado pela historiografia nacional mexicana. A abordagem da história desse período parece, de fato, algo complexo para uma sociedade que emergiu como nação nova escrevendo sua história baseada num passado americano/*mexica* e distanciando-se da matriz espanhola. Neste âmbito, parte da historiografia até pouco desenvolvida tendia a fixar-se na época da Independência entendida como raiz e causa/explicação da sociedade atual. Contudo, ao limitar-se a reconhecer à discriminação contemporânea uma herança do século XIX, deixa-se de dar visibilidade a processos iniciados trezentos anos antes e que se cristalizaram não apenas no imaginário europeu, mas também dos próprios americanos em forma, notadamente, de racismo institucional. De fato, se o colonialismo enquanto sistema se desagregou no século XIX, suas marcas e reprodução de estigmas, preconceitos e discursos seguem vivas até hoje na sociedade mexicana, assim como em outros países da América Latina.

Desde essa perspectiva, o campo dos Estudos Coloniais abre um caminho de reflexão sobre os discursos de poder colonialistas elaborados pelas elites como ferramenta de controle não somente das terras, mas também dos corpos e das almas durante os três séculos de dominação espanhola. Aproximar-se a este momento histórico permite desvendar os mecanismos de construção da alteridade e dos discursos de superioridade/inferioridade elaborados desde os primeiros contatos no final do século XV e cujas reminiscências seguem visíveis na atualidade.

O discurso de castas, dispositivo estabelecido pelas autoridades coloniais para ordenar, controlar e regular os corpos, se encontrou fortemente aguçado durante o século XVIII, porém encontra suas raízes desde os primeiros contatos quando, muito além de descrever, tornou-se necessário classificar e hierarquizar os indivíduos de modo a justificar a imposição de um sistema imperialista.

Com efeito, desde a chegada dos primeiros navegadores, e durante todo o século XVI, a América sofreu um processo histórico de progressiva invenção. Inicialmente considerada uma ilha, passou a ser vista como continente e, de fato, considerada a quarta parte do mundo. Tais processos de definição da América se deram através de textos fundadores (relatos dos primeiros europeus na América) e das imagens que os acompanharam, que determinaram a maneira da qual a América e seus habitantes seriam representados durante o século XVI e os que seguiram. Desta forma, essas imagens, textuais e visuais, contribuíram para a cristalização de um imaginário sobre essa quarta parte do mundo, ao circularem e serem reproduzidas. Com o passar

do tempo, e as grandes mudanças ocorridas nessas novas terras, a definição do “ser americano” foi se moldando, gerando novas imagens, sem, por isso, que as primeiras representações desaparecessem por completo.

Por esse motivo, o que se buscou ao longo dessas páginas, foi tornar visível os processos de construção de um discurso colonial que, através de textos e de imagens, conformou um dispositivo de poder baseado na diferença racial. A arqueologia desse discurso, a que se propôs esse trabalho, visou desenterrar modos de pensar e construir a alteridade que perpassaram todo o período colonial na América Latina e seguem em parte ainda vigente na atualidade. Conceitos como *calidad* e “raça” serviram de instrumento de classificação dos grupos presentes na Nova Espanha e recobriram significados diferentes ao longo do tempo, moldando-se conforme as circunstâncias o exigiam.

A mestiçagem, enquanto processo biológico, marcou a sociedade vice-real mexicana durante todo o período colonial. Os indivíduos mesclados ou de “color quebrado” apresentavam uma ameaça para as elites que desenvolveram toda uma retórica baseada na *pureza de sangre*, onde o “ser branco” era o referencial de pureza e superioridade e o “ser mesclado” passou a significar decadência e degeneração. A “raça”, então ligada ao fenótipo, passou a ser elemento de classificação dos indivíduos.

As genealogias desenvolvidas pelas elites *criollas* e sua materialização pictórica na *pintura de castas* formalizaram e cristalizaram uma imagem da sociedade novo-hispana na qual os indivíduos eram classificados em função da sua origem. Assim, cada casta se via assignado um lugar na escala social – marcado por um ofício e uma indumentária específicos – e características fenotípicas, comportamentais e intelectuais, seguindo a taxonomia de Lineu. Tais representações visavam apresentar o espanhol/americano como branco/puro e afirmar a possibilidade de voltar a ser branco para determinados indivíduos de ascendência indígena. Tal mecanismo permitiu aos *criollos*, desejosos de libertar-se do jugo peninsular, reivindicar uma identidade própria, alegando um passado *mexica*. A *pintura de castas* se inscreve então como ferramenta para o estabelecimento das tensões identitárias *criollas*. No entanto, ao desenvolver tal retórica, fixaram também estigmas sobre os indivíduos de ascendência africana/negra.

Ao recorrer a expressões diversas nas quais se manifesta essa diferenciação entre raças e a crença na superioridade de uma sobre as demais, se tornou evidente o processo de construção e inferiorização da alteridade. A perspectiva da análise proposta, pois, foi de pôr em diálogo os textos e as imagens, que, como se demonstrou, sempre andaram “de mãos dadas” nessa busca por uma representação do Outro.

Entender os mecanismos de poder utilizados pelas elites novo-hispanas permite “rastrear” ideologias das quais as nações latino-americanas hoje ainda padecem. Com efeito, ainda que depois da Independência o sistema e o discurso oficial tenham mudado, muitas das práticas da época colonial seguiram em vigor como herança de um passado colonial que, apesar de rechaçado ou até negado por muitos, deixou suas marcas, imprimindo nos imaginários coletivos preconceitos com relação a certos grupos. Assim, já para o final dos Setecentos, o termo “raça” passava a significar mais do que apenas características fenotípicas e serviria de base ao estabelecimento de leis científicas que justificaram a expansão colonialista do século XIX. Por sua vez, o conceito de “mestiçagem” emergiu como retórica de uma nova nação em construção e, sob as aparências de uma alegoria às mesclas, reproduziu um processo de aniquilação da alteridade, em-cobrando o Outro (indígena o afrodescendente) tal como o fizeram os europeus ao longo do período vice-real. Desta forma, explicar e remediar a marginalização/exclusão de certos grupos indígenas ou afrodescendentes na sociedade mexicana atual leva a indagar sobre processos iniciados desde os primeiros encontros, no final do século XV.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, R. **El sujeto colonial y la construcción cultural de la alteridad**, 1988.
- ARANEDA RIQUELME, J. **Una correspondencia mensual, semanaria y a todas horas: correo y espacio en el imperio español durante las reformas borbónicas, siglo XVIII**. Seminario Simón Collier, 2014. Santiago de Chile: Instituto de Historia, PUC. 2015.
- ARÓSTEGUI, J. **La investigación histórica: teoría y método**. Barcelona, 1995.
- AYALA CALDERÓN, J. **El diablo en la Nueva España**. México: Universidad de Guanajuato, 2010.
- BHABHA, H. K. A questão do "outro": diferença, discriminação e discurso do colonialismo. In: BUARQUE DE HOLLANDA, **Pós-Modernismo e política**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.
- BLANCHARD, R. Les tableaux du Métissage au Mexique. **Journal de la Société des Américanistes**, Paris, Tome 5, 1908. 59-66.
- BURKE, P. **Visto y no visto. El uso de la imagen como documento histórico**. Barcelona, 2005.
- CAMPOS, C. F. **El discurso de castas novohispano: Ficción y realidad**. Monterrey, 2014.
- CAMPOS, C. F. Los criollos novohispanos frente a la teoría de la degeneración: de la apologética a la reivindicación. **En-claves del pensamiento**, enero junio 2017.15-40.
- CARRERA, M. M. Imagining Identity in New Spain: Race, Lineage, and the Colonial Body in Portraiture and Casta Paintings. In: JOE, R.; LOZANO LONG, in **Latin American and Latino Art and Culture**. Austin: University of Texas Press, 2003.
- CASTAÑEDA GARCÍA, R. Las pinturas de castas. Resignificación para la historia social en Nueva España. In: CASTAÑEDA GARCÍA, R.; RUIZ GUADALAJARA, C. **Africanos y afrodescendientes en la América Hispánica Septentrional: Espacios de convivencia, sociabilidad y conflicto**, Tomo I*. 1. ed. San Luis Potosí: El Colegio de San Luis, A.C, 2020.
- CASTELLO YTURBIDE, T. Los cuadros de mestizaje y sus pintores”,. In: _____ **De la Historia. Homenaje a Jorge Gurría Lacroix**. México: UNAM, 1985. 192-193.
- CASTILLO PALMA, N. A. Matrimonios mixtos y cruce de la barrera de color como vías para el mestizaje de la población negra y mulata. **Signos históricos**, II, dezembro 2000.107-137.
- CASTRO MORALES, E. Los cuadros de castas de la Nueva España. In: _____ **Jahrbuch für Geschichte von Staat, Wirtschaft, und Gesellschaft Latinoamerikas**. Köln: Böehrlau Verlag, 1983.
- CATELLI, L.; RUFFER, M.; DE OTO, A. Introducción: Pensar lo colonial. **Tabla rasa**, Bogotá, julho dezembro 2018. 11-18.
- CERVANTES DE SALAZAR,. **Tres diálogos latinos**. México, 1554. Disponível em: <http://www.historicas.unam.mx/publicaciones/publicadigital/libros/mexico1554/383_04_02_facsimilar.pdf>. Acesso em: 20 setembro 2022. Versión facsimilar.

CHARTIER, A.-M.; HÉBRARD, J. A invenção do cotidiano: uma leitura, usos. **Proj. Historia**, São Paulo, 17, novembro 1998. 29-44.

CHARTIER, R. **História cultural**. Lisboa: Difel, 1990.

CLAVIJERO, F. X. **Historia Antigua de México**. Londres: Ackerman, 1826.

COLMENARES, J. C. **Ordenanzas del Baratillo de México**. Nuevo León: Univers, 2022. Disponível em:

<https://www.academia.edu/86244398/J_C_Colmenares_Ordenanzas_del_Baratillo_de_M%C3%A9xico_1734_>. Acesso em: 10 janeiro 2023. Introducción, edición, y notas Guillermo Espinosa Estrada y Éric Ibarra Monterroso.

COLÓN, C. Cartas que escribió sobre el descubrimiento de América y testamento que hizo a su muerte. **Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes**, 2006. Disponível em: <<https://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/cristobal-colon-cartas-que-escribio-sobre-el-descubrimiento-de-america-y-testamento-que-hizo-a-su-muerte--0/html/>>. Acesso em: 10 Novembro 2022.

CORDIVIOLA, A. **O Império dos Antagonismos. Escrita e imagem no ocaso da dominação espanhola na América**. Recife: PPGL-UFPE, 2010. 255 p.

CORDIVIOLA, A. As ameaças da mestiçagem: percepções da plebe na Lima do século XVIII. **Revista Abehache**, Recife, 2017.

CORDIVIOLA, A. **A espera constante: escrita e esquecimento no México do século XVIII**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2021.

CÓRDOVA AGUILLAR, M. C. **Procesos de convivencia de negros, mulatos y pardos en la sociedad de Oaxaca: siglos XVII y XVIII**. Tesis de Doctorado. México: UNAM, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unam.mx/contenidos/procesos-de-convivencia-de-negros-mulatos-y-pardos-en-la-sociedad-de-oaxaca-siglos-xvii-y-xviii-67079?c=56BMdn&d=true&q=*&i=1&v=1&t=search_0&as=0>. Acesso em: 20 dezembro 2022.

COVARRUBIAS HOROZCO, S. **Tesoro de la lengua castellana**. 2006. ed. Madrid/Frankfurt: Iberoamericana/Vervuert.

DE SOLÓRZANO PEREIRA, J. **Política indiana. Capítulo XXX**. Madrid, 1648. 244-248.

DEAN-SMITH, S. Creating the Colonial Subject: Casta Paintings, Collectors, and Critics in Eighteenth-Century Mexico and Spain. **Colonial Latin American Review**, 2005. 169-204.

DEGGER, B. Y. **Donna di volto terribile: alegoria da América e repertórios imagéticos do Renascimento**. Dissertação (Mestrado). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2020.

DELGADO, G. **Historia de México**. México: Pearson Educación, v. 1, 2006.

DIDI-HUBERMAN, G. **Diante do Tempo. História da arte e anacronismo das imagens**. Tradução de V. Casa Nova e M. Arbex. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

DUSSEL, E. **1492, el encobrimiento del otro. Hacia el origen del "mito de la Modernidad"**. La Paz: Plural, 1994.

EBERT, A. La representación de las Américas coloniales en los cuadros de castas. **Scientia Revista del Centro de Investigaciones de la Universidad Ricardo Palma**, 2008. 139-152.

ESTRADA DE GERLERO, E. I. Las pinturas de castas, imágenes de una sociedad variopinta. In: SÁENZ GONZÁLEZ, O. **México en el Mundo de las Colecciones de Arte**. México: Secretaría de Relaciones Exteriores/unam/conacu, 1994. Coordinación general del proyecto María Olga Sáenz González.

EXBALIN, A.; DE ALBA, M.; RODRÍGUEZ, G. El ambulante en imágenes: una historia de representaciones de la venta callejera en la Ciudad de México (siglos XVIII-XX). **Revue européenne de géographie**, 19 abril 2007. 1-44.

FLORESCANO, E. **Etnia, estado y nación**. México: Aguilar, 1997. Disponível em: <<https://archive.org/details/etniaestadoynaci0000flor>>. Acesso em: 18 dezembro 2022.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015. 431p.

GAGE, T. **Nueva relación que contiene los viajes de Tomás Gage en la Nueva España**. Paris/Roma: [s.n.], 1838.

GARCÍA SÁIZ, C. **Las castas mexicanas. Un género pictórico americano**. Milan: Olivetti, 1989.

GARCÍA, G. **Origen de los Indios del Nuevo Mundo e Indias Occidentales**. Valencia, 1607.

GARCILASO, I. **Comentarios reales**. 1609. Disponível em: <<https://archive.org/details/comentarios-reales-de-los-incas/mode/2up?view=theater>>. Acesso em: 5 novembro 2022. versão digital.

GEMELLI CARERI, G.. **Viaje a la Nueva España**. México, 1917. Disponível em: <<http://bdh-rd.bne.es/viewer.vm?id=0000043817&page=1>>. Acesso em: 10 outubro 2022. Versão digital traduzida.

GINZBURG, C. **Paris 1647: um diálogo sobre ficção e história** in Os fios e o rastro – Verdadeiro, falso, fictício. Tradução de R. e Brandão E. Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GINZBURG, C. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: _____ **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, C. **Mitos, emblemas, indícios. Morfología e história**. Buenos Aires, 2013.

GONZALBO, P. La trampa de las castas. In: ALBERRO, S.; GONZALBO, P. **La sociedad novohispana: Estereotipos y realidades? El Colegio de México**, 2013. p. 15-193.

GONZÁLEZ ESPARZA, V. M. **Resignificar el mestizaje tierra adentro. Aguascalientes, Nueva Galicia, siglos XVII y XVIII**. San Luis Potosí: Colegio de San Luis, A.C., 2018.

GRUZINSKI, S. **Las cuatro partes del mundo: historia de una mundialización**. México DF: FCE, 2010.

GUEVARA, M. Propietarios de esclavos en el Guanajuato colonial. **Memoria y Sociedad**, Bogotá, vol. 7, noviembre 2003.

HAMPE MARTÍNEZ, T. La historiografía del libro en América hispana: un estado de la cuestión. In: GARCÍA AGUILAR, I.; RUEDA RAMÍREZ, P. **Leer en tiempos de la Colonia**: imprenta, bibliotecas y lectores en la Nueva España. México: UNAM/ Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas, 2010.

HERNÁNDEZ, Y. La desnudez de la plebe: mendicidad, vagancia y vestido a finales del virreinato de México. **Perífrasis Revista de Literatura, Teoría y crítica**, Bogotá, vol.11 , abr./Jun 2020.

ISER, W. **O ato da leitura**: uma teoria do efeito estético. São paulo: Editora 34, v. 2, 1996.

KATZEW, I. **New World Orders. Casta Painting and Colonial Latin America**. New York: Americas Society, 1996.

KATZEW, I. **Casta Painting**: Images of Race in Eighteenth-Century Mexico. London and New Haven: Yale University Press, 2004.

KONETZKE, R. **Coleccion de documentos para la historia de la formación social de Hispanoamérica (1493-1810)**. Tomo I, 1671-1779. ed. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, v. III, 1962.

LANDER, E. **La colonialidad del saber. Eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2005.

LEÓN-PORTILLA, M. Prólogo. In: LEÓN-PORTILLA, M., et al. **De palabra y obra en el nuevo mundo**. Madrid: Imagenes Interétnicas, Siglo XXI, 1992. p. 13-22.

LINNEO, C. **Systema Naturae**. Estocolmo: Laurentii Salvii, 1758.

LLAGUNO, J. A. **La personalidad jurídica del indio y el III Concilio Provincial Mexicano (1585)**. México: Porrúa, 1983.

LOMBARDO DE RUIZ, S. **Antología de textos sobre la ciudad de México en el período de la Ilustración (1788-1792)**. México: Fuentes, 1982.

LÓPEZ BELTRÁN, C. Sangre y temperamento. Pureza y mestizajes en las sociedades de castas americanas. In: GORBACH, F.; LÓPEZ BELTRÁN, C. **Saberes Locales. Ensayos sobre historia de la ciencia en América Latina**. El colegio de Michoacan, 2008. p. 313-326.

MADRID. **REAL DECRETO DE INCORPORACIÓN DE LOS CORREOS A LA CORONA, 1768**. Biblioteca Nacional, 1768. SALA MEDINA, MS. BA 20.

MARTÍNEZ-SAN MIGUEL, Y. **Saberes americanos**: subalternidad y epistemología en los escritos de Sor Juana. Pittsburgh: Nuevo Siglo, 1999.

MIGNOLO, W. D. La colonialidad a lo largo y a lo ancho: el hemisferio. In: (ED.), E. L. **La colonialidad del saber**: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas. Buenos Aires: Clacso, 2000. p. 34-52.

MÖRNER, M. La mezcla de razas. In: _____ **Historia de América latina**. Argentina,: Paidós, 1969.

O'GORMAN, E. **Invenção da América**. São Paulo: UNESP, 1992.

OLIVEIRA, C. M. S. **A América alegorizada: Imagens e visões do Novo Mundo na Iconografia europeia dos séculos XVI a XVIII**. João Pessoa: Editora UFPB, 2014.

PAREDES, J. Recopilación de Leyes de los Reynos de las Indias (Madrid, 1681). In: MIGUEL ÁNGEL PORRÚA, **Recopilación de Leyes de los Reynos de las Indias**. edição facsimilar. ed. México: Escuela Libre de Derecho, v. vol. II, libro VI, título I, ley XXI, f. 200v., 1987.

PAUW, C. **Selections from Mr. Paw**. Londres: R. Cruttwell, 1795. Disponível em: <<https://archive.org/details/selectionsfrommp00pauwarch/page/n13/mode/2up>>. Acesso em: 15 novembro 2022. versão digitalizada.

PÉREZ VEJO, T. Pintura de castas: La memoria del ideal novohispano. In: GONZALEZ SADA, T.; SADA DE GONZALEZ, L. **Obras Maestras Novohispanas**. Monterrey: Cydsa, 2013. 145-198.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: (COMP.), E. L. **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas**. Buenos Aires: CLASCO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2000.

QUIJANO, A. **Race et colonialité du pouvoir**. Mouvements, 2007.

RAMACHANDRAN, A. **The Worldmakers: Global Imagining in Early Modern Europe**. Chicago: University of Chicago Press, 2015.

RECARTE, F. G. D. TRATADO DEL SERVICIO PERSONAL Y REPARTIMIENTO DE LOS ÍNDIOS. In: CUEVAS, M. **Documentos inéditos**, 1585.

REMEDI, J. M. Walter Benjamin e a fronteira entre literatura e história. **Métis: história & cultura**, Caxias do Sul, vol. 2, n. 2, julho dezembro 2002. 191-208.

RODRIGUEZ VILLAFUERTE, B. El encuentro con el otro: historia de expansión y conquista. **La palabra y el hombre**, Xalapa, 2001.

RUBIAL GARCÍA, A. De la visión retórica a la visión crítica. La Plaza Mayor en las crónicas virreinales. In: ANTUÑANO, A. D. **Plazas mayores de México. Arte y Luz**. México: Bancomer, Clio, Espejo de Obsidiana, 2002.

RUEDA RAMÍREZ, P. Libros viajeros: textos en circulación en el mundo atlántico. In: VILA VILAR, E.; LACUEVA MUÑOZ, J. J.; (COMP.) **Mirando las dos orillas: intercambios mercantiles, sociales y culturales entre Andalucía y América**. ISBN. Sevilla: Fundación Buenas Letras, 2012. p. 401-423.

SADA DE GONZÁLEZ, L. El reflejo pictórico de la vida colonial. In: _____ **Espejos distantes. Los rostros mexicanos del siglo XVIII**. México: G. M. Editores, 2009.

SEED, P. Social Dimensions of Race: México City, 1753. **The Hispanic American Historical Review**, México City, 1982. 569-606.

SEVERI, C. Warburg anthropologue ou le déchiffrement d'une utopie. **L'Homme [En ligne]**, jan-mar 2003. Disponible em: <<https://journals.openedition.org/lhomme//199>>. Acesso em: 5 fevereiro 2023.

SIGÜENZA Y GÓNGORA, C. Alboroto y motin de México del 8 de junio de 1692. In: _____ **Relaciones históricas**. México: Biblioteca del Estudiante Universitario, UNAM, 1940. p. 145-154. Selección, prólogo y notas de Manuel Romero de Terreros.

SPIEGEL, G. Historia, historicismo, y lógica social del texto en la edad media. In: PERUS, F. **Historia y Literatura**. México, DF: Instituto de Investigaciones Dr. José María Luis Mora, 1994. p. 123-161.

STOLCKE, V. Los mestizos no nacen sino que se hacen. In: STOLCKE, V.; COELLO DE LA ROSA, A. **Identidades ambivalentes en América Latina (siglos XVI-XXI)**. Barcelona: Bellaterra, 2007. p. 14-51.

TODOROV, T. **La conquista de América: el problema del otro**. Trad. Flora Botton Burla. México, DF: Siglo veintiuno Editores, 1998.

TOVAR DE TERESA, G. Antonio de Mendoza y el Urbanismo. **Cuadernos de arquitectura virreinal**, México, DF, 1985.

TWISS, R. **Travels through Portugal and Spain, in 1772 and 1773**. Londres: Robinson, 1775.

ULLOA, A. D. Descripción de una parte de la nueva España. In: SOLANO, F. D. **Antonio de Ulloa y Nueva España**. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1987. p. 113-114.

VELÁSQUEZ, M. E. Racismo y afrodescendientes en México: cinco reflexiones para la "deconstrucción" de las nociones de raza y mestizaje. **Boletín de Antropología. Universidad de Antioquia**, Medellín, 35, n. 59, 2020. 17-34.

VELÁSQUEZ, E.; ITURALDE, G. **Afrodesencientes en México. Una historia de silencio y discriminación**. Consejo Nacional para Prevenir la Discriminación. México, D.F. 2012.

VESPUCCI, A. **Cartas de Viaje**. Madrid: Alianza, 1986.

VILLARROEL, H. **Enfermedades políticas que padece la capital de esta Nueva España**. México: Consejo Nacional para la Cultura y las Artes, 1994. Estudio introductorio de Beatriz Ruiz Gaitán.

WIEVIORKA, M. **El racismo: una introducción**. Tradução de A Garcia Castro. Barcelona: Editorial Gedisa, SA, 2009.